



O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL

A VERDADE SOBRE OS
GOVERNOS DO PT

LULA PELO BRASIL

FAÇA PAZ
DESE



“

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença”. Foi com esse discurso que, em 2002, o primeiro metalúrgico do país chegava ao Palácio do Planalto.

O povo enxergou em Luiz Inácio Lula da Silva seu próprio rosto e depositou nele a ideia da “mudança”. Mudança de um sistema que imperava há 500 anos. O desafio assumido por Lula foi também o desafio assumido por um partido que tem o trabalhador como nome, que carrega em seu cerne as bandeiras sociais, do trabalho, da equidade social e do bem-estar das pessoas.

Foi assim que o Partido dos Trabalhadores chegou pela primeira vez à Presidência da República, fazendo parte de um governo que carregava a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras. O discurso de posse já era um prelúdio do que viria: o desenvolvimento econômico aliado à justiça social. O povo, finalmente, era inserido no orçamento

Programas sociais como Fome Zero, Bolsa Família, Luz Para Todos, o Programa de Cisternas, Prouni, entre tantos, transformaram a vida de milhões de pessoas. Sem o fantasma da fome, famílias brasileiras puderam se preocupar em estudar, comprar eletrodomésticos, viajar de avião e até abrir seu próprio negócio. A alquimia deu resultado e por mais três eleições consecutivas o povo escolheu o PT. Depois de dois governos de Lula, o Brasil elegeu a primeira presidenta do país: Dilma Rousseff. Uma mulher que lutou pela democracia brasileira e deu andamento àquele sonho iniciado em 2002.

São conquistas dos governos do PT a criação do Mais Médicos, do Minha Casa, Minha Vida do Pronatec, do PAC e tanto outros programas que fizeram a diferença para o nosso povo. Ao final dos anos de governos petistas, o Brasil possuía uma reserva internacional acumulada de mais de US\$ 380 bilhões. Crescimento e desenvolvimento social. Economia forte somada à soberania nacional.

Foi também nesse período que o Brasil tornou-se a quinta economia do mundo, e também referência para vários países no combate às desigualdades sociais. Deixou o Mapa da Fome. Deu adeus ao fantasma do FMI. Descobriu o pré-sal e tornou essa riqueza sustentável ao usar seus recursos como investimento em saúde e educação.

O ciclo de desenvolvimento que marcou esses anos foi brutalmente interrompido com o golpe em 2016. Ao inviabilizar o governo de Dilma Rousseff, serviços da direita, dos campos reacionários e do imperialismo tomaram de assalto o governo federal. O projeto de desmonte começa com o golpista Michel Temer e está sendo continuado por Jair Bolsonaro.

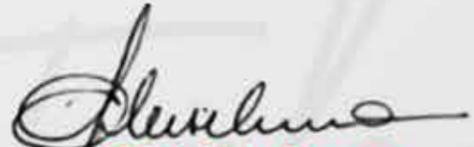
Ao abrir caminhos para a entrada do neoliberalismo conservador, dá-se início à desconstrução de todas as políticas sociais. Inicia-se uma retirada violenta de direitos – reformas trabalhista e previdenciária – e a venda dos bens que pertencem ao povo. O resultado catastrófico já é sentido dentro das casas brasileiras: mais de 12,5 milhões de desempregados, a volta da fome, redução do salário mínimo, venda de estatais – acabando com empregos e geração de renda, cortes na educação e na saúde.

Mas não basta fazer o mal aos brasileiros e ao País. Com desinformação, mentiras e análises parciais e fora do contexto, era necessário afastar do imaginário da população a ideia de Nação inclusiva, soberana e orgulhosa que o Brasil estava se transformando. Cabia construir uma narrativa falsa sobre os anos do PT no governo, apagando da memória do povo brasileiro o que foi bom, as conquistas e os avanços.

Esta publicação busca impedir o seguimento desta estratégia. Ela sistematiza os maiores feitos e avanços dos anos do PT no governo federal para que nós, petistas, e nossos parceiros naquele período possamos fazer o embate das idéias e narrar a verdade. São elementos objetivos que justificam o orgulho que temos de nosso período de governo e a obstinada certeza que começamos a mudar, para muito melhor, o Brasil.

Como é na luta que nos fortalecemos, o Partido dos Trabalhadores segue, onde sempre esteve, ao lado do povo brasileiro. O PT não vai permitir que o Brasil seja vendido. E, voltando ao primeiro discurso histórico de Lula em 2002: “A esperança venceu o medo”. A esperança vai, sim, vencer o medo.

Viva o Partido dos Trabalhadores!



Gleisi Hoffmann
Presidenta Nacional do PT

Tenho muito orgulho

“ Desde 2003, quando chegamos ao poder, implantamos políticas consistentes com nossa história de partido construído a partir da mobilização dos trabalhadores e das organizações sociais que historicamente não tinham voz e vez. Uma revolução pacífica e democrática, sem paralelo em nossa história, e da qual devemos ter muito orgulho!

De norte a sul e de leste a oeste, seguiremos firmes e fortes, de braços dados com essa aguerrida militância do PT que, como eu, tem orgulho de empunhar a bandeira vermelha com a estrela branca na luta pela construção de um país mais justo e democrático.”

Dilma Rousseff

Dilma Rousseff

“ Tenho muito orgulho do legado que deixamos para o país, especialmente do compromisso com a democracia. Nosso partido nasceu na resistência à ditadura e na luta pela redemocratização do país, que tanto sacrifício, tanto sangue e tantas vidas nos custaram.

O povo sabe e a história vai registrar o que fizemos, juntos, para vencer a fome, superar a miséria, gerar empregos, valorizar os salários, criar oportunidades, abrir escolas e universidades para os jovens, defender a soberania nacional e fazer do Brasil um país respeitado em todo o mundo.”

Lula

Luiz Inácio Lula da Silva

Seguiremos firmes e fortes

ÍNDICE

08 REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES: DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO

26 EMPREGOS E OPORTUNIDADES COMO DIREITOS

34 EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE: DA CRECHE À PÓS-GRADUAÇÃO

54 DIREITOS À DIFERENÇA

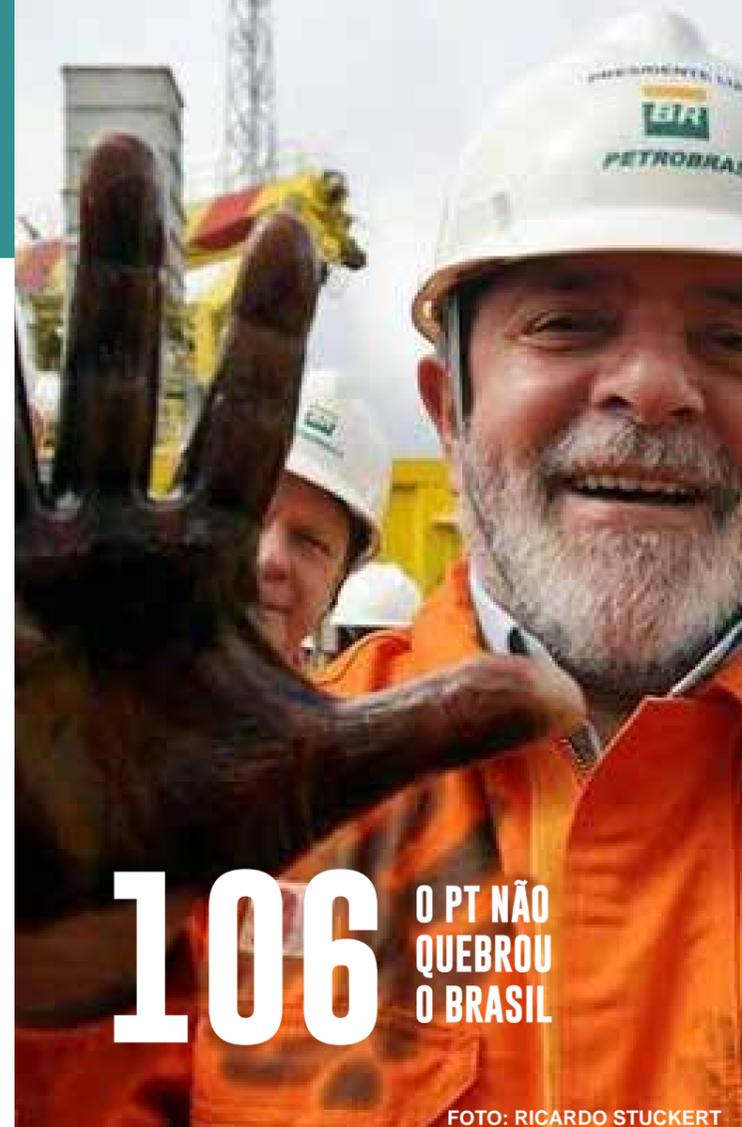
64 CULTURA: IDENTIDADE, DIREITO E BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

70 PREVIDÊNCIA - REFORMANDO PARA GARANTIR DIREITOS

82 MAIOR QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

90 SEGURANÇA PÚBLICA: MAIS INTEGRAÇÃO, INVESTIMENTOS E RESULTADOS

96 PRODUZINDO E VIVENDO MELHOR NO CAMPO



106 O PT NÃO QUEBROU O BRASIL

FOTO: RICARDO STUCKERT

146 PETROBRAS DECISIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

156 COMPROMISSO COM A DEFESA NACIONAL E A SOBERANIA

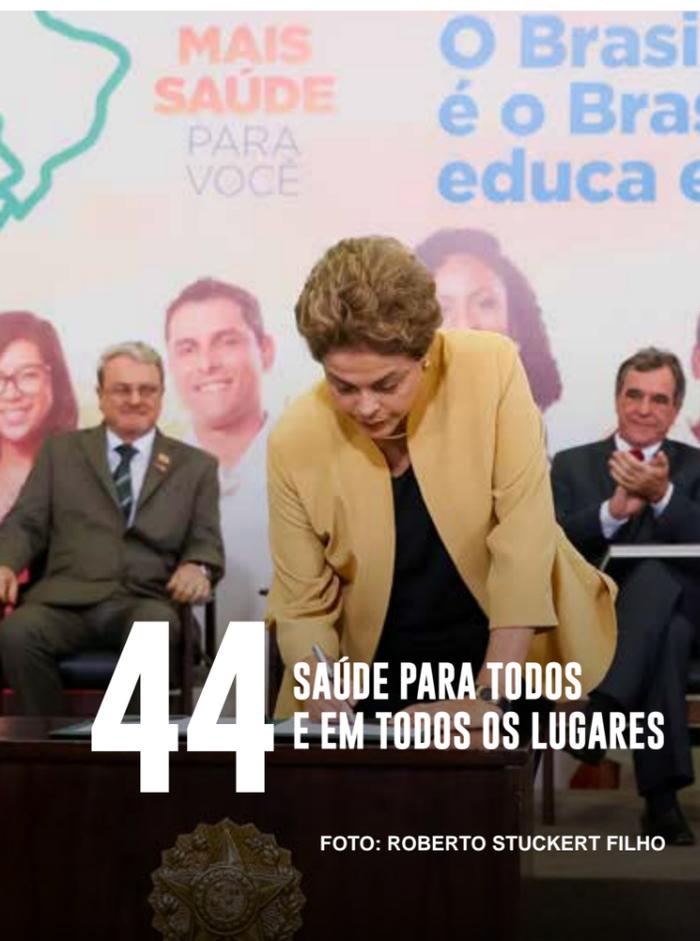


FOTO: RICARDO STUCKERT

162 POLÍTICA EXTERNA ATIVA E ALTIMA: BRASIL RESPEITADO NO MUNDO

170 CORAGEM E COMPROMISSO PARA ENFRENTAR A CORRUPÇÃO

174 ESTADO DEMOCRÁTICO E EFICIENTE



44 SAÚDE PARA TODOS E EM TODOS OS LUGARES

FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

Redução da pobreza e das desigualdades: desenvolvimento com inclusão

As políticas de distribuição de renda dos nossos governos **promoveram a maior redução da pobreza¹ da história do Brasil**. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que ela caiu de um patamar de 42 milhões de pessoas, em 2002, para 14 milhões em 2014.

A geração de 19,4 milhões de empregos com carteira assinada, a política de valorização do salário mínimo, a expansão do direito à aposentadoria e aos benefícios assistenciais, e o Bolsa Família sustentaram essa trajetória de baixas sistemáticas nos índices da pobreza.

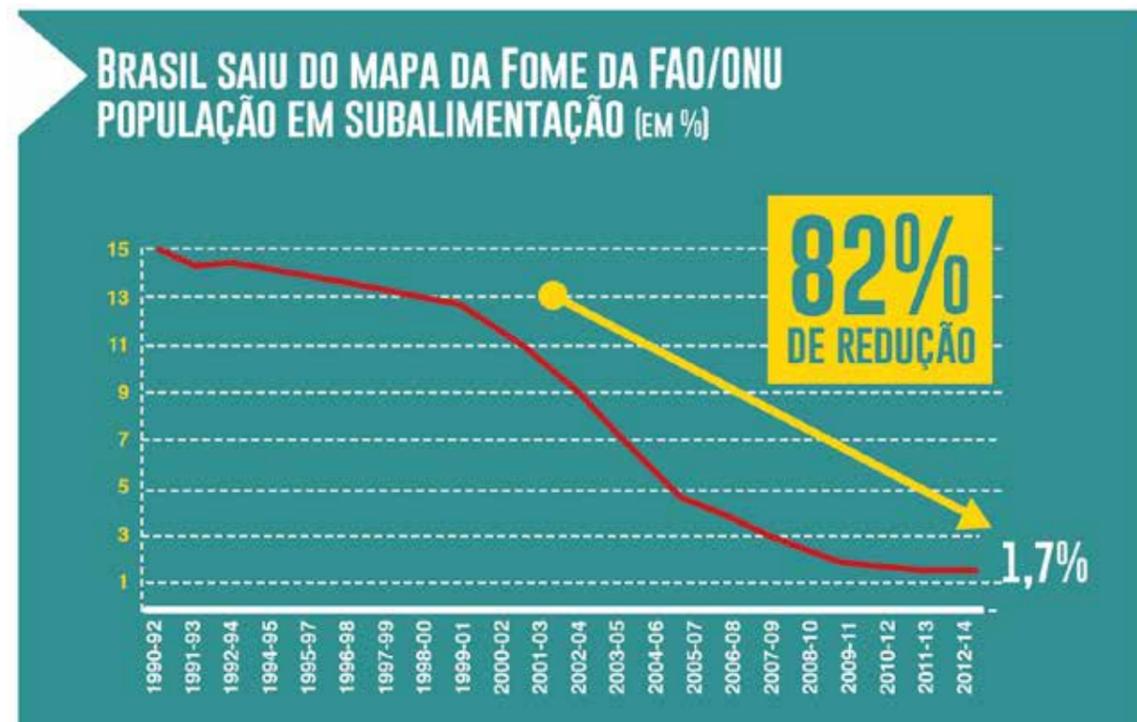
BRASIL FORA DO MAPA DA FOME

O Brasil foi historicamente marcado pela fome, mesmo sendo um grande produtor e exportador de alimentos. Em 2003, o presidente Lula lança a estratégia **Fome Zero** para evidenciar a prioridade do combate à fome e mobilizar a sociedade.

¹Pobreza: USD 2.5/dia
Extrema Pobreza USD 1.25/dia

Com os governos do PT, graças à ampliação do acesso à renda, aliada ao fortalecimento da Agricultura Familiar com programas como o PRONAF, Garantia Safra, PAA e o PNAE (Alimentação Es-

colar), com forte impacto na produção de alimentos, o **Brasil saiu do Mapa da Fome das Nações Unidas**. A fome no Brasil caiu 82% entre 2003 e 2014, ano do anúncio da FAO/ONU.



BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família foi criado em 2003 com os objetivos de aliviar a pobreza e a fome, incluir as crianças na educação, reduzir o abandono escolar e ampliar o acesso dos beneficiários à saúde, principalmente de crianças e gestantes.

É um programa de transferência de renda condicionada, ou seja, exige o cumprimento de medidas na área de saúde, em especial vacinação e acompanhamento de crianças e gestantes, e a frequência escolar. Seu foco é a população pobre e extremamente pobre. A maioria das famílias (em torno de 70%) trabalha e tem o Bolsa Família como complemento da renda familiar.

Graças ao programa, 36 milhões de brasileiros e brasileiras eram mantidos fora da

extrema pobreza. Estudos publicados por pesquisadores independentes permitiram ainda apurar benefícios que vão muito além do previsto.

★ O Bolsa Família fortalece a economia local. Para cada R\$ 1 investido no Programa, R\$ 1,78 retornam para a economia;

★ Com o Bolsa Família, a mortalidade infantil por desnutrição foi reduzida em 58% e, por diarreia, em 46%;

★ As gestantes do programa têm 50% mais de presença no pré-natal, o que se desdobra em outros números, como na redução de 14% na taxa de prematuros, de 50% na prevalência de baixa estatura (desnutrição crônica), de 18% na mortalidade materna e de 21% na hanseníase, além dos impactos nas taxas de suicídio e de homicídio.



DESMONTE

Em 3 anos de golpe, a extrema pobreza já voltou aos patamares de 2006. São mais de 12,5 milhões de desempregados e 40% dos ocupados estão na informalidade e em trabalhos precarizados e com renda em queda. A divulgação dos dados de 2018 da PNAD revela uma realidade ainda pior, na qual a miséria retrocede aos patamares de 2003, início do governo Lula.

Como consequência, a fome está de volta. Temer e Bolsonaro destruíram todas as medidas que foram consideradas bem sucedidas pela FAO/ONU.

A pobreza retorna com o desemprego, com o desmonte da CLT e da política de valorização do salário mínimo, com o fim dos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para cisternas, com o desmantelamento completo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com os cortes em programas estratégicos como o PRONAF e ações de apoio às cooperativas da agricultura familiar, e com a extinção do CONSEA.

O então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome está hoje reduzido à mera Secretaria Especial e já não tem nenhuma menção à fome em seu nome.



FOTO: ANA NASCIMENTO/IDS

BOLSA FAMÍLIA ATÉ O GOLPE DE 2016

O Bolsa Família é reconhecido como o maior e mais bem focalizado programa de transferência condicionada de renda do mundo. Em abril de 2016, às vésperas do golpe, o programa

★ atendia 13,9 milhões de famílias, com gastos de apenas 0,47% do PIB;

★ monitorava a frequência escolar de 17 milhões de crianças e adolescentes, atingindo o patamar de 97,8% na faixa etária de 6 a 14 anos;

★ promoveu o crescimento de 290% no número de pessoas com Ensino Fundamental completo;

★ acompanhou 9 milhões de famílias nas unidades de saúde.



DESMONTE DO BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família vem sofrendo constantes ameaças. São permanentes as acusações feitas aos beneficiários e beneficiárias de que fraudam o programa e de que são preguiçosos, aumentando o ódio e o preconceito contra os mais pobres.

Em julho de 2017, o Bolsa Família sofreu uma drástica redução de mais de 1 milhão de beneficiários, que foi revertida por denúncias dos parlamentares do PT e da oposição. Na proposta de orçamento de 2019, o governo Temer cortou metade dos recursos do programa, também recompostos depois da repercussão negativa.

O crescente desemprego e empobrecimento da população exigiram uma expansão do programa, incorporando ainda mais famílias. 700 mil delas estão na fila para entrar, enquanto o governo faz o oposto. O projeto de lei do orçamento para 2020 já prevê um repasse muito menor: 400 mil famílias a menos, sem reajuste e com 1/3 dos recursos sem cobertura (dependendo de crédito suplementar).

O 13º prometido por Bolsonaro durante a campanha virá às custas de quase 1 milhão de famílias altamente vulneráveis, se consideradas as que já aguardam na fila e as que deveriam ainda ser integradas por conta da crise e do desemprego. A MP enviada para o Congresso prevê o 13º somente para 2019. Dessa forma, ao que parece, vai “cumprir a promessa” no primeiro ano e abandonar o compromisso.

O governo Bolsonaro, agora, desenvolve estudos sob alegação de reestruturar o Bolsa Família e simplificar as transferências. O que está por trás dessas medidas, no entanto, mais uma vez, é hiperfocalizar o programa, que passaria de uma cobertura de mais de 20% da população para atender apenas 5%, além de acabar com o Abono Salarial e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais, o CadÚnico, é uma plataforma de coleta de dados e informações das famílias de baixa renda. Com o governo Lula e o Bolsa Família, o CadÚnico passou a ter efetividade e se transformou na porta de entrada das famílias para a rede de proteção e oportunidades de inclusão.

Em 2003, 40% dos brasileiros e brasileiras, exatamente os mais pobres, não se encontravam em registros dos programas federais. O CadÚnico foi a ferramenta para tornar essas famílias visíveis ao Estado.

Hoje, são mais de 27 milhões de famílias cadastradas em 20 programas como: Luz para Todos, Cisternas, Pronatec, Mais Médicos, Mais Educação, creches etc., além de programas estaduais e municipais.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Em 2011, no início do governo Dilma, com a meta de, em 4 anos, superar a extrema pobreza, é lançado o Plano Brasil sem Miséria (BSM). A sólida base de políticas públicas construídas no governo Lula e no Cadastro Único permitiu moni-

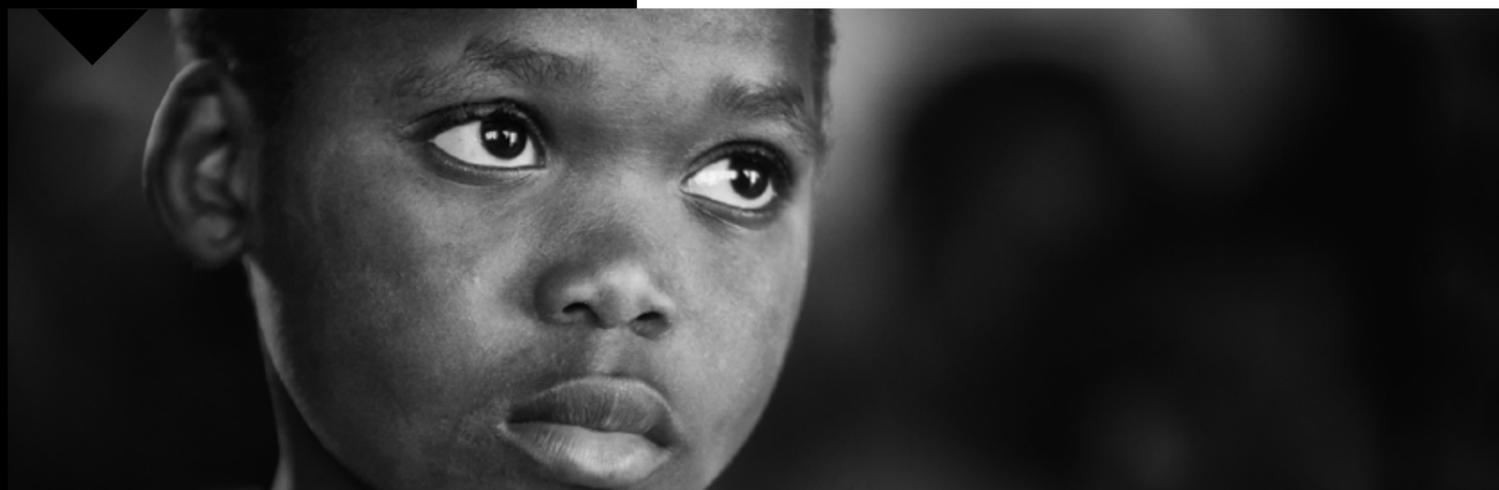
tar uma estratégia intersetorial envolvendo 22 ministérios e 120 ações, além de estados e municípios.

Dar mais um salto no combate à pobreza era necessário e o foco passava a ser aqueles que, mesmo com a ampliação de direitos e oportunidades do período 2003/2010, não haviam conseguido superar a extrema pobreza. O Plano Brasil Sem Miséria tinha um tripé: busca ativa dos que ainda estavam fora do CadÚnico e ampliação das ações de acesso à renda; encaminhamento a serviços e programas sociais; e inclusão produtiva.

Resultados eixo renda

Bolsa Família: o benefício passou a ter uma parcela variável, de acordo com a severidade da pobreza. Com isso, foi possível retirar 22 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza.

Busca Ativa: por meio de mutirões e ações da rede de Assistência Social, integrada a atores locais, 1,7 milhão de famílias de baixa renda foram localizadas e inseridas no Cadastro Único e no Bolsa Família para ter seus direitos assegurados e acesso aos programas sociais. O governo federal, primeiramente, remunerou os municípios para apoiar na localização das famílias, que, por vulnerabilidades como distância ou desconhecimento, ainda não estavam cadastradas. Em seguida, passou a financiar os municípios para chegar aonde a população pobre está, com 1.250 equipes volantes da Assistência Social e 120 lanchas.



Brasil Carinhoso: enfrentou uma das faces mais cruéis da miséria: aquela que, com maior incidência, atinge a infância e adolescência. Com esse complemento de renda, o Brasil Carinhoso retirou da miséria mais de 8,1 milhões de crianças e adolescentes. O número de crianças do Programa Bolsa Família matriculadas em creches aumentou de 483 mil, em 2011, para 756 mil, em 2015, graças aos recursos federais repassados, por criança beneficiária, aos municípios para ampliar vagas e melhorar o atendimento.

■ Inclusão Produtiva Urbana

As ações de Inclusão Produtiva Urbana eram integradas ao BSM, pois as razões para que uma família esteja em situação de pobreza são múltiplas, não se restringem a questões econômicas ou à falta de trabalho. Com o Brasil sem Miséria, mais pessoas tiveram oportunidades de emprego e geração de renda:

Pronatec Brasil sem Miséria: foi o principal instrumento para essa inclusão. Mais de 600 diferentes tipos de cursos de qualificação profissional com 1,8 milhão de matrículas para beneficiários do Bolsa Família entre 2011 e 2015, dos quais 67% são mulheres e 47% com idade entre 18 e 29 anos.

O sucesso na inclusão dos mais pobres se deveu ao apoio da rede de assistência social na mobilização e inscrição do público e identificação dos parceiros locais. Um terço dos beneficiários do Bolsa Família que fizeram um curso no Pronatec conseguiram seu primeiro emprego formal.

Micro e pequenos empreendedores e MEI: 1,6 milhão de inscritos no Cadastro Único foram formalizados como Microempreendedores Individuais, sendo 724 mil do Bolsa Família. Destes, 94% eram mulheres e 67%, negros e negras. Uma parceria entre o MDS e o SEBRAE possibilitou que mais de 200 mil beneficiários do Bolsa Família fossem incluídos nos



FOTO: EDUARDO AIGNER/MDA

Programas de Assistência Técnica. Foi constituído também o Pronatec Empreendedor, com foco na Gestão.

Programa Crescer: o programa de microcrédito criado para atender os empreendedores de mais baixa renda. Em 4 anos de existência do Programa, mais de 11 milhões de operações foram realizadas, das quais 6,1 milhões foram contraídas por beneficiários inscritos no Cadastro Único das Políticas Sociais (CADÚNICO), sendo que 3,9 milhões de operações de beneficiários do Bolsa Família. A média de 3 operações por beneficiário mostra que o Programa teve eficácia e eficiência. O fato de que os beneficiários repetiram operações demonstra, por sua vez, que seu negócio deu certo a ponto de fazerem novas operações. O valor médio por operação é cerca de R\$ 700,00, um valor compatível com população de baixa renda.

■ Inclusão Produtiva Rural

O Brasil sem Miséria construiu estratégias e ações específicas voltadas para os mais pobres do meio rural. Ali, em cada 3 moradores, 1 era extremamente pobre, em 2011, e a severidade da pobreza era 5

vezes superior ao urbano. Nesse sentido, o esforço foi enfrentar a pobreza em todas as suas dimensões nas áreas rurais: proteção e desenvolvimento social, geração de renda e inclusão produtiva.

O BSM na área rural foi uma grande força-tarefa para não deixar ninguém para trás, mesmo nos rincões mais distantes e isolados do país. Programas como Bolsa Família, Garantia-Safra, Bolsa Verde e Aposentadoria Rural foram fortalecidos e expandidos a fim de que todos tivessem uma garantia de renda mínima para sair da miséria. Caminho da Escola e Mais Médicos ajudaram ainda no acesso aos serviços básicos de saúde e educação.

Subsidiado pelas informações do Cadastro Único e outras bases sobre a população rural, o governo federal planejou o direcionamento desses programas de maneira focalizada. Foram levadas ao público mais pobre do campo ações do “pacote” de inclusão produtiva rural, constituído por ações de assistência técnica especializada, recursos para investir nas propriedades, ampliação do acesso à água e à energia elétrica e apoio à comercialização da produção por meio de compras públicas e privadas.



Resultados no meio rural

Os resultados não poderiam ser melhores. A pobreza e a extrema pobreza reduziram-se fortemente em todas as zonas rurais do país – e de forma ainda mais forte entre os que mais precisavam.

★ 2,1 milhões de famílias rurais de baixa renda foram impactadas pela estratégia de inclusão produtiva rural do BSM. Foram investidos R\$ 10 bilhões de reais entre 2011 e 2014 (para além do PBF e benefícios), o que permitiu que essas famílias ampliassem suas fontes de renda, a produção de alimentos e o acesso ao mercado de trabalho.

★ 345.639 das famílias que obtiveram Assistência Técnica e Extensão Rural são extremamente pobres.

★ Fomento à Produção para 250 mil famílias com recursos não reembolsáveis

★ Para além da pobreza monetária, outras dimensões da pobreza foram enfrentadas, fazendo com que as condições de vida das populações rurais melhorassem consideravelmente. O percentual de famílias vivendo em pobreza crônica multidimensional caiu de 31,9% para 5% nas áreas rurais, entre 2003 e 2015.



DESMONTE DO BRASIL SEM MISÉRIA

Na Busca Ativa, o Governo Temer inverteu a lógica e passou a remunerar os municípios que excluíssem famílias do CadÚnico e do PBF. No caso do Brasil Carinhoso, o programa foi extinto e o repasse de recursos para os municípios, com o objetivo de estimular a inclusão de crianças pobres em creches, foi interrompido. Não há mais suporte às prefeituras.

O governo Temer passou a gastar os recursos em um programa de visita familiar (Criança Feliz) realizado à revelia da rede de assistência social e às custas de verbas para creches e para a atenção básica do SUS.

Além disso, as estruturas de gestão e coordenação do Brasil Sem Miséria para as áreas rurais foram desmontadas e, hoje, não existe mais uma força-tarefa nacional para combater a pobreza e a exclusão social nessas regiões. Voltou-se a priorizar apenas o agronegócio de maior escala em detrimento da agricultura familiar, pescadores e maricultores, indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Os programas foram desorganizados e os recursos, reduzidos a uma fração do que eram antes. As ações de Fomento e Assistência Técnica para famílias de baixa renda foram extintas. O alcance e a escala da maioria das ações foram fortemente reduzidos, como no caso das Cisternas, PAA e Bolsa Verde.

O Pronatec, por sua vez, foi extinto e o Governo Temer lançou o Plano Progredir, que possuía base assistencialista e que, por fim, não saiu do lugar.

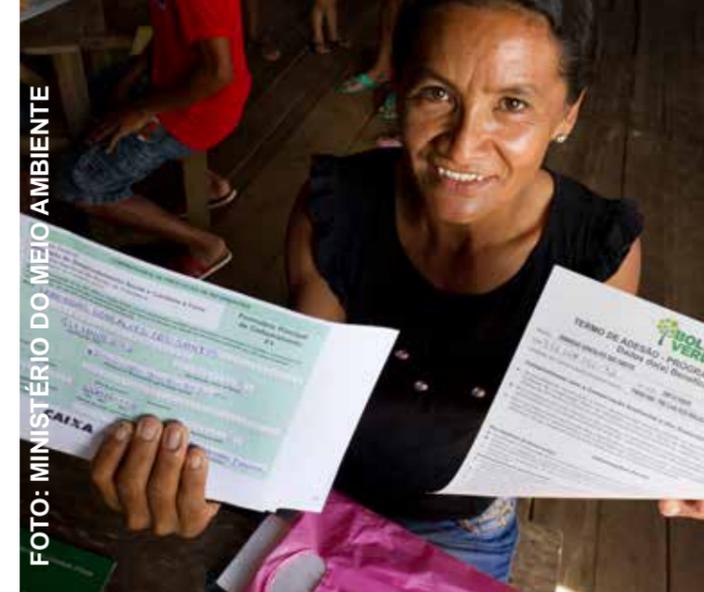


FOTO: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

BOLSA VERDE

O Bolsa Verde é um programa de **transferência de renda com condicionalidades ambientais**, voltado a populações em extrema pobreza, beneficiárias do Bolsa Família, que vivem em áreas com rico ativo ambiental, como reservas extrativistas ou Florestas Nacionais. Essa proposta inovadora incorporou à matriz de proteção social brasileira o conceito de sustentabilidade social e ambiental. Foi criado em 2011 como parte do Brasil sem Miséria. Depois do golpe, o Bolsa Verde foi extinto e as comunidades, abandonadas à sua sorte.

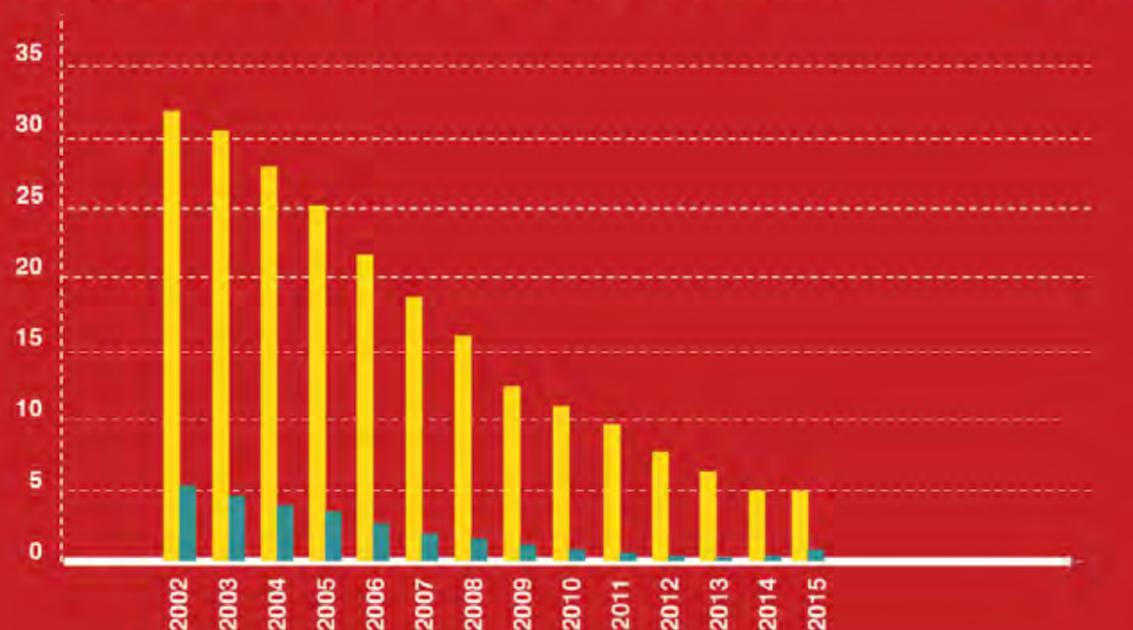
Resultados

★ 77.454 famílias de povos e comunidades tradicionais, em especial extrativistas, foram beneficiadas (com R\$ 300 trimestrais), sendo 83% de famílias negras;

★ 16 mil famílias não tinham nem registro civil e passaram a ter;

★ Dados coletados por monitoramento por imagem mostram que 98,6% da área manteve sua cobertura vegetal.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA CRÔNICA MULTIDIMENSIONAL, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (EM %)



PROGRAMA CISTERNAS

A ação foi criada em 2003 e reestruturada em 2013. Tem o objetivo de promover o acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos em domicílios de baixa renda e em escolas públicas na zona rural.

O programa, que teve início a partir de matriz desenvolvida e multiplicada pela Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA, possui hoje um portfólio de 28 modelos de tecnologia social para todos os biomas e para diferentes públicos.

Por seus resultados, recebeu, entre outros, o “Prêmio Sementes 2009”, da Organização das Nações Unidas (ONU), concedido a projetos de países em desenvolvimento feitos em parceria com organizações não-governamentais, comunidades e governos, e o “Future Policy Award”, concedido pelo Comitê de Combate à Desertificação da ONU, em parceria com o World Future Council, em reconhecimento a uma das melhores políticas do mundo sobre o tema.

As cisternas contribuíram para a melhoria de vida da população beneficiária e foram responsáveis pela:

- ★ Redução na incidência de doenças de veiculação hídrica;
- ★ Redução de até 70% na taxa de mortalidade infantil em decorrência de diarreia;
- ★ Redução no risco de ocorrência de diarreia em 73% dos beneficiários (só na faixa de 5 a 9 anos, a redução chega a 84%);
- ★ Incidência positiva no peso ao nascer das crianças;
- ★ Redução de pelo menos 20% no tempo gasto para buscar água, normalmente, usado pelas mulheres, com aumento no tempo para lazer e educação das crianças;
- ★ Aumento de 7,5% na frequência escolar de crianças.

Programa Cisternas em números

Nos 13 anos de governos Lula e Dilma, foram entregues

- ★ 1.257.670 cisternas para consumo
- ★ 169.537 cisternas para produção (2ª água)
- ★ 6,9 mil cisternas escolares



DESMONTE DO PROGRAMA CISTERNAS

Ainda há uma demanda estimada em 1,3 milhão de famílias sem acesso regular à água no meio rural, das quais 600 mil no Semiárido. O programa praticamente não existe mais, deixando esse público sem perspectiva.

O orçamento e as entregas passaram a cair significativamente a partir de 2015, após um salto observado entre 2011-2014. Os volumes entregues em 2016-2017 se referem basicamente a projetos em andamento, iniciados durante o governo Dilma.



FOTO: RICARDO STUCKERT



FOTO: UBIRAJARA MACHADO/MDS

FOTO: UBIRAJARA MACHADO/MDS



FOTO: SERGIO AMARAL/MDS

LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi criado em 2004 e cumpriu o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica para moradores rurais de todo o país. Foram 3,3 milhões de famílias e cerca de 15,9 milhões de brasileiros e brasileiras atendidos.

Os dados evidenciam o tamanho do investimento público realizado:

- ★ O Luz para Todos usou mais de 1,2 milhão de transformadores e mais de 8,3 milhões de postes;
- ★ Na região amazônica, uma nova tecnologia, com postes de resina feitos para flutuar nos rios, permitiu o transporte mais rápido de 68 mil postes levando luz elétrica a regiões de difícil acesso;
- ★ Foram empregados 1,6 milhão de km de cabos elétricos, o que equivaleria a 40 voltas ao redor da Terra;
- ★ Estima-se que as obras do Luz para Todos tenham gerado cerca de 498 mil novos postos de trabalho.

REGISTRO CIVIL

Em 2003, foi lançado o **Movimento Nacional de Mobilização para o Registro de Nascimento**, voltado à erradicação do sub-registro civil de nascimento, que avançou para o Plano Nacional. O processo envolveu estados e municípios em mutirões para emissão do documento, e ofereceu gratuidade e segunda via para famílias em situação de pobreza.

No ano do lançamento, 18,8% da população - em sua grande maioria mulheres e crianças - não tinham registro. Esse número caiu para menos de 1% em 2014, de acordo com dados do IBGE.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O compromisso social dos governos do PT foi claramente expresso no empenho de consolidar a política pública de assistência social, até então fragmentada em ações sem continuidade ou escala, sem

compromisso com a reversão dos quadros de pobreza e vulnerabilidade social.

Contando com expressiva ampliação do investimento federal, o governo Lula, em 2004, deu início à expansão e consolidação da política pública de assistência social por meio da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Com ele, foram criados os equipamentos públicos para o setor: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que estão presentes em praticamente todos os municípios e permitem o acesso aos serviços e benefícios assistenciais; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop).

O SUAS possibilitou o estabelecimento de um compromisso de proteção social inovador no Brasil. Com ele, foi possível atender toda a população em situação de pobreza e extrema pobreza por meio do BPC e do PBF, de maneira a efetivar a garantia de patamares mínimos de renda.

Nos equipamentos do SUAS - CRAS, CREAS e Centros Pop -, os profissionais da área passaram a atuar no atendimento, acompanhamento e promoção das famílias em que crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência estivessem em situação de vulnerabilidade social. Por meio de tais órgãos, passou-se também a atender aqueles que requerem atenções especiais devido a contextos familiares caracterizados pelo isolamento, por dinâmicas de violência ou por situações de violações de direitos humanos que demandem intervenções especializadas ou acolhimento institucional.

Mais recursos para a assistência social

Os recursos da Função Assistência Social foram multiplicados por 4 em termos reais, se comparados os valores do final do governo Fernando Henrique Cardoso e os de fins de 2015. Esse montante passou de 0,55% para 1,22% do PIB no mesmo intervalo de tempo.

Partimos de uma situação em 2003 na qual não havia nenhum equipamento especializado em Assistência Social financiado pelo governo federal para:

- ★ 8,1 mil CRAS em 5,5 mil municípios;
- ★ 2,4 mil CREAS trabalhando com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social;
- ★ 300 Centros Pop com profissionais que realizam a Busca Ativa e acolhimento;
- ★ 18,5 mil entidades privadas de assistência social sem fins lucrativos que se tornaram parceiras no atendimento socioassistencial à população;
- ★ Mais de 1.250 equipes multidisciplinares volantes para a atenção a famílias em territórios rurais extensos;
- ★ 120 lanchas da Assistência Social vinculadas ao BSM para atender população ribeirinha no Norte (unidades móveis);
- ★ 35 mil trabalhadores e trabalhadoras formados pelo Capacita SUAS, do BSM.

Além disso, foi autorizado que os repasses de recursos federais pudessem remunerar o salário dos servidores do SUAS. Com isto, os trabalhadores na rede pública SUAS, no final de 2015, somavam 272 mil. Se considerada a rede privada, o número chegava a 600 mil profissionais.



DESMONTE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os governos Temer e Bolsonaro romperam com o modelo da assistência social como direito. Está de volta a velha política assistencialista, baseada no favor, na filantropia e no primeiro-damismo. A EC 95 limitou os recursos para as políticas sociais, o que impactou fortemente a previsão de ações continuadas no SUAS.

O Orçamento para 2020 prevê uma redução de mais de 15% nas verbas da assistência social. O corte provavelmente chegará a 26%, já que os recursos estão condicionados à aprovação de crédito.

As ações de Proteção Social Básica foram reduzidas em 22% (R\$ 249,8 milhões) e praticamente foi zerada a possibilidade de Estruturação da Rede de Serviços do SUAS.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito, estabelecido na Constituição Federal de 1988, que proporciona o pagamento de um salário mínimo aos idosos ou mais e às pessoas com deficiência em situação de pobreza.

A partir de 2003, houve um aumento significativo do número de beneficiários do BPC em função da aprovação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que reduziu a idade de acesso ao benefício de 67 para 65 anos, e da realização de campanhas.

Da mesma forma, foi ampliado o acesso ao benefício para pessoas com deficiência com modelo de avaliação baseado em regras internacionais da OMS.

O BPC passou de 1,5 milhão de beneficiários no começo do governo Lula (976 mil PCD e 584 mil idosos) para 4,2 milhões no final de 2015 (2,3 milhões PCD e 1,9 milhão de idosos).



BPC ESTÁ SOB ALTO RISCO

O Governo Bolsonaro tentou desconstituir esse direito previsto na Constituição. Propôs a ampliação da idade de 65 para 70 anos, para garantir o valor do salário mínimo, e ofertou, em troca, R\$ 400 reais a partir de 60 anos.

O BPC também está sob permanente ameaça, como é o caso da exigência para que idosos se inscrevam no Cadastro Único, sem a devida divulgação e suporte para esse público pobre e vulnerável. Existem ainda estudos que pretendem incorporar o BPC a políticas como o Bolsa Família, distorcendo o direito e ceifando os valores.

Além disso, o fim da política de valorização do Salário Mínimo terá forte impacto de médio prazo nos valores do BPC. No curto prazo, destacam-se as mudanças nos processos, com acelerada implantação do INSS digital (aposentadoria de seus servidores, sem novas contratações), e falta de atenção ao usuário do INSS, em especial ao BPC.



POLÍTICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

O Brasil foi apontado como referência no combate ao trabalho infantil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) por causa da criação do **Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. A medida articulava ações de fiscalização da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, com atividades de contraturno promovidas pela assistência social e organizações da sociedade civil.

Com o início das políticas de Transferência de Renda, o combate ao trabalho infantil foi ampliado para todo o território nacional, ao ser integrado ao Bolsa Família. Dessa forma, não apenas garantimos a essas crianças e adolescentes uma alternativa ao trabalho precoce, como também criamos mecanismos de controle, já que o programa, além de não permitir o trabalho, exigia a presença na escola em pelo menos 85% das aulas de cada mês.

COMBATE AO TRABALHO INFANTIL EM NÚMEROS

★ O número de crianças de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil declinou de 5,1 milhões, em 2002, para 2,2 milhões, em 2015, sendo majoritária a parcela que estava na escola;

★ A quantidade de crianças pobres e extremamente pobres com menos de 13 anos diminuiu de 2,4 milhões, em 2004, para pouco mais de 390 mil, em 2015;

★ O perfil dos que estavam no trabalho infantil mudou. Em 2003, eram menores de 13 anos no trabalho rural e no insalubre (olarias, carvoarias e corte de cana). Em 2015, 82% do trabalho infantil alcançava adolescentes de 14 a 17 anos, sendo predominante em áreas urbanas, em atividades informais e remuneradas.

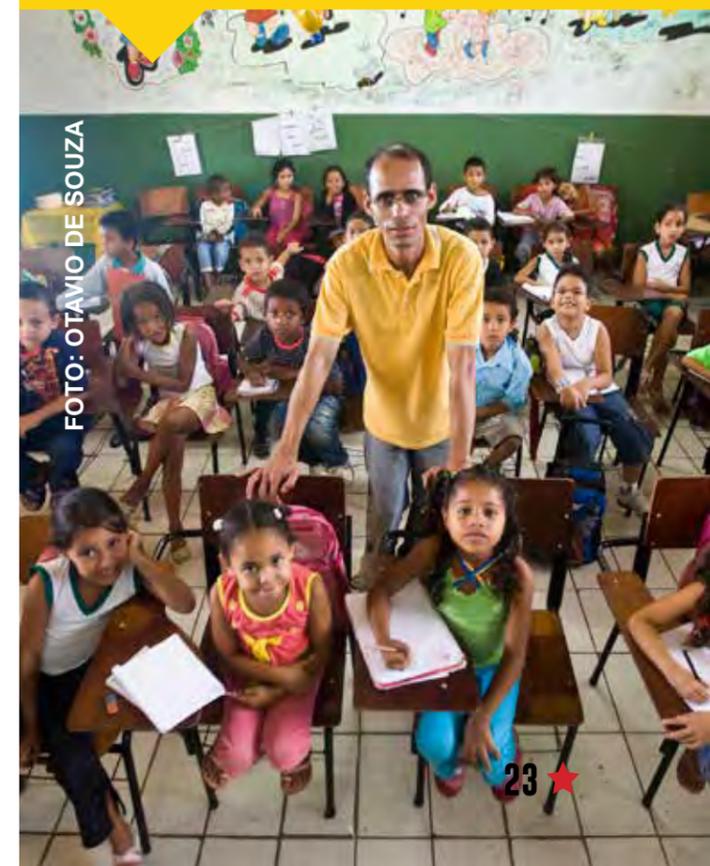


FOTO: OTAVIO DE SOUZA



COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NÃO É MAIS PRIORIDADE

Depois do golpe de 2016, o combate ao trabalho infantil deixou de ser prioridade nas ações de fiscalização e ficou ameaçado com a extinção do Ministério do Trabalho e com a desarticulação das políticas públicas desenvolvidas nos governos do PT.

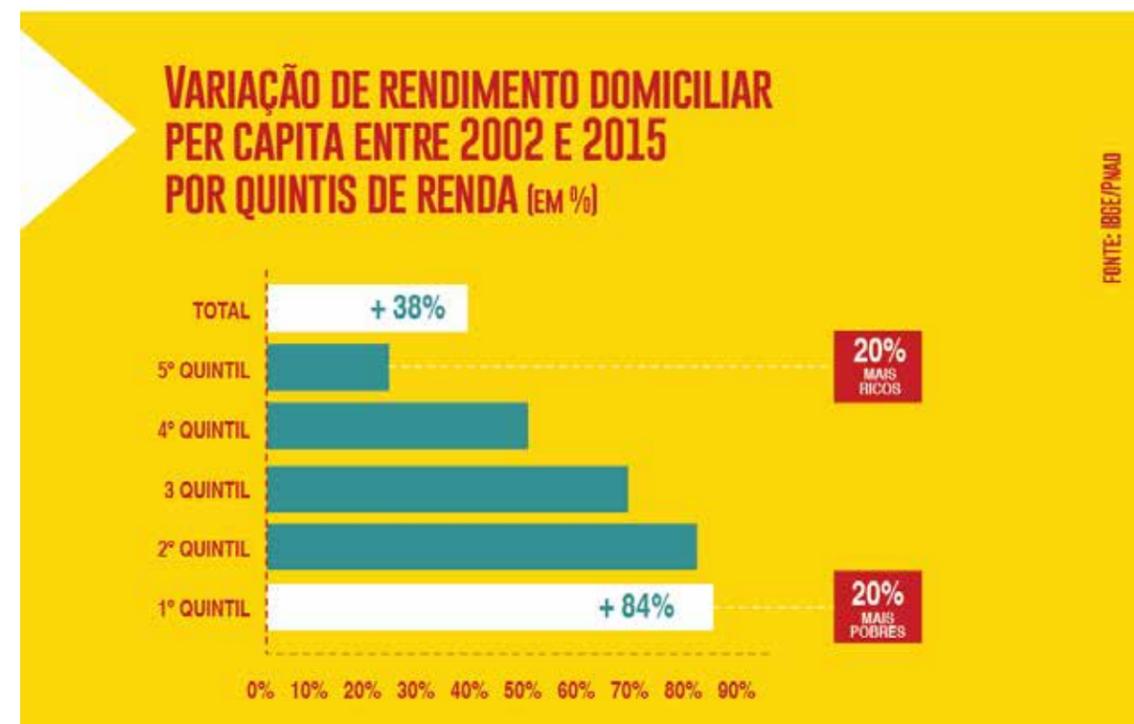


REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES

Nestes 13 anos de legado, ficou claro que nosso projeto de reduzir a pobreza foi muito além de distribuir renda. O grande esforço foi reduzir as assimetrias de acesso a bens e serviços e tratar como urgente o direito à alimentação, água, saneamento, energia, educação, saúde e bens de con-

sumo, como geladeira, por exemplo, que, além do conforto, é item estratégico de segurança alimentar das famílias pobres.

O desenvolvimento com inclusão é bom para todos. E todos ganharam nos nossos governos. A renda média cresceu 38% acima da inflação, mas a renda dos 20% mais pobres cresceu muito mais (84%).



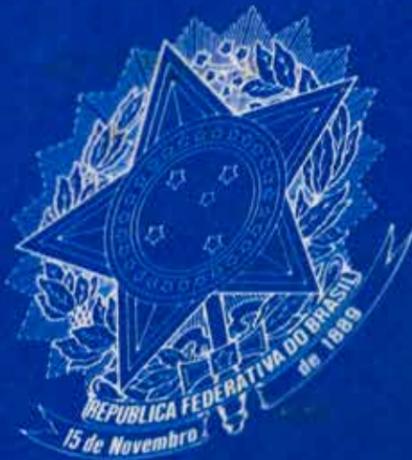
REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL EM NÚMEROS

A redução das desigualdades foi estrutural. Segundo dados do IBGE, entre 2003 e 2015:

- ★ 41 milhões de pessoas passaram a contar com água de qualidade. Entre elas, 38 milhões de negros e negras;
- ★ Enquanto 88,6% da população total tinha acesso à água de qualidade, entre os 5% mais pobres eram apenas 49,6%. Essa porcentagem subiu para 76% em 2015, representando um aumento de 53%. Só no Nordeste, foram dez milhões de famílias beneficiadas;
- ★ O Brasil reduziu desigualdades ao universalizar energia elétrica e beneficiar mais de 35,6 milhões de pessoas. Em 2002, 96,7% da população possuía acesso à energia elétrica, contudo, nos 5% mais pobres, o percentual caía para 81,3%. Esses quase 19% desassistidos estavam principalmente nas áreas rurais do Norte e Nordeste. Em 2015, o acesso à energia para essa faixa da população aumentou para 98,6%;
- ★ 48 milhões de brasileiros e brasileiras receberam escoamento sanitário adequado. É como se tivéssemos oferecido rede de esgoto para toda a Argentina em 13 anos. Desses, 38 milhões eram negros e negras;
- ★ Aumentamos o acesso a bens de consumo. Como é o caso das 24 milhões de famílias que puderam comprar uma geladeira porque tiveram acesso à renda e à eletricidade.

Empregos e oportunidades como direitos

Ministério do Trabalho e Emprego



CAIXA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

AMPLIAÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS

Nos 13 anos de PT, foram **criados 19,4 milhões de empregos formais**. Foram **1,5 milhão de empregos por ano** – um feito sem precedentes nos mais de 500 anos de história. Isso só foi possível porque os nossos governos tinham como objetivo último da política econômica elevar o emprego e a renda dos brasileiros e brasileiras. Para isso, não descuramos da inflação e da estabilidade macroeconômica, como condições necessárias para preservar todas as conquistas alcançadas.

O crescimento do emprego se deu de forma disseminada, com forte expansão tanto nas áreas metropolitanas quanto no campo. E, mais uma vez, isso não aconteceu por acaso. Para **estimular a atividade produtiva privada, nossas gestões realizaram investimentos em todas as regiões do país**, em vez de concentrá-los nas regiões Sul e Sudeste, como até então vinha sendo a praxe. Com isso, democratizamos, de fato, o acesso a oportunidades.

NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS (EM MILHÕES)

■ ANOS COM O PT
■ ANOS SEM O PT

FONTE: IBS/MINISTÉRIO DA ECONOMIA



■ REDUÇÃO DO DESEMPREGO

O emprego cresceu em ritmo muito mais acelerado do que a nossa população em idade para trabalhar. Como consequência, quem estava no desalento, sem acreditar que poderia encontrar emprego, passou a procurar. E quem procurou emprego teve mais facilidade para encontrar.

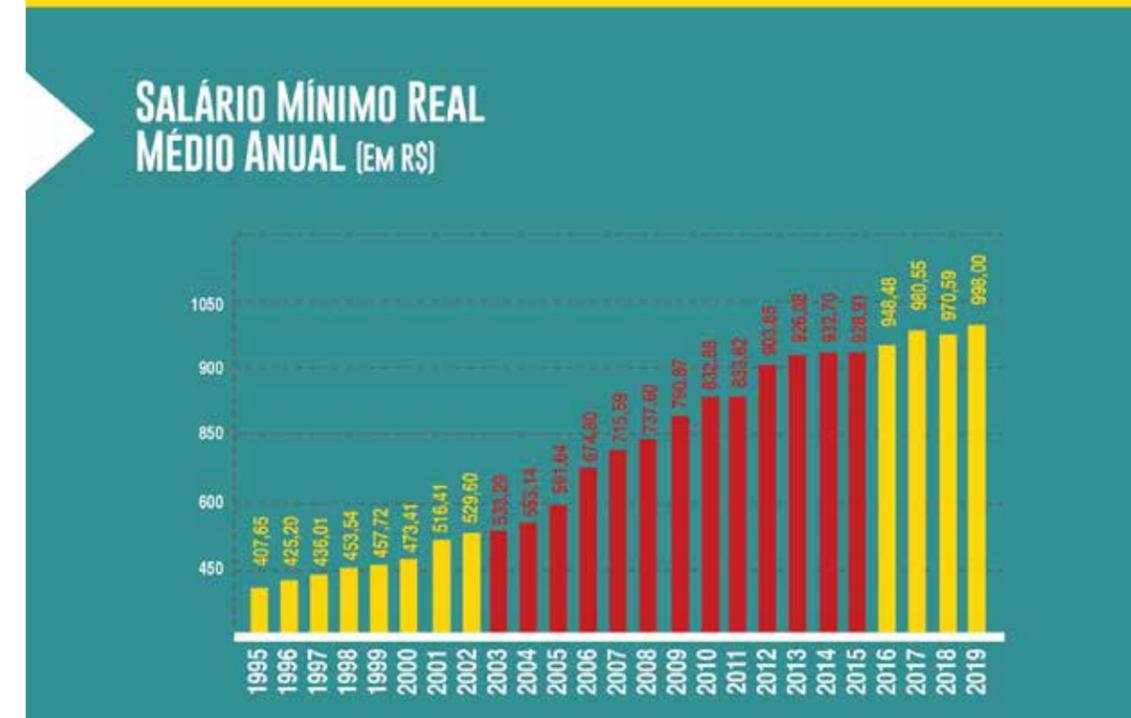
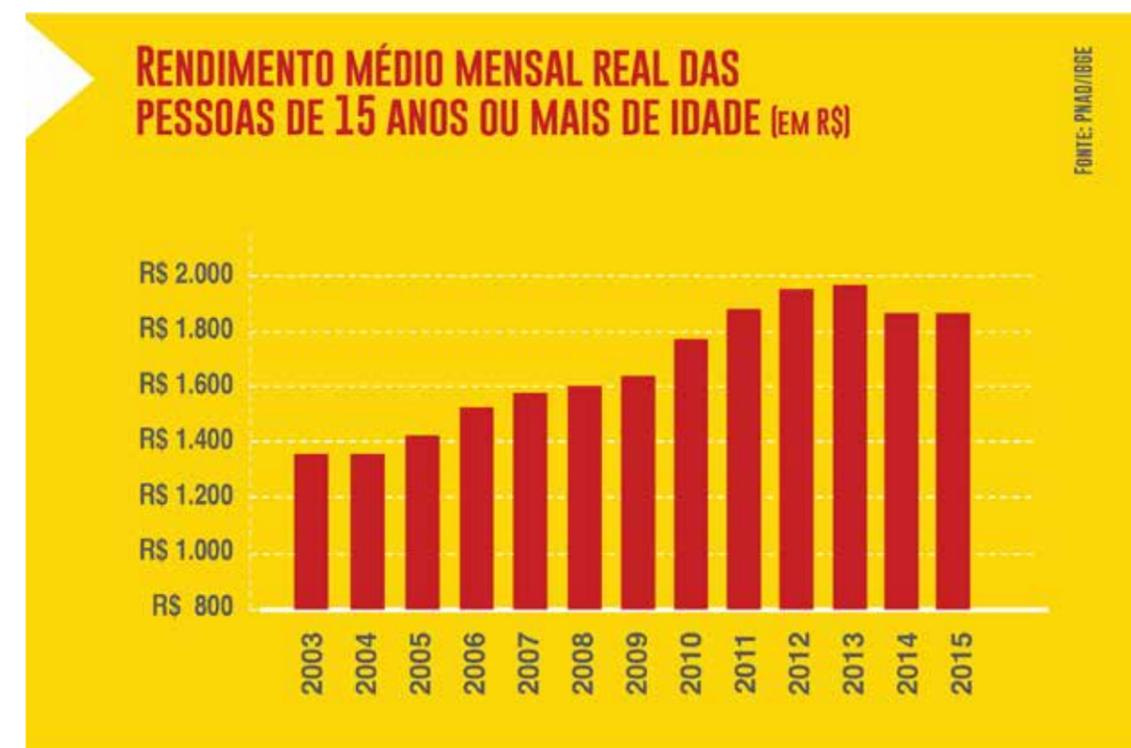
O resultado foi a redução drástica do desemprego, que passou de 10,5%, no final do ano de 2002 (dez/2002), para 4,3%, no final de 2013. Alcançamos, assim, o que os economistas chamam de **pleno emprego**, quando a taxa de desemprego chega a um mínimo correspondente à movimentação dos trabalhadores e trabalhadoras entre um emprego e outro.



■ ELEVAÇÃO DA RENDA

O aquecimento do mercado de trabalho teve efeito claro na renda do trabalhador e da trabalhadora. Entre 2002 e 2015, o rendimento médio do trabalho das pessoas de 15 anos ou mais, medido pela PNAD/IBGE, cresceu 18%, em termos reais.

A principal ferramenta para ampliação da renda do trabalho e para redução da desigualdade foi a política de **fortalecimento do salário mínimo**, instituída com base em reajuste com reposição total da inflação mais o crescimento do PIB de 2 anos atrás. Dessa forma, o **salário mínimo aumentou 77,2%** em termos reais nos 13 anos de governo do PT.



* Em R\$ de Jan/2019. Deflacionado pelo INPC.

TUDO ISSO + GARANTIA DE DIREITOS

Mais emprego, mais renda e mais direitos para os trabalhadores e trabalhadoras: essa foi a diretriz dos governos do PT. Os direitos previstos na Constituição foram assegurados a **1,8 milhão de trabalhadoras domésticas** com carteira assinada, como jornada de 44 horas semanais, férias, descanso semanal remunerado, adicional noturno e outros. Uma conquista histórica.

Nos governos do PT, também foi criada a **lista suja do trabalho escravo** e ampliado o enfrentamento a essa forma de exploração. Nessa direção, aprimoramos ainda os instrumentos de combate ao trabalho infantil, além de reconhecermos as centrais sindicais.

Todos esses avanços demonstram que não há, como muitos querem fazer acreditar, contradição entre ampliação de direitos e geração de empregos.



FOTO: JOSÉ CRUZIAGÊNCIA BRASIL



A DETERIORAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA PÓS-GOLPE

Os governos que nos antecederam e aqueles que nos sucederam – o ilegítimo de Michel Temer e o de Jair Bolsonaro, eleito com a ajuda da prisão ilegal de Lula – fizeram e vêm fazendo, em todos os aspectos, um **caminho oposto ao de nossas gestões**.

Reduziram direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; diminuíram o crédito para o setor produtivo, dificultando o investimento das empresas; baixaram os investimentos com recursos públicos, minando a atuação do BNDES, a continuidade do Minha Casa, Minha Vida etc.;

e vêm concentrando, cada vez mais, o comércio internacional com parceiros que não oferecem vantagens competitivas. Fizeram e fazem isso porque **os trabalhadores e trabalhadoras não são prioridade**.

A evolução da taxa de desemprego no segundo governo da presidenta Dilma, quando a oposição se aliou a Eduardo Cunha para inviabilizar sua administração, deixa claro contra quem foi o golpe de 2016. Com o PT impedido por forças antidemocráticas de exercer o mandato conquistado nas urnas, o número de desempregados subiu rapidamente.

POR QUE A TAXA DE DESEMPREGO BAIXA NÃO INTERESSA AOS GRUPOS QUE TOMARAM O PODER NO BRASIL?

Porque mercado de trabalho aquecido significa menos desemprego, o que, por sua vez, significa maior capacidade de barganha dos trabalhadores e trabalhadoras, melhores acordos coletivos, maiores salários e benefícios. E isso não interessa a quem não prioriza os trabalhadores e trabalhadoras, a quem não busca um projeto de nação inclusiva e menos desigual. Aos que tomaram o poder após o golpe de 2016 interessa mão de obra barata, engenheiros pagos pelo salário mínimo, desempregados batendo à porta para poder retirar direitos básicos sem retaliações.



REFORMA TRABALHISTA DE TEMER

A exemplo da Previdência, o nome “reforma” foi, mais uma vez, mal empregado nesse caso, porque a reforma trabalhista não melhorou as relações de trabalho nem gerou emprego. Pelo contrário.

- Fragilizou a organização sindical;
- Criou a possibilidade de prevalência de acordos e convenções coletivas sobre a legislação;
- Criou diversas modalidades de contratos precários, como o estabelecimento de trabalho intermitente, ampliação dos limites de contrato em tempo parcial, liberação do uso de contrato de trabalho autônomo como relação não empregatícia;
- Estabeleceu a terceirização em atividades-fim;
- Facilitou a demissão ao retirar a obrigatoriedade de realizar rescisões de contratos de mais de um ano de duração no respectivo sindicato, bem como a obrigação de pagamento de verbas rescisórias no momento da homologação;
- Estabeleceu a rescisão de “comum acordo”, com corte de 50% no aviso-prévio, sem direito a seguro-desemprego e com maiores facilidades para a dispensa imotivada;
- Promoveu alterações nas regras sobre jornada de trabalho;
- Permitiu o trabalho em locais insalubres para gestantes e lactantes.

Educação como prioridade: da creche à pós-graduação



FOTO: RICARDO STUCKERT

Educação é, ao mesmo tempo, direito de todo cidadão e fator decisivo para o desenvolvimento do país. Por isso, a política educacional nos 13 anos do PT garantiu acesso, permanência e qualidade, desde a creche até a pós-graduação. Um novo padrão de financiamento e novos instrumentos de parceria federativa foram adotados, para que se pudesse implantar uma política inclusiva na educação.

UM NOVO PADRÃO DE FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO

O orçamento do MEC triplicou, passando de R\$ 49,3 bilhões, em 2002, para R\$ 151,7 bilhões, em 2015. No governo Dilma, os investimentos na área superaram em R\$ 54 bilhões o piso constitucional.



Três alterações institucionais foram importantes para este novo padrão de financiamento da educação. Em 2006, a **Constituição foi alterada para criar o FUNDEB** – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica –, que assegurou recursos para todos os níveis de ensino e elevou os repasses da União para estados e municípios vinculados às matrículas da educação básica. Em 2006, os repasses do FUNDEF haviam sido de R\$ 988 milhões. Em 2007, início da implementação do FUNDEB, os repasses cresceram para R\$ 3,9 bilhões, chegando a R\$ 15,98 bilhões em 2015.

Em 2009, foi aprovada emenda constitucional reduzindo o percentual da DRU incidente sobre recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, até a extinção em 2011. Em 2013, foi sancionada **lei assegurando a destinação de 75% dos royalties do pré-sal e 50% do Fundo Social para a educação.**

DEMOCRATIZANDO O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

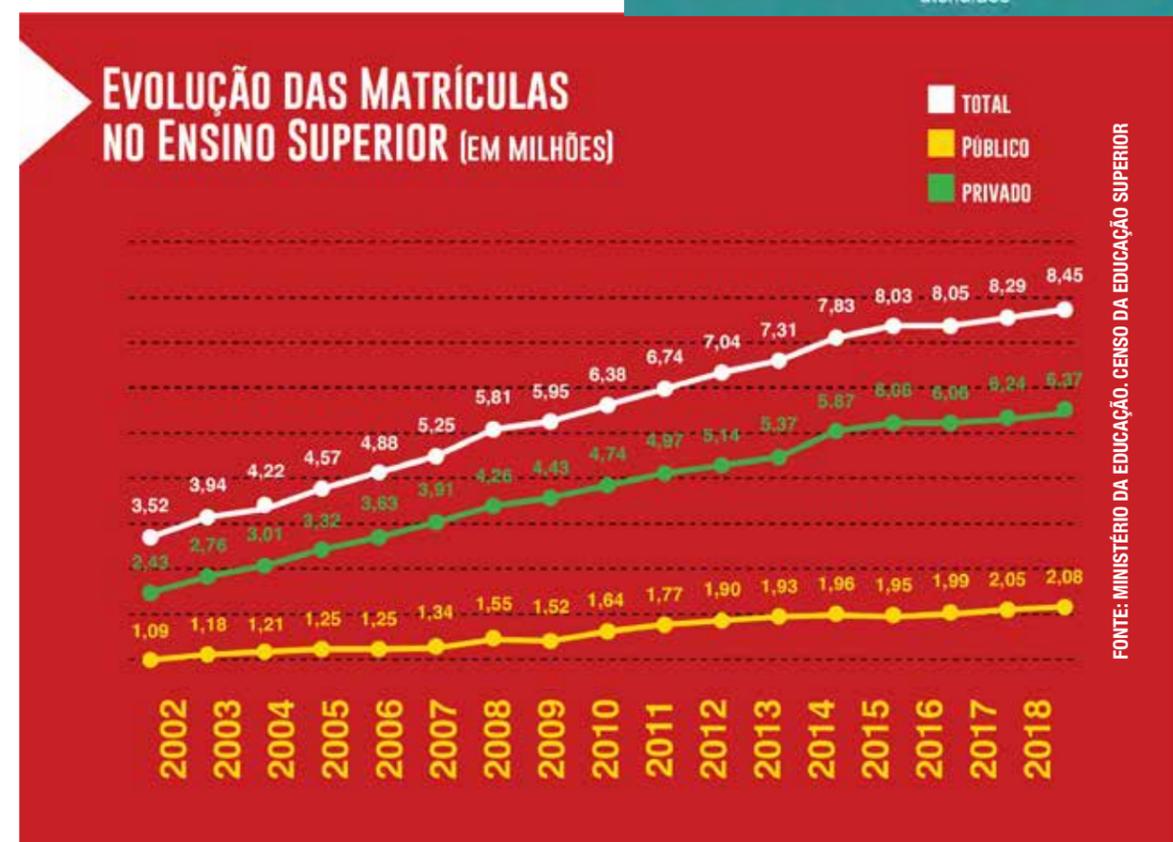
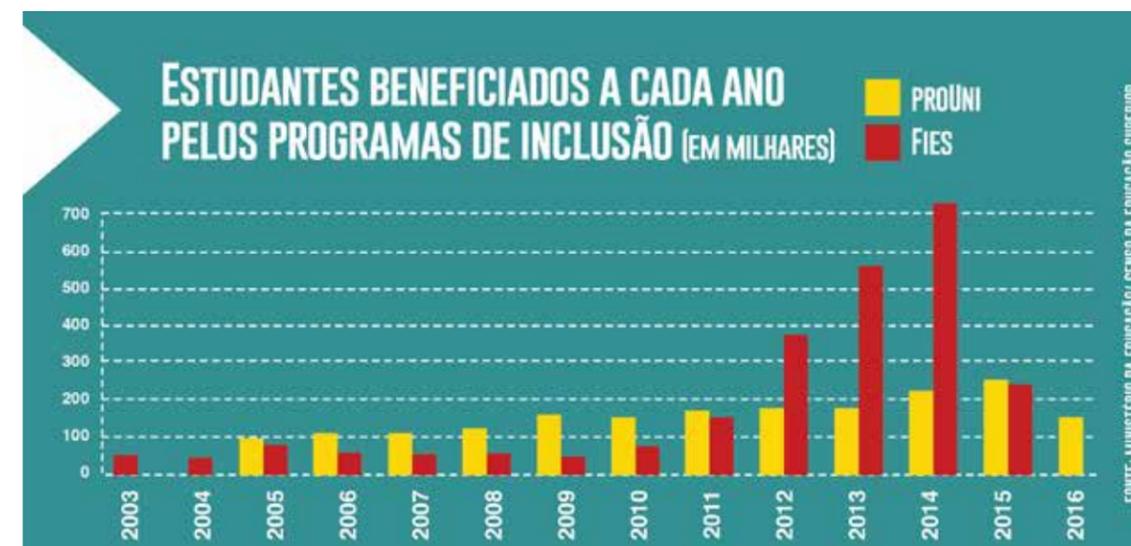
Uma das mais maiores transformações promovidas pelos governos do PT foi criar as condições para que milhões de brasileiros e brasileiras tivessem oportunidade de cursar o ensino superior, independente da renda de suas famílias. Um conjunto de políticas inclusivas e afirmativas foi adotado, resultando em uma ampliação sem precedentes no número



de estudantes universitários no Brasil. Nos 13 anos de PT, as **matrículas no ensino superior mais que dobraram**. Em 2015, eram 8,03 milhões de matrículas, contra 3,52 milhões, em 2002. Esse crescimento ocorreu nas redes pública e privada, resultado da política de fortalecimento das universidades federais e dos programas implantados para viabilizar o acesso à rede privada. A rede federal de ensino superior teve, nos governos do PT, a maior expansão de sua história. **Foram criadas 18 novas universidades e 178 novos campi**, e o

orçamento praticamente triplicou. Para levar oportunidades a todo país, a expansão foi acompanhada por forte **desconcentração territorial**. Em 2002, havia campi em 114 municípios. Em 2016, eles estavam espalhados por 295 municípios.

Dois outros instrumentos foram fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior, o **ProUni e o FIES**, que viabilizaram o ingresso de milhões de estudantes de baixa renda nas universidades privadas. O primeiro concedia bolsas de estudo integrais e parciais e, desde



sua criação, em 2005, até o primeiro semestre de 2016, assegurou 1,9 milhão de bolsas. O segundo era um financiamento com custo altamente subsidiado, que beneficiou 2,71 milhões de estudantes.

Articulando esses instrumentos, o ENEM transformou-se na porta única de entrada no sistema universitário. Anualmente, milhões de brasileiros e brasileiras passaram a fazer uma prova cuja nota dava acesso às universidades federais – por meio do Sisu, sistema nacional e unificado de inscrição via internet – ao ProUni e ao FIES.

Como resultado, as universidades brasileiras mudaram de perfil. **Mais negros, mais pessoas de baixa renda, usualmente excluídas, tiveram oportunidade de cursar o ensino superior.** Entre os concluintes que fizeram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em 2015, 35% eram os primeiros de suas famílias a serem diplomados. A parcela de negros nas universidades praticamente triplicou no período do PT, desempenho associado às maiores oportunidades de acesso e à **política de cotas adotada a partir de 2012.**

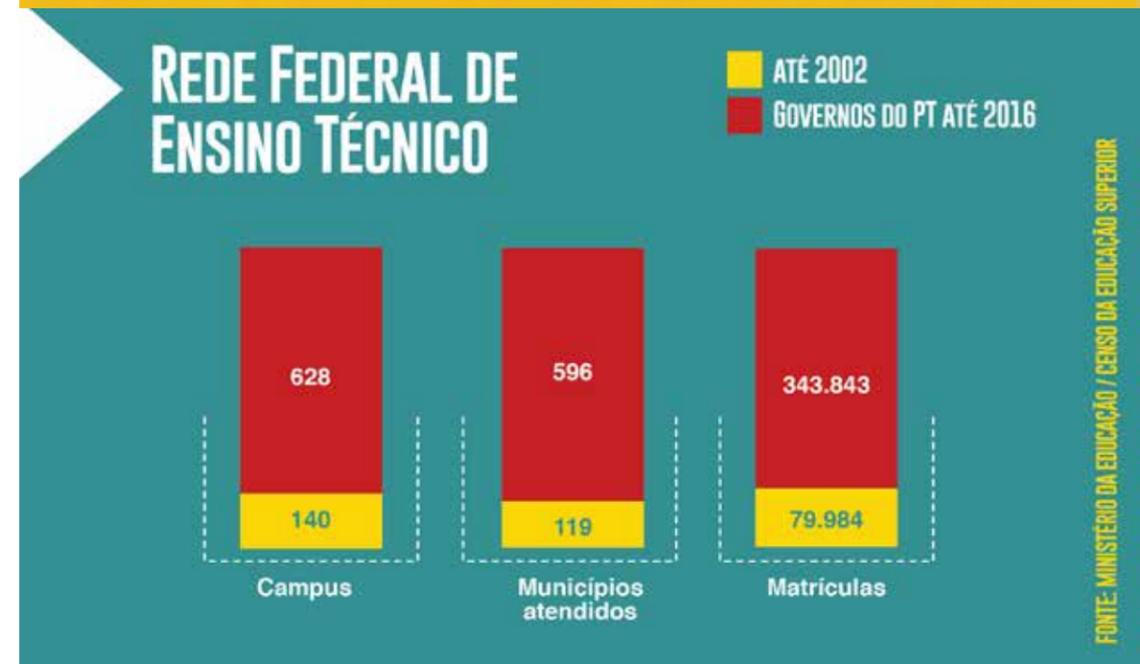
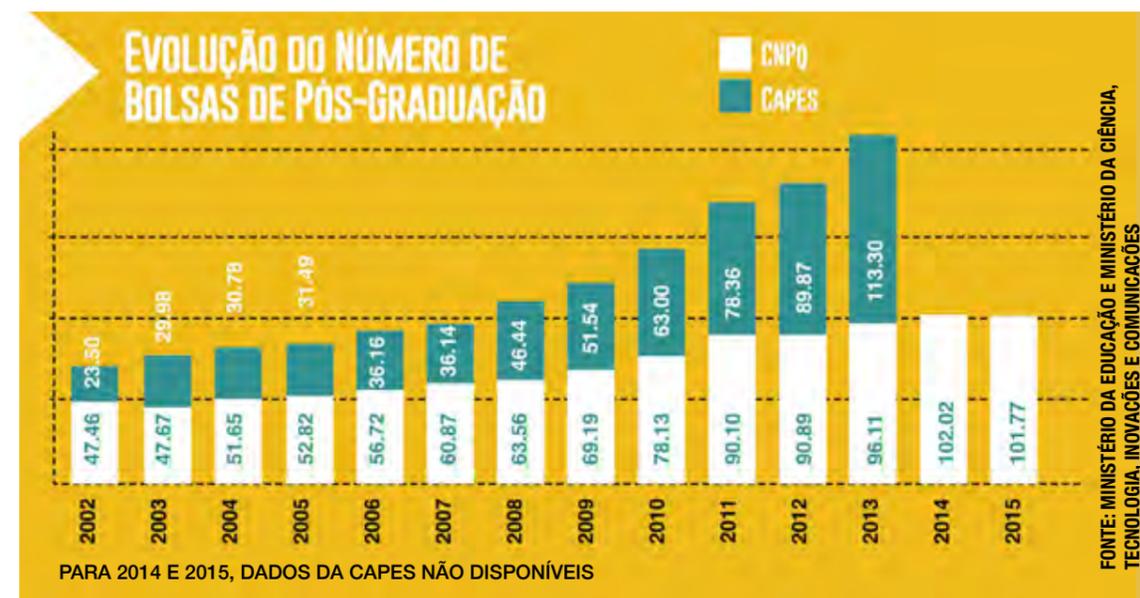


FOTO: RICARDO STUCKERT

■ Ciência sem Fronteiras

Nos governos do PT, as matrículas em pós-graduação dobraram, acompanhadas de um aumento, de igual proporção, no número de bolsas. Em 2011, a presidenta Dilma criou o programa **Ciência sem Fronteiras**, para estimular a integração de nossa formação e produção acadêmicas com o exterior, em especial nas áreas tecnológicas. Foram concedidas 101 mil bolsas de estudo no exterior entre 2011 e 2014. Em 2017, o governo golpista de Michel Temer simplesmente acabou com o programa.

■ FORTALECIMENTO DO ENSINO TÉCNICO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Investir na formação técnica e profissional de qualidade foi uma diretriz central da política educacional do PT. Cabia gerar as oportunidades de aprendizagem técnica e tecnológica para que jovens e trabalhadores pudessem se beneficiar do crescimento do emprego, se inserindo em melhores postos de trabalho graças à sua formação.

Até 2002, em toda a história do Brasil, haviam sido criadas 140 escolas técnicas, em 119 municípios. Nos 13 anos de governo do PT, foram **criadas 422 novas escolas**, parte de uma rede estruturada em torno dos Institutos Federais de Ensino Tecnológico, que chegou a **596 municípios**. Ensino técnico e tecnológico de qualidade foi levado a todo o país, beneficiando, em 2015, meio milhão de jovens.

Outro instrumento foi o Pronatec, programa de qualificação profissional implementado em 2011. Em apenas 4 anos, garantiu **9,49 milhões de matrículas em cursos gratuitos** para brasileiras e brasileiros que queriam se preparar melhor para o mercado de trabalho. Além de gratuita, a formação oferecida pelo Pronatec era de alta qualidade, uma vez que os cursos eram feitos no Sistema S, nas escolas técnicas federais e estaduais, todos reconhecidos pela excelência. Os cursos foram oferecidos em 82% dos municípios brasileiros e buscava chegar a todos os públicos, com vagas reservadas e especialmente preparadas para os beneficiários do Bolsa Família.



FOTO: DIVULGAÇÃO/BLOG DO PLANALTO



FOTO: SERGIO AMARAL/MDS

MAIS INVESTIMENTO E QUALIDADE NO ENSINO BÁSICO

Os governos do PT buscaram apoiar Estados e municípios no cumprimento de suas atribuições na política educacional. Além da aprovação do Fundeb, que ampliou o total de recursos transferidos para as unidades da federação, nos 13 anos de governo do PT vários programas foram criados ou fortalecidos para assegurar a todos o direito à educação de qualidade.

Creches e pré-escolas

Para ampliar o acesso à educação infantil, o governo federal, nos mandatos do PT, assegurou recursos para a construção de **8.664 creches e pré-escolas**, das quais 3.125 estavam concluídas quando o golpe interrompeu o mandato da presidenta Dilma.

Programa Dinheiro Direto na Escola

Os investimentos foram ampliados também a partir do **Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE**, que garantiu recursos para escolas públicas de educação básica e escolas privadas de educação especial. Nos 13 anos de governo do PT, foram cerca de **R\$ 14 bilhões transferidos pelo PDDE** para financiar melhorias em infraestrutura física e pedagógica das escolas. Tais demandas eram detectadas e definidas pelos diretores e professores, em uma iniciativa inovadora de descentralização de recursos.



FOTO: RICARDO STUCKERT

Transporte escolar

O transporte seguro é um direito dos estudantes das escolas públicas. Por isso, durante os governos do PT, por meio do programa **Caminho da Escola**, foram adquiridos **30,5 mil ônibus escolares, 28 mil para o transporte rural e 2,5 mil para o transporte de crianças com deficiência** nas áreas urbanas. Em respeito à diversidade de nosso território, foram também distribuídas **918 lanchas**, para atender crianças em localidades onde o transporte é feito por meio fluvial.

Educação em tempo integral

Quase **60 mil escolas estaduais e municipais** receberam investimentos para proporcionar jornada ampliada aos estudantes, estratégia que tende a resultar em impactos positivos sobre a aprendizagem.

Merenda de qualidade

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar** foi continuamente aprimorado. Além do reajuste no valor per capita transferido para estados e municípios, a merenda foi

assegurada também aos estudantes do ensino médio. Tornou-se ainda um instrumento de desenvolvimento local, por meio da autorização da compra direta da agricultura familiar. O número de estudantes atendidos pelo programa de merenda escolar **creceu de 36,4 milhões para 41,3 milhões**, entre 2002 e 2015.

Acompanhamento da qualidade do ensino

A **criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**, em 2007, permitiu avaliar o desempenho das redes de ensino, com uma combinação entre proficiência e fluxo. Isso possibilitou um **monitoramento melhor da educação**, um incentivo à melhoria da gestão educacional e uma transparência maior das políticas educacionais na ponta.

Ainda há muito a fazer para que o sistema público de educação alcance padrões elevados de qualidade, mas o pontapé inicial foi dado nos 13 anos de governo do PT. Frente ao teto de gastos aprovado após o golpe de 2016, todas essas ações estão sob risco de descontinuidade.



VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS

Nos 13 anos em que estive à frente do governo federal o PT priorizou a valorização e a formação dos professores, que são fundamentais para o desenvolvimento da educação no país.

■ Piso nacional

Nos 13 anos em que estivemos à frente do governo federal, priorizamos a valorização e a formação docente. Em 2008, Lula sancionou a lei criando o piso nacional para os professores da educação básica. Além de definir um salário mínimo a ser pago, em qualquer lugar do Brasil, por uma jornada de 40 horas semanais, a lei também reserva uma parte da jornada para que o profissional planeje e prepare aulas, estude e corrija avaliações. Em 2009, o primeiro piso foi fixado em R\$ 950, crescendo 42% acima da inflação até 2016.

■ Apoio à formação docente

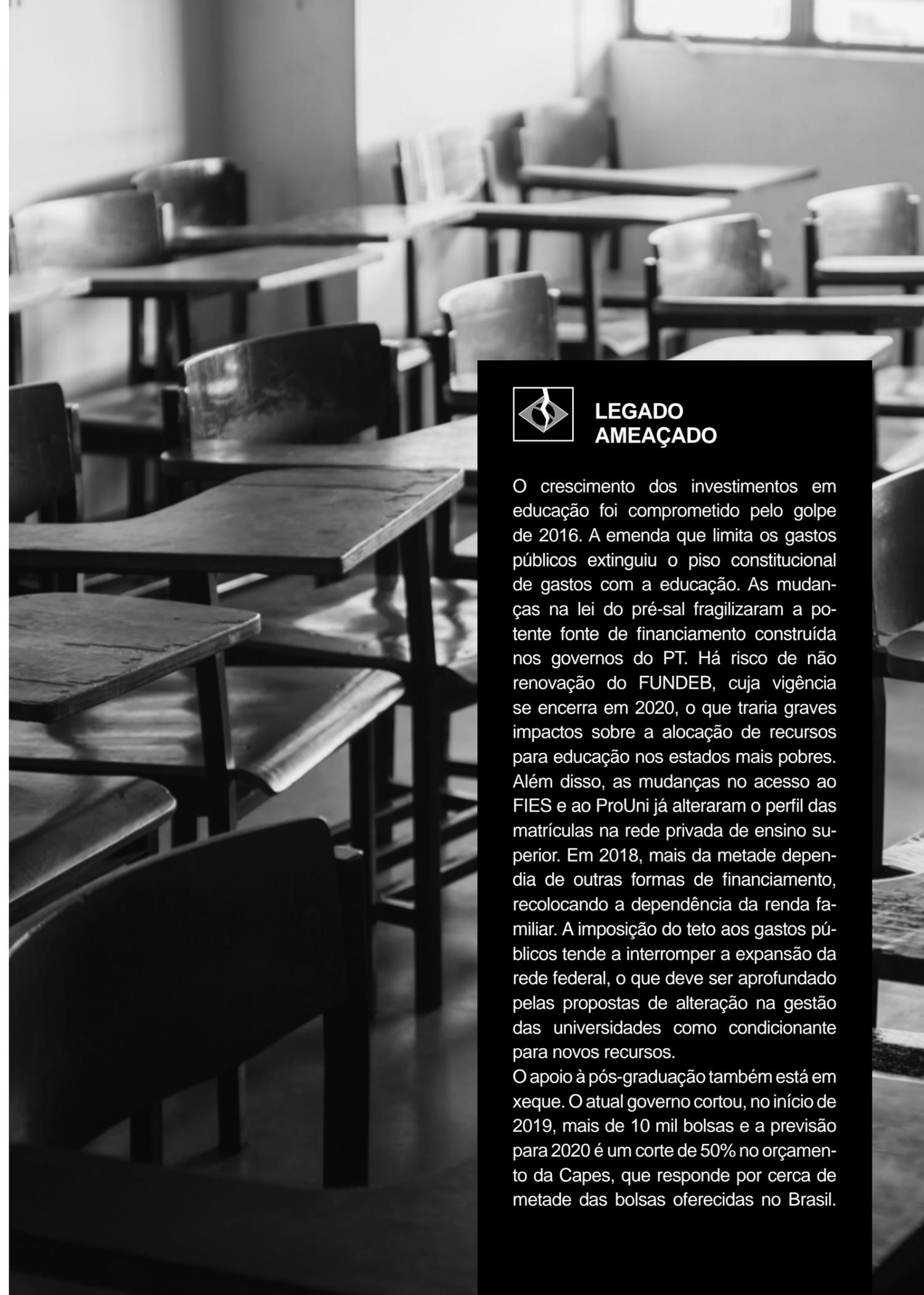
Em 2007, parte expressiva dos professores e das professoras de educação básica não tinha formação superior. Esse número chegava a cerca de 300 mil do-

centes. Durante nossos governos, foram implementadas várias medidas para destinar vagas presenciais e à distância em instituições de ensino superior.

Criado em 2009, o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)** oferece bolsas para alunos de cursos de licenciatura desenvolverem atividades pedagógicas em escolas públicas. Entre 2009 e 2015, o número de bolsas cresceu de **13.694 para 90.247**, beneficiando 72.840 alunos de licenciaturas e 11.716 professores da educação básica da rede pública de ensino. Em 2015, estavam envolvidas no PIBID 282 instituições de ensino superior e 6.055 escolas de educação básica.

Outra iniciativa de destaque é o **Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)**, destinado a professores em exercício na rede pública que não possuem a formação em nível superior. Entre 2009 e 2015, foram implantadas 2.463 turmas, em 497 Municípios, em 24 estados. Nesse período, o Parfor atendeu professores oriundos de 2.611 Municípios.

Finalmente, cabe destacar a **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. Criada em 2006, ela é um sistema integrado por instituições públicas de ensino superior com o objetivo de oferecer formação inicial e continuada de professores da educação básica. Desde seu início, em 2006, até 2015, o **Sistema UAB ofereceu 730 mil vagas**, chegando a 130 mil formados. Em 2015, era integrado por 104 instituições, 645 polos ativos e mais de 173 mil alunos matriculados, oferecendo 785 cursos de licenciatura, bacharelado, tecnologia e pós-graduação *lato e stricto sensu*.



LEGADO AMEAÇADO

O crescimento dos investimentos em educação foi comprometido pelo golpe de 2016. A emenda que limita os gastos públicos extinguiu o piso constitucional de gastos com a educação. As mudanças na lei do pré-sal fragilizaram a potente fonte de financiamento construída nos governos do PT. Há risco de não renovação do FUNDEB, cuja vigência se encerra em 2020, o que traria graves impactos sobre a alocação de recursos para educação nos estados mais pobres. Além disso, as mudanças no acesso ao FIES e ao ProUni já alteraram o perfil das matrículas na rede privada de ensino superior. Em 2018, mais da metade dependia de outras formas de financiamento, recolocando a dependência da renda familiar. A imposição do teto aos gastos públicos tende a interromper a expansão da rede federal, o que deve ser aprofundado pelas propostas de alteração na gestão das universidades como condicionante para novos recursos.

O apoio à pós-graduação também está em xeque. O atual governo cortou, no início de 2019, mais de 10 mil bolsas e a previsão para 2020 é um corte de 50% no orçamento da Capes, que responde por cerca de metade das bolsas oferecidas no Brasil.



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

Saúde para todos e em todos os lugares

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um patrimônio conquistado pelos brasileiros e brasileiras com a Constituição de 1988. No entanto, quando o PT chegou ao governo federal, em 2003, a cobertura e a qualidade da atenção à saúde eram insuficientes e havia grandes obstáculos à efetiva garantia do direito à saúde.

Duas diretrizes moveram as políticas adotadas pelo PT nos 13 anos seguintes: ampliar o investimento na rede e nos serviços de saúde e eliminar os vazios assistenciais existentes, para constituir uma efetiva rede universal e gratuita de saúde, descentralizada, democrática e com maior equidade.

MAIS MÉDICOS

A escassez de médicos em municípios do interior e em áreas vulneráveis dos grandes centros urbanos foi, historicamente, um entrave ao efetivo funcionamento do SUS. Em 2013, o governo Dilma criou o Mais Médicos, programa com dois objetivos centrais:

★ **Levar médicos para todas as áreas do país**, inclusive os Distritos de Saúde Indígena.

★ **Ampliar a formação de médicos no Brasil**, criando novas vagas em cursos de graduação e em residência médica.

O Mais Médicos foi extremamente bem sucedido. Em apenas dois anos, conseguiu levar 18.240 médicos para 4.058 municípios e para 34 distritos de saúde indígena, garantindo atenção adequada à **saúde para 63 milhões de brasileiros e brasileiras**.



Até o início de 2016, já haviam sido **criadas 5.849 vagas em cursos de medicina**. Havia também editais para 4.347 novas vagas em universidades privadas, em 63 municípios que não possuíam esse curso, e outras 1.925 vagas autorizadas em universidades federais, em 46 municípios.

Com um esforço de descentralização, em 2015, o interior do país já ultrapassava, pela primeira vez na história, as capitais brasileiras em número de vagas para estudantes de medicina. No mesmo período, foram criadas 6.775 vagas de residência em medicina, direcionadas para áreas em que a carência de profissionais era maior.



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

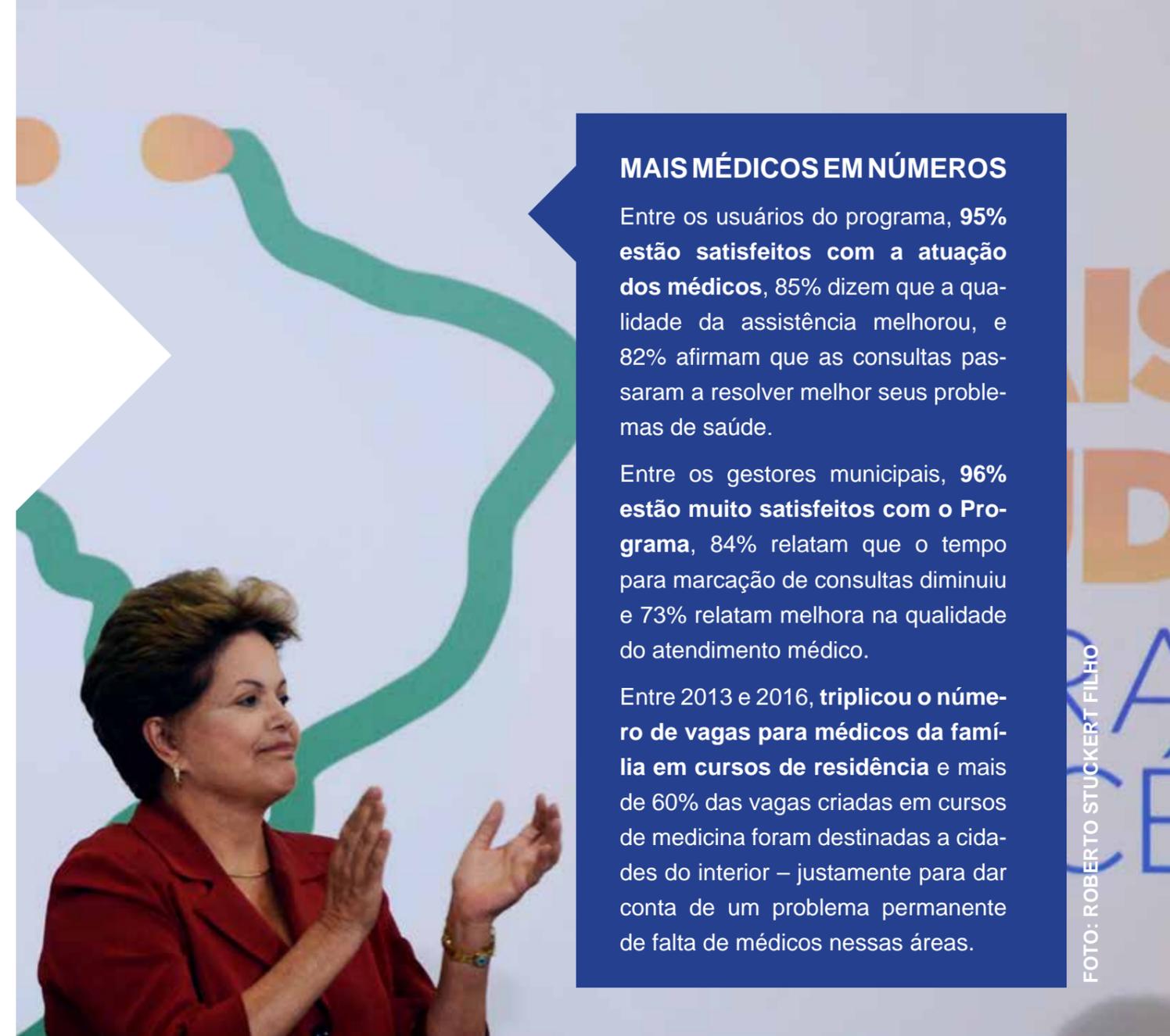


FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

MAIS MÉDICOS EM NÚMEROS

Entre os usuários do programa, **95% estão satisfeitos com a atuação dos médicos**, 85% dizem que a qualidade da assistência melhorou, e 82% afirmam que as consultas passaram a resolver melhor seus problemas de saúde.

Entre os gestores municipais, **96% estão muito satisfeitos com o Programa**, 84% relatam que o tempo para marcação de consultas diminuiu e 73% relatam melhora na qualidade do atendimento médico.

Entre 2013 e 2016, **triplicou o número de vagas para médicos da família em cursos de residência** e mais de 60% das vagas criadas em cursos de medicina foram destinadas a cidades do interior – justamente para dar conta de um problema permanente de falta de médicos nessas áreas.



DESMONTE

O golpe que retirou a presidenta Dilma do exercício de seu mandato legítimo foi também um golpe na cobertura do programa, que chegou ao seu sexto ano com um número de médicos muito menor, atuando em muito menos municípios e deixando sem atenção 12 milhões de pessoas. Isso ocorre porque, embora desde o primeiro edital de 2015 todas as novas

vagas tenham sido ocupadas por médicos formados no Brasil, a dependência em relação aos profissionais cubanos ainda era grande. Ao romper o acordo de cooperação, por miopia ideológica, o presidente eleito em 2018 colocou em risco o Mais Médicos e retirou a assistência a milhões de brasileiros, principalmente no interior do país e em áreas mais vulneráveis dos grandes centros urbanos e à população indígena.

AMPLIANDO E QUALIFICANDO A ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

O Mais Médicos foi parte da estratégia dos governos petistas para ampliar e qualificar a atenção básica à saúde. Isso se justifica pelo fato de cerca de 80% das demandas de saúde da população poderem ser atendidas em postos de saúde adequadamente aparelhados que disponham de equipes profissionais completas.

Por essa razão, **os mandatos do PT investiram fortemente na rede de Unidades Básicas de Saúde** – as UBS, ainda que esses postos de atendimento sejam de responsabilidade dos municípios. Em 2012, havia 39,8 mil unidades em funcionamento. Em abril de 2016, eram 41.557. Essa ampliação foi resultado de um **investimento de cerca de R\$ 6 bilhões**, que se traduziu em **5.248 obras de ampliação, 4.286 novas UBS construídas e 6.186 reformas**.

A **Saúde da Família** teve sua cobertura populacional ampliada de maneira expressiva. Nos 13 anos de nossos governos, o número

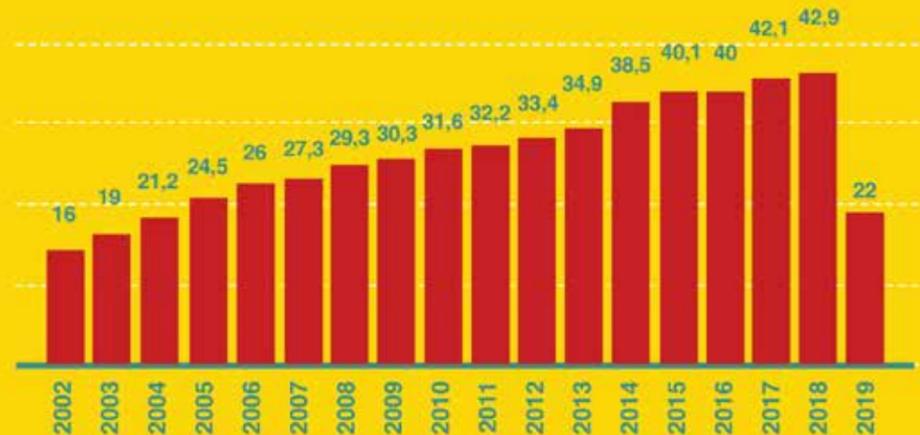
de equipes **cresceu de 16.734 para 40.162**, com atuação em 98% dos municípios brasileiros e cobertura de 61% da população, quase o dobro da que era atendida em 2002. Já o atual governo promoveu um verdadeiro apagão no programa, que, segundo dados do Ministério da Saúde, contava, em setembro, com metade das equipes atuando.

Saúde bucal

O programa **Brasil Sorridente** enfrentou uma grave deficiência do SUS – a oferta de tratamento odontológico. Nos 13 anos de governo do PT, o número de equipes do programa **cresceu de 4.261 para 24.467**, implantadas em 5.014 municípios (90% do total), com cobertura de 37% da população, ou seja, mais que o dobro do atendido anteriormente.

Para reforçar essa atenção, foram criados os **Centros de Especialidades Odontológicas**, que **aumentaram de 100, em 2004, para 1.034**, em nosso último ano. O descaso dos governos golpistas com a saúde bucal da população interrompeu a implantação desses Centros.

EQUIPES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (EM MIL)



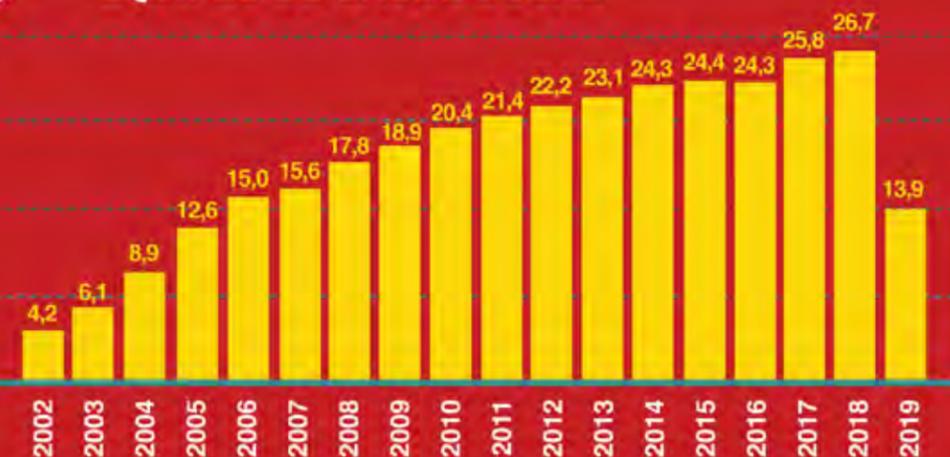
FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE BUCAL



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE



SAMU E UPAS – REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EFICIENTE

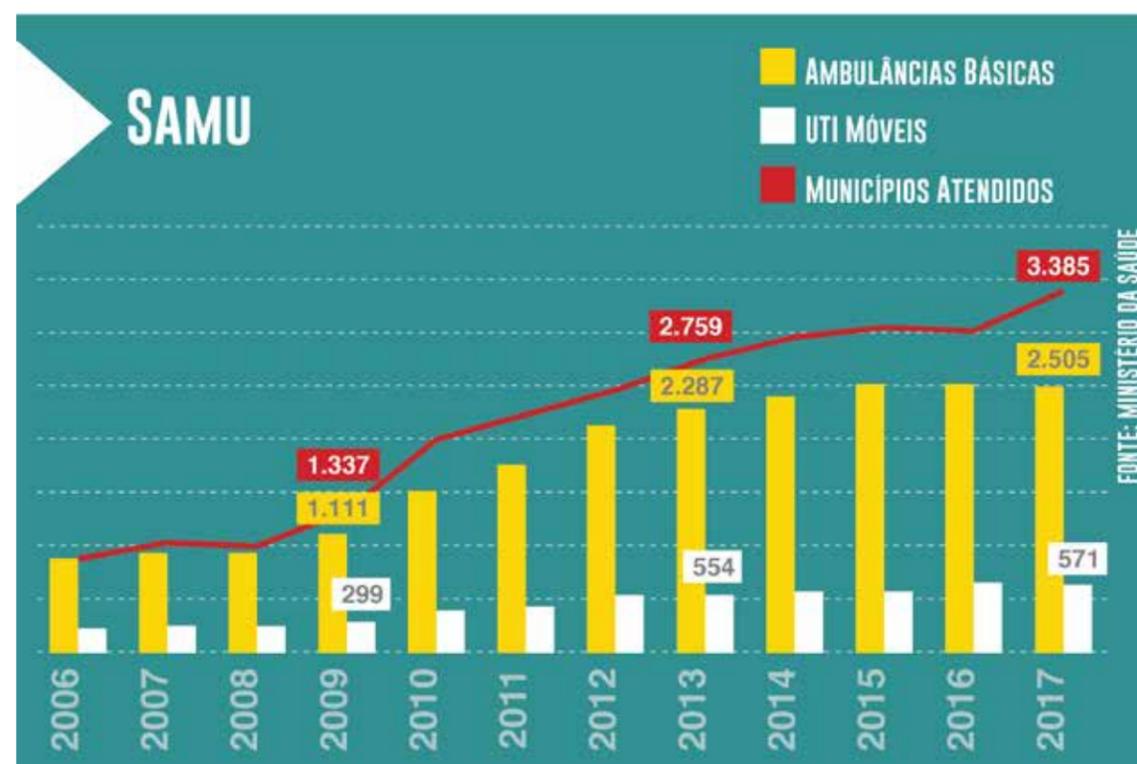
Constituir uma rede de atendimento às urgências e emergências foi uma das prioridades da administração do PT. A primeira medida central desse processo foi a **criação do SAMU**, um sistema de ambulâncias que, conectadas a centrais de regulação por meio do telefone 192, assegura, 24 horas por dia, o pronto atendimento a todos os cidadãos, levando-os do local do socorro até o hospital habilitado mais próximo.

Em 2006, ao fim do primeiro mandato do presidente Lula, o SAMU já operava com 885 ambulâncias básicas e 238 UTI móveis, em 903 municípios, contando com 112 centrais de regulação. Este sistema foi continuamente expandido, até dispor, no fim de 2015, antes do golpe, de **2.525 ambulâncias básicas, 583 UTIs móveis e 185 centrais de re-**

gulação. Desde então, o programa teve sua expansão interrompida.

A **implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs** representou outra inovação dos governos do PT para aprimorar a rede de urgência e emergência. As UPAs atuam de forma integrada ao sistema de atenção básica e ao SAMU, podendo manter o paciente em observação por até 24 horas ou, se necessário, encaminhar a um hospital. Como cerca de 97% dos casos são resolvidos na própria UPA, sua existência contribui para evitar a sobrecarga da rede hospitalar.

Quando o governo Dilma foi interrompido pelo golpe, em maio de 2016, havia **449 UPAs em funcionamento**, com **capacidade para 3,5 milhões de atendimentos mensais** e cobertura de 47% da população. Outras 586 estavam em construção ou em fase de aquisição de equipamentos e contratação de pessoal.



ACESSO A MEDICAMENTOS

“**Aqui tem Farmácia Popular**” é uma marca conhecida em todo o Brasil e sintetiza uma diretriz dos 13 anos de nossos governos: garantir e facilitar o acesso dos cidadãos e cidadãs a seus direitos. No caso do “Farmácia”, o objetivo era assegurar o acesso a medicamentos.

Implantado em 2004, o programa constituiu uma **rede de 35 mil farmácias**, entre unidades do governo federal e unidades da iniciativa privada conveniada, que vendiam medicamentos com até 90% de desconto. Em seu primeiro ano, o programa estava em 594 municípios, pouco mais de 10% do total. Em 2015, chegou a 4.566, 82% do total.

Em 2011, a determinação de facilitar o acesso da população aos medicamentos de que necessita se fortaleceu ainda mais, com a criação do **Saúde não tem Preço**, que passou a **distribuir, gratuitamente, medicamentos para diabetes, hiper-**

tensão arterial e asma na rede do Aqui tem Farmácia Popular. Como a retirada do medicamento exigia a apresentação de receita com data de validade, o programa indiretamente incentiva as pessoas a fazerem o acompanhamento dessas doenças, evitando internações e sua progressão.



DESMONTE

A distribuição de medicamentos gratuitos e a venda com desconto têm sido progressivamente fragilizadas após a retirada do PT do governo federal. **As farmácias próprias da rede foram todas fechadas em 2017.** O ritmo de inclusão de novas unidades privadas é mínimo. Em 2019, apenas uma farmácia havia sido credenciada até agosto. Ao diminuir a facilidade de acesso, o governo vai gradativamente esvaziando o programa, que também sofre com restrições orçamentárias.





FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

Mais de **30 milhões de brasileiras e brasileiros foram beneficiados** nos 5 primeiros anos do programa. Entre 2013 e 2016, 4,2 milhões de pessoas foram atendidas com receitas dos profissionais do Mais Médicos, cobrindo 3.128 municípios que possuíam unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil.

MAIS INVESTIMENTO NO SUS

Para assegurar a expansão de serviços, da cobertura e da qualidade da atenção à saúde seria necessária a ampliação dos recursos federais alocados no SUS. Essa escolha política foi feita e as despesas com ações e serviços públicos de saúde cresceram 78% acima da inflação, passando dos R\$ 64,8 bilhões investidos no primeiro ano do governo Lula para **R\$ 120,4 bilhões** no último ano de governo Dilma.

Além de expandir os recursos destinados à saúde, o PT também regulamentou, em 2012, a Emenda Constitucional 29, aprovada 12 anos antes. Demanda histórica

da área, essa Lei definiu, entre vários outros temas, o que pode ser considerado despesa em ações e serviços públicos de saúde. Ela impediu que gestores computassem outros tipos de gasto para cumprimento do mínimo constitucional.



DESMONTE

A emenda constitucional que impõe teto aos gastos públicos, aprovada no governo Temer, inviabiliza a continuidade desse processo de elevação do financiamento do sistema público de saúde, da expansão dos serviços e da melhoria de sua qualidade. Somente no biênio 2019-2020, seu efeito terá sido retirar cerca de R\$ 20 bilhões do total de recursos destinado ao SUS, o equivalente a uma redução de 10% a cada ano no financiamento da saúde pública.



Direitos à diferença

A consolidação de novos direitos de grupos sociais historicamente secundarizados – mulheres, negros, povos indígenas, população LGBT, crianças e adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos – **foi um dos principais resultados dos governos Lula e Dilma.**

Para propor e coordenar essas ações intersetoriais **foram criados órgãos específicos** como Ministérios ou Secretarias. Também foram instituídos Conselhos e realizadas Conferências Nacionais para debater políticas, leis e ações necessárias à inclusão e garantia de direitos dessas populações.

FOTO: RICARDO STUCKERT



FOTO: RICARDO STUCKERT

■ EQUIDADE DE GÊNERO

■ Combate à violência contra a mulher

- ★ **Lei Maria da Penha** (2006) - por meio dela, mais de 300 mil vidas de mulheres foram salvas e 100 mil mandados de prisão contra agressores foram expedidos;
- ★ **Lei do Feminicídio** (2015) - transformou o homicídio contra a mulher, quando cometido apenas por ela ser mulher, em crime hediondo, sujeito a penas maiores;
- ★ **Casa da Mulher Brasileira** (2014) - reúne serviços necessários à interrupção da violência, com atendimento humanizado, inclusive com alojamento temporário e atenção psicossocial. Foram entregues 2 unidades (DF e MS) e estavam com inauguração prevista, ainda para 2016, outras 6 (BA, CE, MA, PR, SP e RR);
- ★ **Unidades Móveis de Combate à Violência** - foram entregues 54 unidades, duas para cada estado, para levar esse serviço às áreas mais distantes. Em parceria com a Caixa, esse serviço che-

gou às mulheres ribeirinhas por meio de uma agência-barco;

- ★ **Central de Atendimento à Mulher** – Ligue 180 (2005) - transformada em Disque-Denúncia, em dez anos atendeu a quase cinco milhões de mulheres.

- ★ **Atendimento especializado para brasileiras que vivem no exterior**, que chegou a 13 países.

■ Políticas públicas voltada para as mulheres

- ★ **Lei das Domésticas** - assegurou direitos trabalhistas, como férias e 13º, para **1,8 milhão de trabalhadoras**. Fizemos história por corrigir essa distorção e enfrentar o legado do racismo e da escravidão no país;

- ★ **Minha Casa, Minha Vida - As chaves da casa própria nas mãos da mulher**. Elas passaram a ter preferência na assinatura da escritura (89% dos casos) e o imóvel permanece com a mulher em caso de separação;



FOTO: BRUNO ROSTAND / SECOM

- ★ O programa **Bolsa Família** não só tirou o Brasil do Mapa da Fome, como também promoveu uma “revolução feminista”, pois **o cartão do programa é no nome da mulher**;

- ★ **O número de mulheres matriculadas no ensino superior quase dobrou**, crescendo de cerca de 2 milhões, em 2002, para 3,7 milhões, em 2015. Em grande parte apoiadas pelo ProUni e Fies, muitas delas foram as primeiras da família a ter um diploma universitário;

- ★ A qualificação e a inserção no mercado de trabalho dependem que os filhos estejam na escola. Pensando também nisso, foram garantidos **recursos para construção de 8.664 creches** e pré-escolas em todo país;

- ★ Na área da saúde, a **Rede Cegonha** expandiu os atendimentos a gestantes em todo o Brasil;

- ★ Dedicou-se atenção especial às **mulheres do campo**, com a documentação da trabalhadora rural, linhas de crédito Pronaf Mulher e o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.

■ IGUALDADE RACIAL

- ★ **Estatuto da Igualdade Racial** (2010) - garantiu à população negra o direito à igualdade de oportunidades e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica;

- ★ **Cotas nas universidades e nos institutos federais** – reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos do ensino médio público. Essa lei garantiu **um aumento de 233% na presença de pessoas negras nas universidades**;

- ★ **Cotas em concursos públicos** - reserva às pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais;



FOTO: RICARDO STUCKERT

★ **Acesso a programas sociais** - o recorte de renda adotado nos programas de governo garantiu à população negra acesso a serviços e bens, como o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos, o Bolsa Família, o Pronatec, as cisternas, o saneamento, a urbanização de favelas etc.;

★ **Afirmação da identidade da população negra** - inclusão no currículo oficial da educação básica da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”;

★ **Programa Brasil Quilombola** - ações intersetoriais para remanescentes de quilombos, como reconhecimento e titulação das comunidades; direitos e cidadania; desenvolvimento local e inclusão produtiva; e infraestrutura e qualidade de vida.



COMUNIDADE LGBT

Apesar das enormes pressões de setores conservadores, os governos do PT transformaram a causa LGBT em política de Estado.

★ **Programa “Brasil sem Homofobia”** - trouxe mais cidadania à população LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação;

★ **Módulo LGBT no Disque 100** - foi criado para receber denúncias de violações de direitos dessa população;

★ **1º Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil** - após sua publicação, as denúncias contra violência homofóbica aumentaram 116% em um ano;

★ **Uso do nome social** - direito ao uso do nome social em respeito a todas as pessoas cuja documentação civil não reflete sua identidade de gênero;

★ **Reconhecimento dos direitos de casais de mesmo sexo** - foi estendido o direito de declaração conjunta no Imposto de Renda e passaram a ter, oficialmente, os mesmos direitos de qualquer casal no serviço público federal.

★ **Bolsa Família** - mais de 332 mil indígenas beneficiados, cerca de 37% da população, garantindo renda para uma alimentação familiar adequada;

★ **Luz para Todos** - levou energia para mais de 30 mil famílias indígenas;

★ **Previdência Social** - acesso dos indígenas à seguridade diretamente nas unidades descentralizadas da FUNAI, sem necessidade de deslocamento às agências do INSS.

COMUNIDADES INDÍGENAS

★ **Demarcação de terras - 22 milhões de hectares homologados em 108 terras indígenas.** Adotamos as mesas de diálogo com indígenas e agricultores para harmonizar direitos e eliminar conflitos;

★ **Mais Médicos** - levamos médicos a todos os distritos sanitários indígenas espalhados pelo Brasil. Foram 342 médicos para os 34 distritos de saúde indígena;

★ **Mortalidade Infantil - caiu 115%**, de 55,8 crianças para cada mil nascidas vivas, em 2002, para 25,9, em 2015;

★ **Educação** - mais de 3 mil escolas indígenas entregues e mais de 16 mil universitários bolsistas;

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As ações dos governos do PT voltadas às pessoas com deficiência afirmaram direitos, promoveram igualdade de oportunidades e combateram a discriminação dessa população, que abrange cerca de 24% dos brasileiros e brasileiras.

★ **Plano Viver Sem Limite** - acesso a direitos e inclusão social na educação, saúde e acessibilidade;





★ **Benefício da Prestação Continuada (BPC)** - o pagamento mensal de um salário mínimo a pessoas com deficiência cresceu 136% - de 976 mil, em 2002, para 2,3 milhões, em 2015. A legislação foi alterada para permitir o ingresso no mercado de trabalho sem receio da extinção dessa proteção, em caso de perda do emprego;

★ **Aposentadoria Especial para Pessoas com Deficiência** - assegura aposentadoria com 20 e 25 anos de contribuição para mulheres e homens com deficiência grave.

CRANÇAS E ADOLESCENTES

★ **Educação inclusiva** - ao assegurar a remuneração da matrícula em dobro, na escola regular e na escola especializada, dobramos o número de alunos com deficiência nas classes regulares;

★ 21,5 mil matrículas de pessoas com deficiência no Pronatec;

★ 26 cursos de Letras/Libras criados;

★ 4 Centros Tecnológicos Cães-Guia criados;

★ **102 Centros Especializados de Reabilitação**, com veículos especiais para transporte de pessoas com deficiência.

★ **Minha Casa, Minha Vida** - construímos moradias adaptáveis às necessidades dessa população e 3% das unidades destinadas às famílias mais pobres foram, obrigatoriamente, reservadas a elas;

★ **Estatuto da Pessoa com Deficiência** - consolidou avanços do Plano Viver Sem Limite e garantiu um conjunto de novos direitos para as pessoas com deficiência;

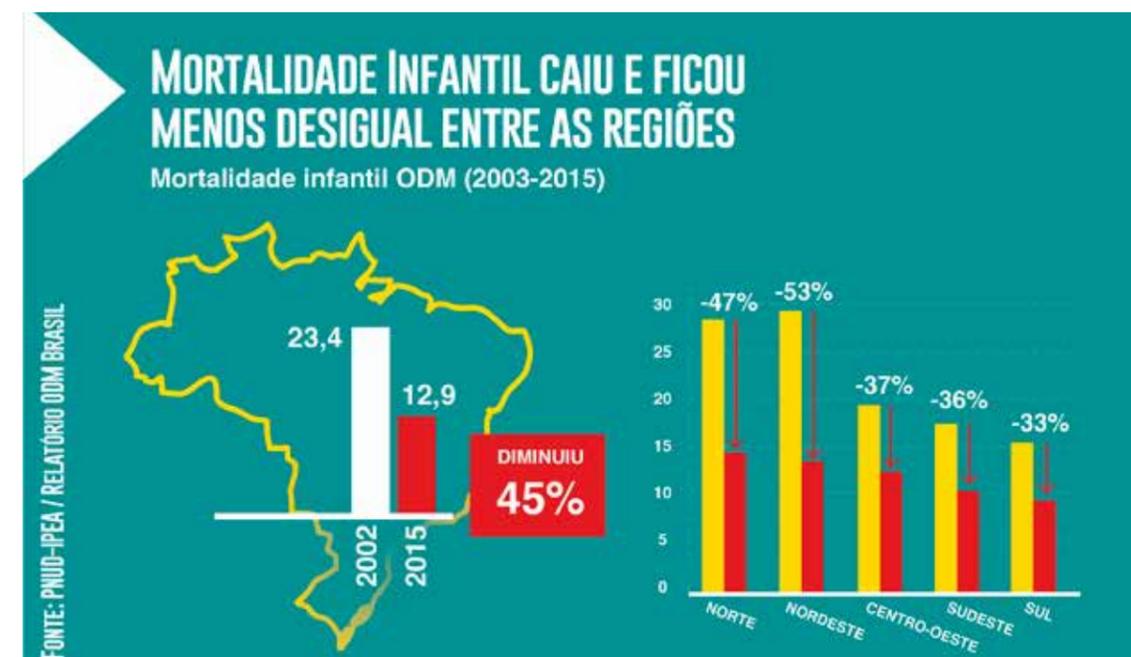
Nos mandatos do PT, o Brasil avançou como nunca na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como um dos pilares a transversalidade das ações governamentais.

★ **Brasil Carinhoso** - mais de 8,1 milhões de crianças e adolescente retirados da miséria;

★ **Creches** - recursos para construção de 8.810. Delas, 3.155 já funcionavam em fevereiro de 2016;

★ **A mortalidade infantil caiu 45%**: de 23,4 crianças por mil nascidas mortas em 2002 para 12,9 em 2015. Essa queda tem ainda mais valor, porque foi mais acentuada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde o índice era maior. Isso tornou a taxa de mortalidade infantil mais homogênea no país.

★ **Combate ao Abuso e Exploração Sexual** - criação do **Disque Denúncia** (Disque 100). Além disso, esse tipo de



crime foi tornado hediondo durante os governos do PT, o que implica em penas mais rigorosas;

★ **Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** - o número de crianças de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil caiu de 5,1 milhões, em 2002, para 2,2 milhões em 2015, sendo majoritária a parcela que estava na escola. O perfil dos que estavam nessa situação mudou: em 2003,

eram menores de 13 anos no meio rural e em trabalho insalubre (olarias, carvoarias e corte de cana). Em 2015, 82% do trabalho infantil atingia adolescentes de 14 a 17 anos, predominante em áreas urbanas, em atividades informais e remuneradas;

★ **Lei Menino Bernardo** - garante o direito de ser educado sem o uso do castigo físico e de tratamentos cruéis e degradantes.





FOTO: RICARDO STUCKERT

JUVENTUDE

As ações das gestões petistas tiveram um **olhar especial para a juventude** brasileira. Suas demandas entraram, definitivamente, na agenda das políticas pública.

★ **Emenda Constitucional da Juventude** - inscreveu na Constituição que os jovens são sujeitos de direitos;

★ **Estatuto da Juventude** - representa uma verdadeira carta de direitos dos jovens do Brasil. Instituiu o Sistema Nacional de Juventude, induzindo estados e municípios a desenvolverem políticas para esse público;

★ **Inserção no mercado de trabalho** - entre os diversos programas criados para

esse fim, destacam-se o **Pronatec**, com **9,49 milhões de matrículas**, o Aprendiz Legal e a Lei do Estágio;

★ **Plano Juventude Viva** - conjunto de ações de enfrentamento à violência contra a juventude negra, pobre e periférica;

★ **O direito à meia-entrada e à meia passagem interestadual** - atingiu mais de 18 milhões de jovens de baixa renda, 21 milhões de estudantes e pessoas com deficiência, totalizando 40 milhões de beneficiários.

★ Isso tudo sem mencionar todos os **avanços na educação**, que beneficiaram os jovens brasileiros.

IDOSOS

★ **Estatuto do Idoso** - estabelece direitos e define obrigações do Estado na proteção de pessoas com mais de 60 anos;

★ **Farmácia Popular** - fornecimento de medicação para doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, gratuitamente;

★ **Minha Casa, Minha Vida** - 3% das moradias entregues às famílias mais pobres foram destinadas a pessoas idosas;

★ **Crédito Consignado** - com juro mais baixo, em que o desconto da prestação é feito diretamente no pagamento da aposentadoria, alcançou, em 2015, R\$ 96 bilhões em valores atualizados para julho de 2017;

★ **Benefício da Prestação Continuada (BPC)** - o pagamento mensal de um salário mínimo a pessoas pobres com mais de 65 anos **cresceu 225%**: de 584 mil, em 2002, para 1,9 milhão em 2015.



FOTO: RICARDO STUCKERT



FOTO: RICARDO STUCKERT



PÓS-GOLPE DE 2016

O obscurantismo que prevalece hoje no governo federal nega esses novos direitos. Aliado a isso, há o corte de recursos orçamentários e a extinção dos órgãos que cuidavam dessas populações e dos espaços de participação.

Todo esse retrocesso fez com que a maioria dessas políticas fossem paralisadas.

O discurso misógino do atual governo se reflete na paralisação das demais unidades da Casa da Mulher Brasileira e nas tentativas de flexibilização da Lei Maria da Penha e do Feminicídio.

Reflete-se também no preconceito contra negros e comunidade LGBT.

Após o golpe, a mortalidade infantil cresceu após 26 anos de queda.

As comunidades indígenas estão sendo sitiadas em seus territórios pelos interesses econômicos de madeireiros e mineradoras e perderam o atendimento de saúde feito pelo Mais Médicos.

E os idosos estão tendo seus direitos reduzidos pela reforma da Previdência.



Cultura: identidade, direito e base para o desenvolvimento

Os governos Lula e Dilma assumiram o compromisso de enfrentar a exclusão cultural de milhões de brasileiros, valorizar a diversidade cultural e regional do país, desenvolver as artes e as linguagens e apoiar diretamente os projetos de comunidades, grupos e artistas.

Atuamos para refundar o marco legal do setor, criamos programas para ampliar o acesso aos bens e serviços culturais, especialmente entre a população historicamente excluída, e revertemos a concentração de recursos, que atendia apenas 3% dos produtores brasileiros no Sudeste do país.

Asseguramos a participação dos artistas, gestores, produtores e sociedade na formulação e gestão das políticas culturais, criando instâncias de participação nas decisões estratégicas.

O orçamento da área foi multiplicado por 5. Em 2002, somava R\$ 770 milhões e alcançou quase R\$ 4 bilhões em 2015, em valores de julho de 2019.

CULTURA COMO EXPRESSÃO DA NOSSA IDENTIDADE E DIREITO DE TODOS

Tendo a diversidade cultural e regional como um elemento central de suas políticas, o governo federal passou a apoiar projetos de comunidades, grupos e artistas que nunca tiveram estímulo, incluindo produções invisíveis para a sociedade brasileira, como aquelas das periferias das grandes cidades, de quilombolas e povos indígenas.

Foram incentivadas a cultura digital e a cultura popular, com ampla incidência na juventude, abrangendo todos os tipos de linguagem artística como música, artes cênicas, cinema, circo, literatura, entre outras.

Foram também criados programas para estimular o acesso a bens e serviços culturais e apoiados investimentos para expansão de equipamentos em áreas carentes.

Programa Cultura Viva

★ Implantou **4.500 Pontos de Cultura** em mais de mil municípios em todos estados brasileiros, que reforçaram o protagonismo social nas políticas culturais, valorizaram a cultura realizada na base da sociedade brasileira, promovendo a articulação em rede e a gestão compartilhada.

★ Programa Mais Cultura nas Escolas, entre 2014 e 2015, **contemplou 5 mil projetos, atingindo cerca de 2 milhões de estudantes.**

★ Implantou também Cines Mais Cultura, Pontos de Leitura, Pontos de Memória e outros.

Vale Cultura

Instituído em 2013, tornou-se **um importante instrumento de ampliação de acesso à cultura e de dinamização do mercado cultural interno.** O Vale-Cultura funciona como um cartão de crédito pré-pago, válido em todo país, no qual as empresas aderidas ao programa depositam para os trabalhadores, todo mês, R\$ 50 que podem ser usados na aquisição de livros, revistas, ingressos para cinemas, teatros, shows, cursos de arte e cultura e aquisição de instrumentos musicais. Voltado prioritariamente para trabalhadores com renda de até 5 salário mínimos, o Vale-Cultura havia beneficiado, até o final de 2015, 466 mil trabalhadores, fomentando as cadeias produtivas da cultura em todo o território nacional.

Centros de Arte e Esportes Unificados

Reúnem atividades esportivas, lazer, qualificação profissional, ações culturais, serviços assistenciais e inclusão digital, em territórios com alta vulnerabilidade social e déficit de equipamentos culturais ou esportivos. Entre 2012 e 2015, 92 Centros iniciaram seu funcionamento.

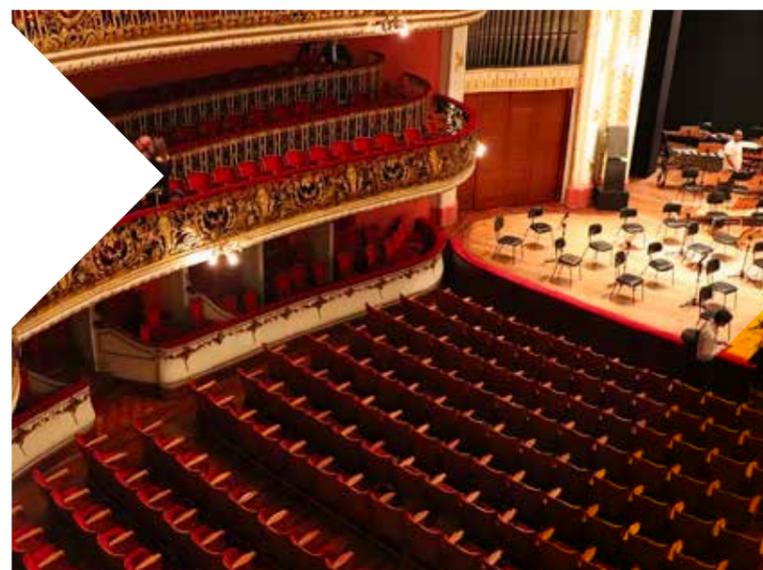


Foto: Divulgação

Programa Cinema Perto de Você

A partir de 2011, com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual em parceria com BNDES, aceleramos a expansão do parque exibidor, descentralizando em direção às classes C e D na periferia das grandes cidades e no interior do Brasil. As regiões de maior crescimento, de 2011 a 2013, foram a Nordeste, com 24% a mais de salas, e a Norte, com 20%.

Em 2012, foi aprovada lei desonerando a construção e modernização de salas de cinema, o que estimulou ainda mais os investimentos e a digitalização do setor cinematográfico. Como resultado,

em 2016, haviam 3.160 salas de cinema no Brasil, o dobro do número existente em 2003 (1.635).

Sistema Nacional de Cultura

Inserido na Constituição em 2012, esse Sistema propôs um modelo de governança das políticas culturais do Brasil, por meio de uma gestão descentralizada e participativa, fundada na cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios. O SNC tem um papel semelhante ao que o SUS tem na área da Saúde. E, até 2014, todos os estados haviam aderido a ele. Atualmente, 2.651 municípios também fazem parte do Sistema.

CULTURA COMO PRESERVAÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA

O PAC Cidades Históricas consolidou um marco na preservação cultural do patrimônio histórico brasileiro, colocando-o tanto como instrumento de afirmação identitária quanto como gerador de emprego e renda e de desenvolvimento social.

Recuperando monumentos que contam a história do nosso país e do nosso povo

- ★ R\$ 1,6 bilhão
- ★ 425 igrejas, obras de arte, museus, bibliotecas, prédios históricos, mercados, praças e estações de trem
- ★ em 44 cidades de 20 estados



FOTO: Fernando Dall'Acqua



CULTURA COMO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Durante nossos governos, a cultura foi entendida como setor econômico que gera empregos e renda. Com o **Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura - Prodec**,

- ★ implantamos projetos voltados à dinamização das atividades e cadeias produtivas dos principais segmentos da economia da cultura: música, audiovisual, publicações culturais e artísticas, artes cênicas e visuais; internet, televisão e radiodifusão; artesanato, festas e artes populares; programas e equipamentos digitais; arquitetura, design e moda;
- ★ realizamos estudos para o desenvolvimento da economia da cultura e fizemos capacitação em gestão empresarial e produção, divulgação e fruição de produtos e serviços culturais.

Desenvolvimento da cadeia do audiovisual

Um dos segmentos culturais que mais prosperou nos governos do PT, o setor do audiovisual contou com várias iniciativas, com destaque para o **Brasil de Todas as Telas**, criado em 2014 para financiar o desenvolvimento de projetos audiovisuais, produção de filmes para cinema e séries para a televisão, capacitação e formação de mão de obra, desenvolvimento setorial e regional, além de ações voltadas ao setor de exibição cinematográfica abrangidas pelo Programa Cinema Perto de Você. Até o final de 2015, o programa havia financiado 306 longas-metragens e 433 séries ou telefilmes.

A produção audiovisual no Brasil avançou muito graças à Lei da TV Paga, que definiu a obrigatoriedade de as TVs por

assinatura exibirem um mínimo de horas semanais de programação produzida no Brasil. Com isto, em cinco anos, a presença do conteúdo brasileiro na TV paga foi ampliada em mais de quatro vezes e, em 2016, já existiam 5.759 produtoras independentes no país.



CULTURA TRATADA COM DESDÉM

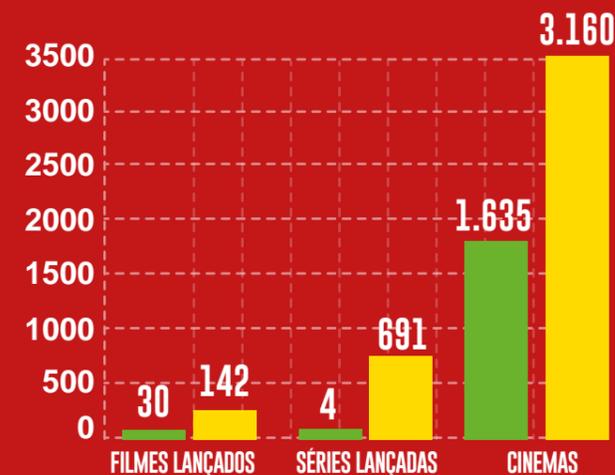
Após o golpe, a área da Cultura sofreu ataques de todos os tipos. A ameaça de extinção do ministério em 2016 efetivou-se, afinal, em 2019, com redução brutal dos recursos da área e destruição dos programas que tornaram a cultura produzida em todos os cantos do país acessível aos brasileiros e brasileiras.

O atual governo declarou guerra aos artistas e aos que trabalham com cultura, atacando a diversidade de temas nos editais lançados pela FUNARTE e Caixa Cultural.

O autoritarismo visto em outras áreas também surge na Cultura com investidas contra a liberdade de expressão, que deveria ser sagrada numa democracia. O ataque é tamanho que levou os artistas ao Supremo Tribunal Federal para defender CENSURA NUNCA MAIS.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E DO NÚMERO DE CINEMAS

FONTE: MINISTÉRIO DA CULTURA.

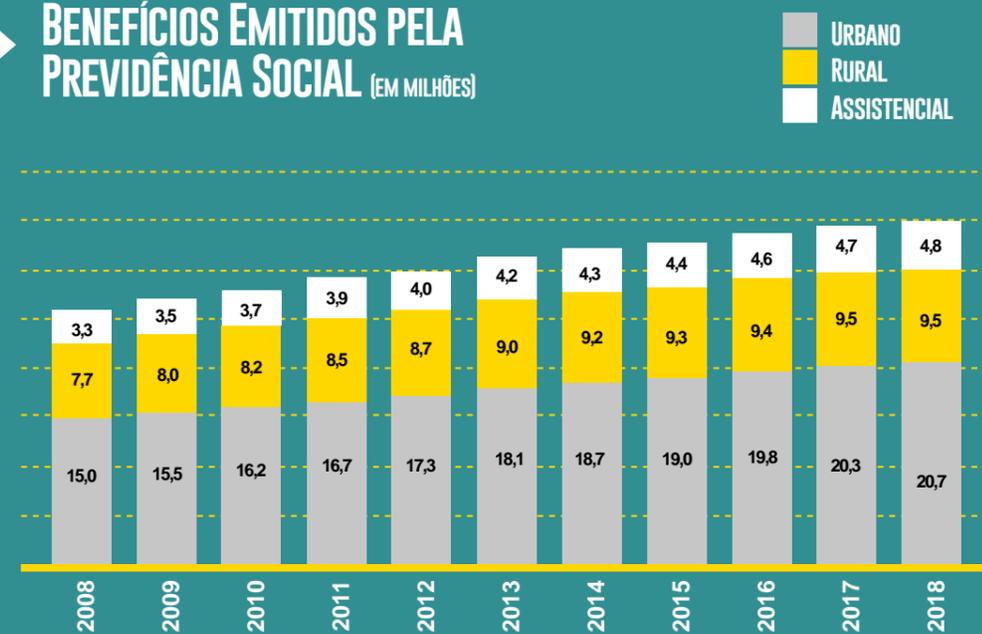


Previdência: reformando para garantir direitos

A **Previdência Social** é um sistema fundamental para o Brasil, ao amparar os cidadãos quando não é possível trabalhar, em razão de doença, acidente, desemprego involuntário, morte, maternidade ou idade avançada. Ele está dividido em três segmentos: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para os trabalhadores do setor privado; os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), voltados para os servidores públicos estatutários; e os Regimes de Previdência Complementar (RPC). Há, ainda, os Regimes de Pensão e Inatividade dos Militares.

O Regime Geral de Previdência Social atualmente garante proteção a cerca de 59 milhões de brasileiros. Hoje, por mês, **aproximadamente 35 milhões de pessoas, residentes em todos os cantos do país, já recebem benefícios da Previdência.** Trata-se de um contingente crescente: no intervalo de uma década, entre dezembro de 2008 e 2018, o número de beneficiários cresceu 35%.

BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL (EM MILHÕES)



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA – BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



Ao assegurar renda para um volume tão expressivo de brasileiras e brasileiros, a **Previdência Social tornou-se também um importante instrumento de combate à pobreza e redução das desigualdades.** Em 4.101 municípios brasileiros (74% do

total), os benefícios pagos pela Previdência superam o Fundo de Participação dos Municípios e, em 88% deles, o pagamento supera a arrecadação previdenciária da própria cidade, o que resulta em impacto importante sobre as desigualdades regionais.



A Previdência Social é, por essas razões, um sistema de enorme envergadura e impacto, cuja importância é absolutamente fundamental para o nosso tecido social. Mudanças drásticas e impensadas no seu funcionamento podem trazer enormes prejuízos para milhões de pessoas. Por tudo isso, os nossos governos buscaram fortalecer a Previdência Social para ampliar a sua capacidade de proteção aos cidadãos e de redução das desigualdades, com mudanças para melhorar seu funcionamento e elevar seu poder de inclusão, sem descuidar de sua sustentabilidade.

Em resumo, **ampliamos a cobertura**, principalmente entre aquelas pessoas que mais necessitam da Previdência Social; elevamos o valor real dos benefícios pagos; melhoramos o atendimento; e provamos que é possível fazer isso tudo e, ao mesmo tempo, preservar a estabilidade da necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social. Por 13 anos, a Previdência Social foi encarada com um direito do trabalhador, e não apenas como uma despesa a ser controlada a qualquer custo.

AMPLIANDO A COBERTURA E TORNANDO A PREVIDÊNCIA MAIS JUSTA

Nos governos do PT, a Previdência melhorou muito. Para começar, o valor dos benefícios cresceu fortemente, em especial devido à política de valorização do salário mínimo. Nesse período, o aumento real do salário mínimo foi de 77% e elevou o poder de compra de 66% do total de beneficiários da Previdência, que recebem o piso salarial.

A ampliação da cobertura da Previdência Social foi outra conquista dos governos do PT. Entre 2002 e 2016, a parcela de ocupados coberta pelo sistema cresceu de 60% para 71%, ou seja, **o número de pessoas protegidas passou de 44 milhões para 59 milhões**, com destaque para o forte crescimento na cobertura previdenciária das mulheres. O principal determinante desse processo foi, é claro, a grande e continuada expansão do emprego com carteira de



trabalho assinada. Foram criados 19,4 milhões de empregos formais nos governos do PT. Além da ampliação do mercado de trabalho formal, outras medidas de ampliação do número de cidadãos protegidos pela Previdência foram tomadas, trazendo para o sistema parcelas de trabalhadores e trabalhadoras até então excluídas. As principais medidas foram:

★ **Estímulo à inclusão da trabalhadora doméstica:** a partir de 2006, foi autorizada a dedução, do Imposto de Renda do empregador, da contribuição previdenciária para um empregado doméstico. Isto é, o gasto com previdência para contratar um trabalhador doméstico pode ser utilizado para reduzir o imposto de quem o contrata.

★ **Criação do Microempreendedor Individual (MEI):** criado em 2009, permite que pequenos empreendedores como camelôs, feirantes, vendedores autônomos possam se formalizar e contribuir com uma alíquota menor para a Previdência. Até março de 2016, nada menos que 5.940.042 pequenos empreendedores tinham se registrado como MEI, passando a ter proteção social e direitos.

★ **Previdência Social para autônomos, donas de casa, estudantes:** em dezembro de 2006, foi criado Plano Simplificado de Previdência Social, para garantir proteção social a trabalhadores da economia informal, prestadores de serviços sem vínculo empregatício, pequenos empresários e pessoas sem renda, como donas de casa e estudantes, mediante o pagamento da alíquota reduzida de 11% do salário mínimo. Com isso, esses trabalhadores passaram a ter direito a aposentadorias por idade e invalidez, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade e auxílio-doença.

★ **Contribuição do Contribuinte Individual feita pelas empresas:** desde 2003, as empresas que contratam trabalhadores autônomos para prestar serviços passaram a ser responsáveis pelo recolhimento de sua contribuição para a Previdência Social, juntamente com a cota patronal.

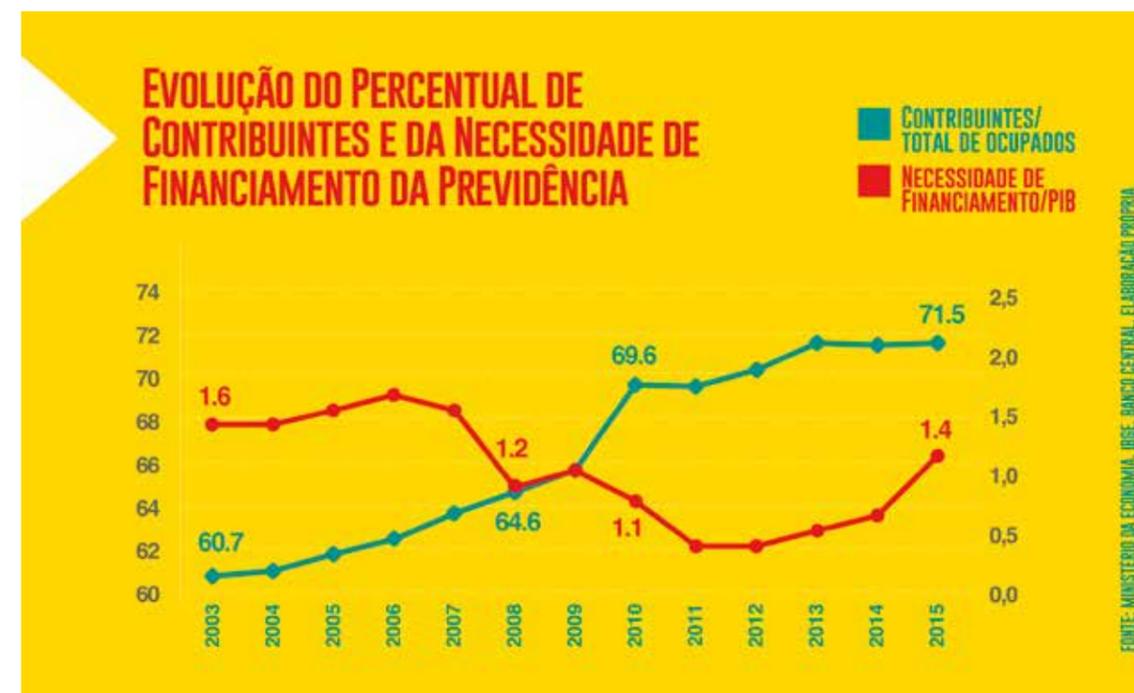
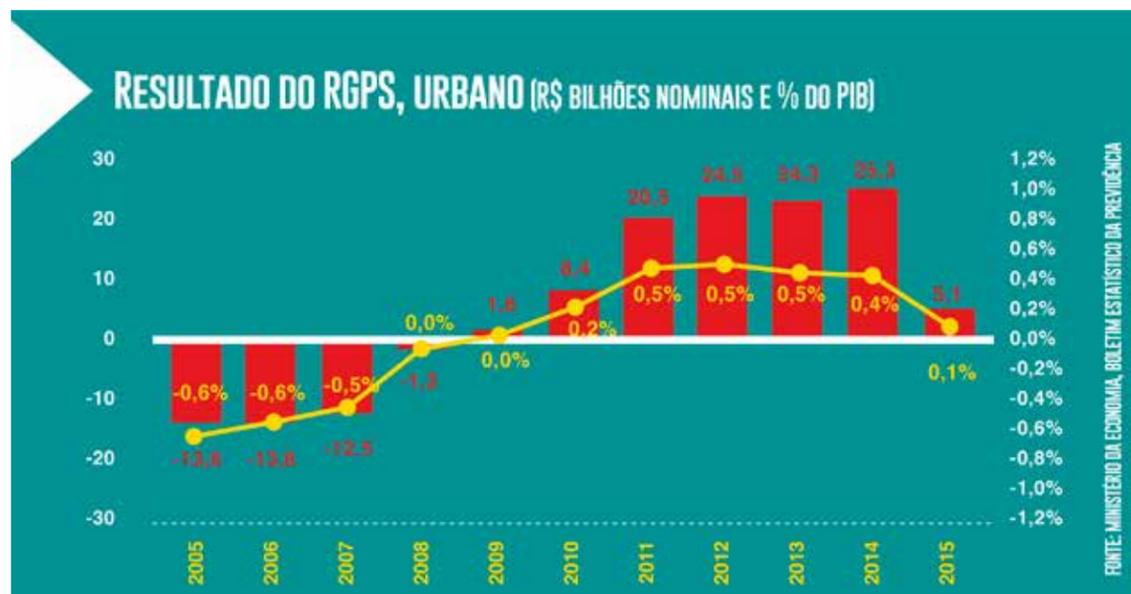
A implementação de políticas capazes de assegurar o crescimento das oportunidades de trabalho e a inclusão de categorias até então marginalizadas não apenas levou a fortes reduções das desigualdades sociais e da pobreza, como também assegurou que se obtivesse equilíbrio entre arrecadação e despesas:



Esse é, inclusive, um ponto central no equivocado debate proposto pelo atual governo para a Previdência. Ainda que ajustes devam ser feitos, em especial pelo envelhecimento da população, **o aumento do déficit a partir de 2015, após um longo período de declínio, deve-se principalmente à queda do emprego formal e da contribuição associada à folha de pagamentos.** Em outras palavras, há uma dificuldade de financiamento explicada mais pela queda de arrecadação do que por aumento dos gastos. Isso não será equacionado com a reforma aprovada, a menos que sejam retirados direitos da maioria da população, objetivo claro do atual governo.

Também foi dada **atenção diferenciada à proteção às pessoas com deficiência.**

★ **Mudança nas regras do BPC - Benefício de Prestação Continuada** – a partir de 2011, a pessoa com deficiência que comece a trabalhar tem o benefício suspenso, e não cancelado, como antes. Se o contrato de trabalho for interrompido, pode-se retornar ao BPC sem precisar passar pelo processo de requerimento ou de avaliação da deficiência pelo INSS. Além disso, foi autorizado que pessoas com deficiência contratadas como aprendizes continuem recebendo o BPC além do salário, durante o período do contrato.





★ **Redução do tempo de contribuição para a aposentadoria**, dependendo do grau de deficiência do beneficiário. Para definir esse grau, além da perícia médica, que avalia os aspectos funcionais físicos, passou a ser adotada a avaliação social, que considera as atividades desempenhadas pela pessoa no local de trabalho, na casa e em ambiente social. Para assegurar justiça e transparência no processo, ele passou a estar baseado em um formulário, cuja adequação foi feita pelo INSS com participação das entidades de pessoas com deficiência e com base na Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde – CIF, da Organização Mundial de Saúde.

Além de tudo, trabalhamos para **tornar o sistema mais justo**. A partir da Emenda Constitucional nº 41/2003, aprovada no primeiro ano de mandato do presidente Lula, foram efetuadas mudanças para aproximar o tratamento dado aos trabalhadores do setor público do oferecido ao setor privado, diminuindo as desigualdades, mas de forma gradual e com respeito a direitos adquiridos.

★ **Eliminação da integralidade e da paridade** - para os servidores admitidos após 2003, os valores de aposentadoria no setor público passaram a ser calculados com base nas contribuições durante a vida laboral, a exemplo do que ocorre no RGPS;

★ **Viabilização da contribuição para a Previdência Social de servidores inativos e pensionistas** - limitada ao teto do RGPS por força decisão do STF.

★ **Equiparação dos tetos dos RPPS ao RGPS** - a partir de 2013, com a implementação de Regimes de Previdência Complementar, a exemplo do Funpresp, criado no Governo Dilma. Como essa medida, os servidores públicos poderão se aposentar com o mesmo teto do trabalhador do setor privado. Se quiserem uma aposentadoria maior, terão de fazer contribuição adicional, como os trabalhadores do RGPS.

Essas medidas, além de tornarem o sistema mais justo, **asseguraram a sustentabilidade da Previdência** dos servidores públicos.

MUDANÇAS NO ATENDIMENTO PARA ASSEGURAR MAIS DIGNIDADE E EFICIÊNCIA

Antes de nossos governos, a imagem mais comum da Previdência era a de longas filas nas agências, com os beneficiários, muitos dos quais idosos, passando noites ao relento para ter acesso a direitos. Nos 13 anos de PT, houve uma verdadeira revolução no Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para assegurar tratamento mais digno e eficiente para a população.

Em 2006, foi inaugurada a **Central de Teletendimento da Previdência Social** (135), criando as condições para agendar o atendimento pela central telefônica 135 ou pela internet, facilitando, assim, a vida do segurado e melhorando a organização do atendimento. Por conta disso, o tempo médio de espera para atendimento passou de 56, em dezembro de 2007, para 31 dias, em dezembro de 2014.

Já em 2008, **automatizamos as formas de comprovação** dos vínculos do segu-

rado a partir dos dados constantes de sistema. A partir de junho de 2009, o próprio INSS começou a **enviar carta àqueles que já possuem condições de receber a aposentadoria por idade**, informando-lhes, inclusive, o valor estimado do benefício. Com essa e outras medidas, invertemos o “ônus da prova” de direito ao benefício, que passou a ser do Estado, e não mais do cidadão, como era anteriormente. Isso foi a materialização de uma diretriz dos nossos governos, que perpassou várias outras políticas: a atuação do Estado como agente que busca ativamente a garantir direitos para a população.

Também a partir de 2009, foi adotada uma política de ampliação das unidades de atendimento, cujo objetivo era dispor, em todos os municípios com 20 mil habitantes ou mais, de ao menos uma agência da Previdência Social. Até o final de 2015, haviam sido **criadas 379 novas unidades**, com impacto expressivo no tempo médio de espera nas agências.





A REFORMA DE BOLSONARO REDUZ DIREITOS E NÃO RESOLVE O FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA

A quantidade de pessoas entre 16 e 59 anos protegidas pela Previdência caiu 1,5 milhão somente no primeiro ano. O tempo médio de espera para atender o trabalhador, que lutamos tanto para reduzir, foi elevado para 135 dias.

O governo Bolsonaro tira direitos dos trabalhadores para diminuir o gasto com benefícios e praticamente não mexe na arrecadação do RGPS, que foi o fator determinante do aumento recente da necessidade de financiamento, particularmente a partir de 2014.

Até 2014, as despesas e receitas do RGPS cresceram em ritmo constante, mantendo a necessidade de financia-

mento estável. A partir de então, com o início da operacionalização do golpe de 2016 e com a inviabilização do governo, a situação econômica se deteriorou, a arrecadação caiu e a necessidade de financiamento cresceu, passando do patamar de R\$ 70 bi para R\$ 197 bi, em termos reais.

A reforma de Bolsonaro estima uma economia, nos primeiros 10 anos de implementação, de R\$ 71 bilhões por ano para o RGPS. Mesmo **promovendo forte redução de direitos**, não conseguirá sequer nos fazer voltar ao nível de necessidade de financiamento que tínhamos em 2014.

Isso acontece porque a proposta não ataca as reais causas da explosão da necessidade de financiamento: as receitas da Previdência dependem demais do crescimento da economia e do empre-

ARRECADAÇÃO LÍQUIDA, DESPESA COM BENEFÍCIOS E RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ACUMULADO DE JANEIRO A DEZEMBRO

*Em R\$ bilhões de dezembro/2018 (INPC)



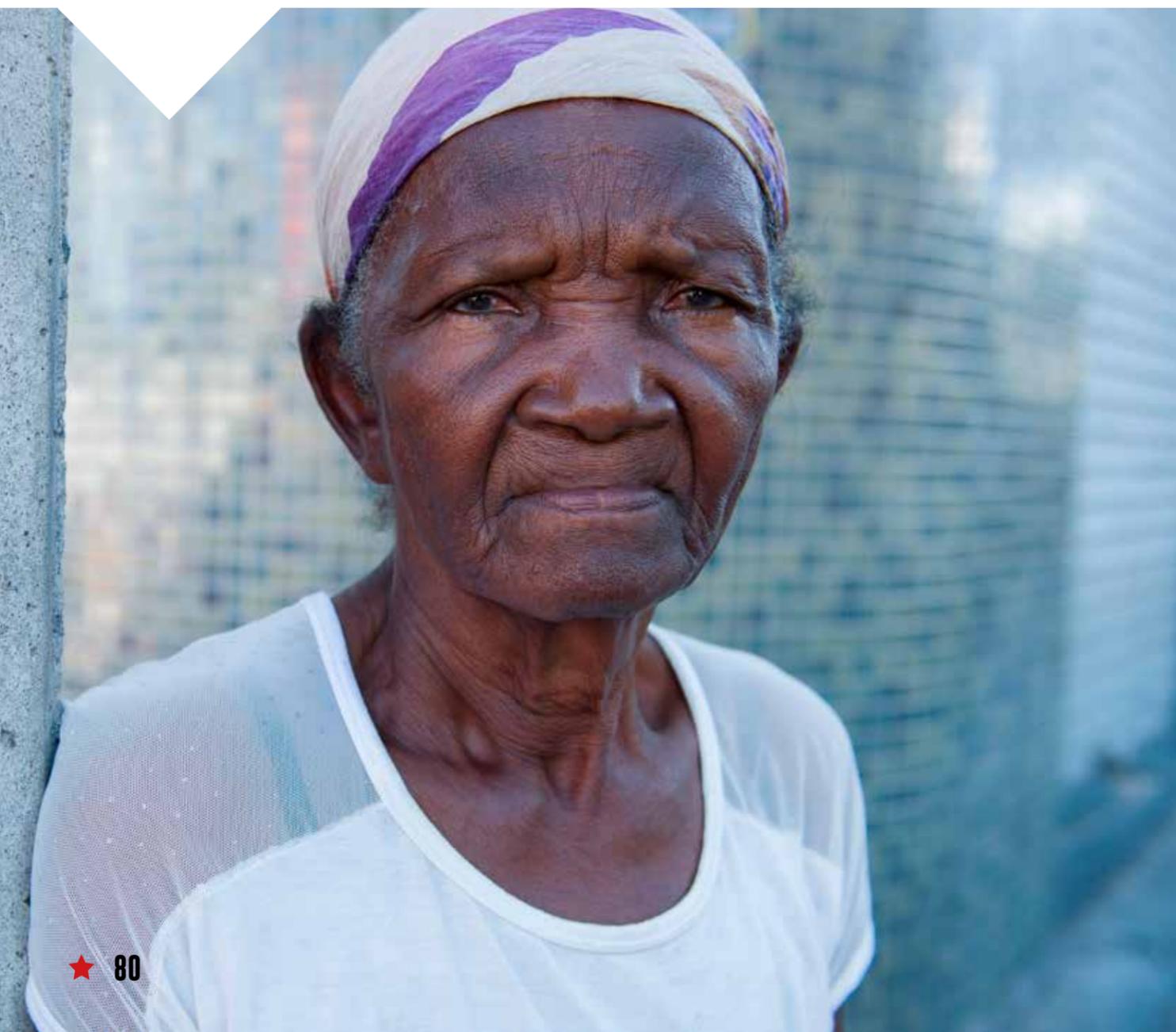
FONTE: FLUXO DE CAIXA INSS - INFORMAR/DATAPREV. ELABORAÇÃO: SPRE/ MINISTÉRIO DA ECONOMIA

go, além de serem distribuídas de forma muito desigual. Por exemplo, os bancos contribuem com o equivalente a 16% de seu lucro líquido, enquanto setores como transportes, têxteis e outras indústrias contribuem com o equivalente a 60% de seus lucros líquidos.

É verdade que o esforço feito pela sociedade para pagar pensões e aposentadorias, equivalente a cerca de 9,7% do PIB (dados de 2015), é elevado para um país com proporção ainda baixa de idosos. É também verdade que, por

conta disso, é preciso preparar o sistema para um envelhecimento ainda maior da população.

Mas, se quisermos equilibrá-lo, são necessários ajustes também na receita e sempre com vistas a melhorar a Previdência, como nos governos do PT. A nossa Previdência Social precisa ser confiável e perene, e garantir tranquilidade à trabalhadora, ao trabalhador e a suas famílias. **Uma Previdência melhor e mais sustentável é possível, e o PT provou isso.**



REGIME DE CAPITALIZAÇÃO: UMA AMEAÇA AINDA NO HORIZONTE

Ainda que a proposta de implantar o sistema de capitalização individual no Brasil tenha sido vetada pelo Congresso Nacional, o caráter destrutivo dessa medida requer que a sociedade permaneça alerta.

A capitalização individual supõe que a aposentadoria de cada trabalhador dependerá do quanto conseguir poupar ao longo de sua vida profissional. Esse regime impõe uma imensa insegurança sobre a aposentadoria futura e, para os mais pobres, representa praticamente a certeza de não conseguir se aposentar, gerando exclusão e desigualdade, exatamente o oposto dos impactos da atual Previdência brasileira.

A intenção do governo Bolsonaro de adotar o regime de forma alternativa - ou seja, o trabalhador que optar por ele está excluído do regime geral - também é injusta. Como os empregadores não serão obrigados a contribuir no regime de capitalização, somente conseguirá emprego quem abdicar do direito ao atual sistema previdenciário.

Ademais, como os novos trabalhadores deixarão de contribuir para o re-

gime público, caberá ao Estado bancar as aposentadorias daqueles que já estão no sistema, extinguindo-se a solidariedade que o sustenta. Como a previdência no regime de capitalização é administrada por bancos, o Estado assume um imenso custo fiscal para que o setor financeiro tenha mais lucro. **Menos direitos para os trabalhadores, mais gastos públicos e mais lucros para o sistema financeiro – esses são os resultados da capitalização individual.**

A experiência internacional mostra, por fim, que esta é uma escolha equivocada: segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT, 18 países, entre os 30 que adotaram o regime de capitalização individual, de 1981 a 2014, haviam feito, até 2018, a “reforma da reforma”. A suposta referência de sucesso – o Chile – mostrou sua real face em outubro de 2019, em manifestações massivas da população contra um sistema que, 35 anos depois de adotado, garante a 90% dos aposentados um benefício que corresponde a apenas 56% do salário mínimo chileno (que é cerca de R\$ 1.200).



Minha Casa, Minha Vida PAC 2 Maior qualidade de vida nas cidades

A migração acelerada da população das pequenas para as grandes cidades brasileiras resultou, especialmente para os mais pobres, em precárias condições de vida, que incluem o grande déficit habitacional e a predominância de habitações precárias (favelas, palafitas, cortiços etc.), com ocorrências recorrentes de enchentes e deslizamentos de encostas, ausência de saneamento básico, transporte público deficiente e a crescente insegurança pública.

As gestões de Lula e Dilma se comprometeram com a melhoria da qualidade de vida nas cidades e assumiram que o governo federal deveria apoiar municípios e estados no equacionamento desses problemas.

Em nossos governos, enfrentamos as diferentes dimensões da desigualdade urbana, através do direcionamento de políticas públicas para todo território nacional e pela implementação de ações abrangentes, garantindo volume de recursos inéditos para essas áreas.

A primeira medida foi a criação do Ministério das Cidades, no primeiro dia do governo Lula, assim como o Conselho das Cidades e a realização das 5 Conferências Nacionais, que reuniram milhares de pessoas para discutir a política urbana do país.

Também nos dedicamos à cooperação com estados e municípios para a formulação, o financiamento e a execução das ações necessárias.

GOVERN
BR
PAÍS RICO É

HABITAÇÃO COMO DIREITO

Nessa área, as principais linhas de ação foram a **construção de novas moradias**, a **urbanização de favelas** e a **emissão de títulos de propriedade**. O modelo adotado garantiu o aumento da oferta de crédito para todas as faixas de renda, com os recursos do FGTS, no caso das famílias de menor renda, e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, no caso da classe média.

Resultados principais Minha Casa, Minha Vida

Do lançamento do programa até maio de 2016 foram:

- ★ Contratadas 4,2 milhões de moradias
- ★ Entregues 2,7 milhões, beneficiando cerca de 10 milhões de pessoas
- ★ Em 96% dos municípios brasileiros

A **Urbanização de Favelas** saiu de 100 projetos antes de 2003 para 4.528 projetos contratados pelo PAC em todo país. **Com investimentos da ordem de R\$ 33,5 bilhões**, entre 2007 e 2015, que atenderam as regiões metropolitanas onde se concentra o maior número de assentamentos dessa natureza. Essas obras melhoraram as condições de vida de cerca de 7 milhões de pessoas.

Entre os milhares de empreendimentos, se destacam os projetos de urbanização em grandes complexos de favelas como o do Alemão, no Rio de Janeiro; Bacia do Beberibe, no Recife e Olinda; Heliópolis e Paraisópolis, em São Paulo; e o Aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte.

Foi aprovada também uma nova legislação para regularização de assentamentos irregulares e fornecimento do título de posse a seus ocupantes, o que reduziu a judicialização e o tempo de duração desses processos, potencializando o número de títulos concedidos pelos municípios.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC

MINHA CASA, MINHA VIDA EM NÚMEROS

Quando o programa foi lançado, em 2009, ele tinha dois objetivos. O primeiro era **enfrentar o déficit habitacional, especialmente das famílias com menor renda**, pois 80% do déficit se concentrava nas famílias que ganhavam até R\$ 1.800. O segundo era **gerar emprego e crescimento econômico** por meio da construção civil.

O programa trouxe resultados sociais extremamente positivos:

★ **Beneficiou os mais pobres com moradia**, empoderando especialmente as mulheres, que eram as proprietárias preferenciais dos imóveis;

★ **Metade das unidades do programa atendeu famílias com renda até R\$ 1.800**. Destas, 46% dos beneficiados recebiam Bolsa Família, 67% eram negros, mais da metade não tinha o ensino fundamental completo e 70% tinha renda familiar de até R\$800.

★ Foi gerado um **volume de investimentos em habitação sem precedentes na história do país**. Durante os governos

Lula e Dilma, o programa alavancou um montante da ordem de **R\$ 300 bilhões**.

Impactou significativamente a economia, gerando renda, aumentando a produção de material de construção e serviços, e gerando novos empregos diretos e indiretos. Após os cinco primeiros anos de operação do MCMV:

★ foram **criados 1,7 milhão de empregos** - 1,2 milhão diretos e 500 mil indiretos; e **retornaram aos cofres públicos**, na forma de tributos, **49% do total dos subsídios desembolsados**, segundo a Fundação Getúlio Vargas

★ o **número de empresas** de construção imobiliária **cresceu 48%** e o seu **faturamento aumentou 54%**, segundo o IBGE.

Além do mais, a operacionalização do programa foi feita por construtoras de todos os portes, por movimentos sociais e cooperativas rurais e urbanas, e pelos bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil. Isso garantiu o reconhecimento dos movimentos sociais urbanos e rurais como agentes formuladores e implementadores da política de habitação em projetos de autogestão.



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO/PR



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC



DESMONTE NA HABITAÇÃO PÓS-GOLPE DE 2016

Em função da política econômica que prioriza o ajuste fiscal em detrimento do crescimento do país, os **investimentos em habitação despencaram**. Os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para o Minha Casa, Minha Vida foram reduzidos de R\$ 59 bilhões, em 2015, para R\$ 4,9 bilhões, em julho de 2019. Para 2020, o cenário é ainda pior: estão previstos apenas R\$ 2,7 bilhões para o programa

Além de reduzir o ritmo das contratações, estas foram concentradas nas camadas de maior renda, excluindo a população mais pobre. Enquanto destinávamos 50% do total de unidades para renda familiar de até R\$ 1.800, desde o golpe, essa faixa reduziu-se a 12% do total em 2018. Em 2019, essas contratações estão congeladas e os pagamentos para obras em andamento estão atrasados, ameaçando cerca de 50 mil empregos, segundo as empresas.

A crise financeira que o país vive hoje é muito mais grave do que quando o MCMV foi lançado, em 2009. **A retomada do programa representaria importante incentivo ao crescimento econômico e à geração de empregos de qualidade.**

SANEAMENTO BÁSICO

Após 20 anos de ausência, aprovamos o **marco regulatório para o saneamento básico**, que aponta para a universalização e a melhoria da qualidade desses serviços. Nele, houve a extensão do conceito de saneamento aos serviços de drenagem e de coleta e tratamento de lixo.

Após quase uma década, retomamos o financiamento para as empresas públicas, que são parcela significativa dos agentes que operam o saneamento no país.

Os recursos investidos entre 2003 e 2015 foram de R\$ 200 bilhões, em valores de julho de 2019.

A destinação dos recursos baseou-se no déficit de cada região, priorizando projetos nas áreas mais pobres das cidades, onde se concentra a maior carência. Por isso, destinamos 31% dos recursos para o Nordeste e 38% para o Sudeste, que possuíam maior déficit absoluto de serviços de saneamento básico no país.

Tal distribuição de recursos do Orçamento da União, por sua vez, buscou **privilegiar regiões mais carentes desse tipo de in-**

fraestrutura e com menor condição de tomar crédito. Dessa forma, o Nordeste recebeu 81% desses recursos, enquanto o Sudeste dispôs de 31% dessa fonte.

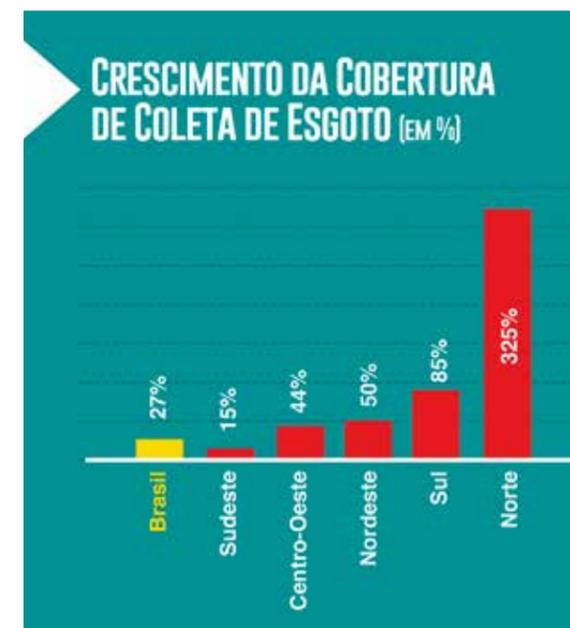
Os indicadores dos serviços de água e esgoto responderam positivamente a essa estratégia.

A cobertura de abastecimento de água em 2002, por rede geral, era de 92%, mas ainda muito desigual quando consideradas regiões com maior déficit e de menor renda. Com os investimentos do PAC, enquanto essa cobertura aumentou 2%, na média do Brasil, na faixa de renda de até 1 salário mínimo, especificamente, o crescimento foi de 8%. Houve também maior crescimento da cobertura, entre 2002 e 2015, nas regiões com menor atendimento.

No caso da **coleta de esgoto**, por meio de rede geral, a cobertura no país aumentou 27%. Entre os mais pobres, o crescimento foi ainda mais expressivo: 45%, para famílias com renda de até 3 salários mínimos, e 61%, na faixa de até 1 salário mínimo.

A cobertura, entre 2002 e 2015, expandiu-se mais nas regiões de maior déficit.

Também foi aprovada a lei da inovadora **Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS**, que prevê a estruturação de cadeias de logística reversa, fundamentais para a reciclagem de resíduos.



DESMONTE NO SANEAMENTO PÓS-GOLPE DE 2016

Como nas demais áreas, **os investimentos em saneamento foram igualmente comprometidos e tiveram queda de 35%**, além da interrupção de seleção de novas obras. Atual governo enviou ainda Medida Provisória ao Congresso para **acelerar privatização no setor**. A proposta não é boa para os municípios nem para as empresas estaduais e tampouco dá segurança para o setor privado investir.





MOBILIDADE URBANA EM SEGUNDO PLANO

Além da redução dos investimentos, foram cancelados 55 projetos selecionados pelo PAC no total de R\$ 15 bilhões, demonstrando total descaso do atual governo para população que depende do transporte. Entre as obras canceladas estão os corredores de ônibus Guarapiranga-Guavirutuba e Estrada do M'Boi Mirim, em São Paulo; corredores de ônibus em Recife e Belém; sistemas de trilhos como a expansão do metrô Asa Norte, em Brasília; a Linha 3 São Gonçalo-Niterói de metrô, no Rio de Janeiro; a rede de metrô da região metropolitana de Belo Horizonte; e o corredor VLT Aeroporto-Centro, em Maceió.



MOBILIDADE URBANA

Durante os governos do PT, adotou-se um novo conceito para a política federal de transporte urbano. A mobilidade urbana foi incorporada como um direito baseado nas pessoas e não nos automóveis, apontando para uma cidade mais acessível, democrática e ambientalmente sustentável

Essa concepção é a base da **Lei da Mobilidade Urbana, aprovada em 2012**. Disponibilizamos **volume de recursos extraordinário para a área**, de forma a atender a população de menor renda e as regiões menos favorecidas.

Assim, o governo federal ofereceu, para municípios e estados, R\$ 197 bilhões, em valores atualizados para julho de 2019, com o objetivo de melhorar as condições do transporte coletivo urbano nos grandes centros, principalmente para reduzir o tempo de deslocamento para trabalho e/ou estudo.

Foram priorizados empreendimentos que integrassem vários municípios de regiões metropolitanas. **A seleção de projetos**

alcançou todas as cidades brasileiras com mais de 150 mil habitantes e todas as pertencentes a regiões metropolitanas, independentemente do tamanho.

Projetos Selecionados

- ★ 658 km de transportes sobre trilhos: metrô, monotrilho, VLT, trem urbano e aeromóvel
- ★ 3.204 km de transportes sobre pneus: BRTs e corredores de ônibus
- ★ 21 km de transporte fluvial urbano.

São exemplos importantes desses empreendimentos, que já estão em operação, o BRT Transcarioca e Transolímpica, a linha 4 do metrô e o VLT do Centro, no Rio de Janeiro; o BRT das avenidas Cristiano Machado e Antônio Carlos, em Belo Horizonte; o metrô de Salvador; o BRT Eixo Sul de Brasília; o VLT da Baixada Santista, em São Paulo; o BRT de Belém; o BRT Norte-Sul de Recife; o Corredor Padre Cacique, de Porto Alegre, entre muitos outros.

POLÍTICA DE PREVENÇÃO DE RISCOS

Os governos do PT apoiaram as cidades brasileiras no enfrentando das situações recorrentes de inundação e de deslizamento de encostas.

No caso de drenagem de córregos, foram selecionadas 332 obras estruturantes e articuladas dentro das bacias hidrográficas, de forma a equacionar a situação em um município sem aumentar o problema de outro.

Esses empreendimentos de drenagem foram importantes para solucionar enchentes recorrentes, especialmente nas regiões metropolitanas, que provocavam perda humanas e materiais e desorganizavam as cidades.

Entre os empreendimentos de destaque nessa área, estão os projetos dos rios Bo-

tas e Sarapuí, na Baixada Fluminense; da Praça da Bandeira, da Bacia do rio Acari, do Canal do Mangue e de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro; de Riacho das Pedras, Belo Horizonte; da Bacia do rio Una, em Pernambuco; e da Bacia do Córrego Ponte Baixa, em São Paulo.

No caso da prevenção de deslizamento de encostas, foram financiados os Planos de Prevenção de Risco e 140 obras de contenção nas cidades com maior recorrência dessas situações.



DESMONTE

Em função dos cortes orçamentários, na esteira da EC 95, os investimentos no setor despencaram. **Os recursos de drenagem caíram, em média, 75% e os de contenção de encostas, 90%.**

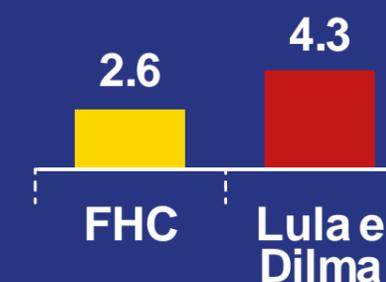
Segurança pública: mais integração, investimentos e resultados

FOTO: EBC



Com Lula e Dilma, o Brasil multiplicou investimentos e mudou o foco da política de segurança pública, atuando não apenas em repressão, mas também na prevenção ao crime. Esse novo posicionamento foi realizado ampliando as ações de responsabilidade exclusiva do governo federal, articulando outras com as políticas estaduais e apoiando os estados nas suas atribuições.

O recurso médio anual investido em segurança pública nos governos do PT praticamente dobrou em relação ao governo FHC.



AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nos 13 anos dos governos do PT, investimos na construção de ações integradas entre os órgãos de segurança do governo federal para intensificar a repressão ao crime organizado e a vigilância das fronteiras.

Fortalecimento da ação da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF)

★ **Ampliação do efetivo da PF em 55%**, que passou de 9.231 servidores, em 2002, para 14.584, em maio de 2016;

★ **Ampliação do efetivo da PRF, que cresceu 47%** - de 7.309 servidores, em 2003, para 10.773, em maio de 2016;

★ **Reaparelhamento da PF e PRF** com equipamentos técnico-científicos, veículos e sistemas de inteligência policial para aperfeiçoar a capacidade de investigação e atuação: scanners veiculares, radiocomunicação digital, veículos aé-

reos não tripulados (VANT), aeronaves, armamento, Sistema de Interceptação de Sinais; Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro;

★ **Ampliação do número de operações da PF**, que tiveram ênfase no combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado e à corrupção;



★ **Maior segurança nas rodovias federais** com redução dos acidentes nas estradas e repressão ao tráfico de drogas e de armas e ao contrabando.

Plano Estratégico de Fronteiras - PF, PRF, Força Nacional e Forças Armadas

★ **Operação Sentinela** - fiscalização ostensiva, com caráter permanente e ênfase em ações de inteligência. Priorizados 34 pontos vulneráveis;

★ **Operação Ágata** - envolve ações por prazo determinado, de maneira localizada e concentrada, que tem como marca a surpresa;

★ **Operação Fronteira Blindada** - visa enfrentar o contrabando;

★ **Criação do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)** - criou uma espécie de cerca eletrônica na fronteira;

★ **Iniciativas integradas com países vizinhos** - coordena ações conjuntas para erradicação de plantações de maconha e de coca.

Campanha de Desarmamento

Importante iniciativa para o combate à violência e para a instituição de uma cultura de paz no país. Mais de 650 mil armas foram recolhidas. Houve queda de 15% no número de mortes por armas de fogo no país entre 2004 e 2012.

Crack é possível vencer

Combate às organizações criminosas por meio de maior presença dos serviços de segurança em áreas de alto consumo de drogas, conjugado com serviços de atendimento de saúde e de reinserção social dos dependentes químicos.

Os resultados dessa ação integrada foram expressivos

- ★ 10% de redução de homicídios na fronteira;
- ★ Mais de 700.000 quilos de drogas apreendidas;
- ★ Mais de 17.000 armas apreendidas;
- ★ Mais de 20 mil mandados de prisão cumpridos;
- ★ Mais de 50 mil autos de prisão em flagrante;
- ★ Mais de 13 mil veículos roubados/furtados recuperados;
- ★ Mais de 292.000 mil inquéritos policiais concluídos;
- ★ Mais de 5,2 milhões de pacotes de cigarros apreendidos.
- ★ Mais de 1,6 milhão de medicamentos apreendidos;
- ★ 4,8 milhões de veículos abordados;
- ★ 8,6 milhões de pessoas abordadas.

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)

Articulação de políticas de segurança com políticas sociais, incluindo prevenção, nos territórios urbanos conflagrados, onde são maiores os índices de violência.

Sistema Penitenciário Federal

Construção de 4 presídios de segurança máxima para oferecer aos estados a alternativa de remoção de lideranças de facções criminosas, desarticulando as redes do crime organizado.



ARTICULAÇÃO COM AS POLÍTICAS ESTADUAIS E APOIO A AÇÕES LOCAIS

Em vez de lavar as mãos com o argumento de que a segurança é obrigação das administrações estaduais, os governos do PT se empenharam no apoio a estados e municípios, visando a construção de uma política integrada.

★ **Criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)** - articulação das ações federais, estaduais e municipais para aumentar a efetividade do combate ao crime com reaparelhamento dos órgãos de segurança pública, valorização profissional e aperfeiçoamento da análise de dados e de estatística criminal.

★ **Criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP)** - reunião de informações padronizadas fornecidas pelos estados.

★ **Criação da Força Nacional de Segurança Pública** - apoio às forças estaduais no gerenciamento de crises na segurança pública. As operações contavam também com PF, PRF e as Forças Armadas.

★ **Apoio financeiro à construção de presídios estaduais** - financiamento que possibilitou a abertura de 60 mil vagas novas.

★ **Aparelhamento das polícias estaduais** - compra de equipamentos tecnológicos, veículos etc.

LEGADO DA COPA DO MUNDO APONTA FUTURO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Todas as 12 cidades-sede receberam um Centro de Comando e Controle, com a mais moderna tecnologia existente no mundo, para permitir a atuação integrada de todas as forças de segurança.

Dois Centros Integrados Nacionais foram criados, em Brasília e no Rio de Janeiro, para que todos os órgãos envolvidos pudessem acompanhar o evento no país inteiro, tomando as medidas e as decisões necessárias com agilidade. Foi criado, ainda, na Polícia Federal, um centro de comando e controle integrado para que policiais de todo o mundo pudessem atuar em conjunto. O resultado foi indiscutível: mais de **90% dos turistas avaliaram a segurança pública durante a Copa como boa ou excelente.**

Após o evento, os equipamentos foram distribuídos aos estados pra fortalecer sua ação.

Ficou demonstrado que, com uma integração efetiva entre as forças de segurança, no âmbito tanto do planejamento quanto da execução operacional, é possível alcançar, ao longo do território nacional, uma atuação eficiente com inteligência e prevenção.



FOTO: GOVERNO FEDERAL



SEGURANÇA PÚBLICA VIROU SINÔNIMO DE REPRESSÃO

A visão sobre segurança mudou radicalmente com o novo governo: repressão pura e simples é o que orienta as ações na área. **A desenfreada liberação da posse e uso de armas se soma ao pacote proposto por Moro com alterações na legislação, que dão carta branca para as forças policiais matarem sem risco de serem punidas.**

Essas medidas já se refletem em nossa realidade com seguidas mortes de inocentes atingidos por policiais, cujas ações são justificadas e minimizadas pelas autoridades. Além disso, o número de opera-

ções especiais da PF caiu para o patamar de 2014, e o governo aparelha a instituição e retira sua autonomia, conquistada durante as gestões do PT, tornando as investigações seletivas, inclusive para poupar parentes e amigos.

O orçamento previsto para segurança retrocedeu aos níveis de 2008, e Moro não consegue aplicar efetivamente sequer os recursos limitados que tem, o que tem afetado sistematicamente as ações da pasta. Um exemplo disso é o Fundo Penitenciário Nacional, que custeia a construção e ampliação de presídios nos estados e a compra de equipamentos de segurança. Como se não bastasse os recursos terem encolhido 98% desde 2016, apenas 12% do montante restante foi de fato executado até agosto de 2019.



Produzindo e vivendo melhor no campo

Existem no Brasil cerca de **4,8 milhões de unidades produtivas da agricultura familiar**. O último Censo Agropecuário (2006) mostrou que, além de ser a base da economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos brasileiros ocupados no campo. Os dados apontam ainda que 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo produzidos no Brasil são oriundos da agricultura familiar.

Tamanha importância justifica as **políticas diferenciadas que os governos do PT dedicaram à agricultura familiar**. Em nenhum período da nossa história, o governo federal fez tanto pelos pequenos e pelos novos produtores, nascidos da reforma agrária. Um ministério específico foi criado, para facilitar a interlocução com os movimentos e garantir prioridade na implementação dessas ações.

Em 2006, foi aprovada e entrou em vigência a Lei 11.326/06, que instituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, criando, assim, o arcabouço legal para várias políticas de fomento a serem implementadas nos anos subsequentes.

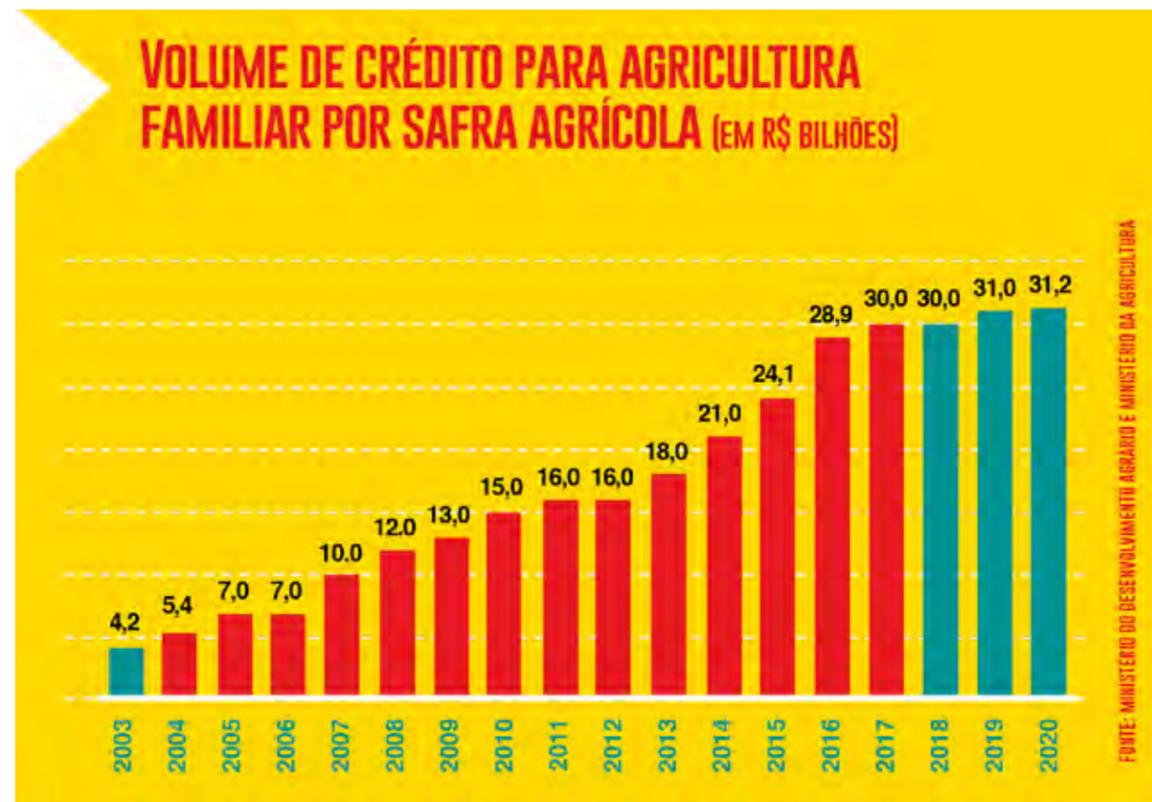
Todos os instrumentos mobilizados ao longo dos 13 anos de PT no governo federal estiveram orientados pela noção de que, ao apoiar o fortalecimento da agricultura familiar, incluindo a reforma agrária, o desenvolvimento do campo e do Brasil seria impulsionado. Tratava-se, portanto, de implementar políticas que, ao mesmo tempo, estimulassem a atividade produtiva e assegurassem o direito à terra e ao trabalho, fazendo da agricultura familiar eixo estratégico para o crescimento do país.

MAIS CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Durante os governos do PT, a agricultura familiar foi atendida, em cada safra agrícola, por um plano de fomento específico. O volume de recursos disponibilizado por meio do Pronaf, que agrupa as linhas de

financiamento para os agricultores familiares, cresceu durante esse período. Entre a safra de 2002/2003 e a de 2016/2017, os **recursos para financiamento da agricultura familiar foram multiplicados por sete, passando de R\$ 4,2 bilhões para R\$ 30 bilhões**.

Nesse intervalo de tempo, o Pronaf alcançou progressivamente todas as regiões do país, chegando a 99% dos municípios brasileiros. Nas safras de 2013/2014 e 2014/2015, para fazer frente à histórica seca que assolava o Semiárido nordestino, o programa ganhou um subconjunto de ações para justamente apoiar a convivência com a estiagem. E, a cada safra, as taxas de juros foram sempre ajustadas para a realidade do pequeno produtor, chegando a ser negativas nas linhas de apoio aos assentados da reforma agrária.



Novas linhas de financiamento

À medida que a agricultura familiar foi sendo fortalecida, novas linhas de financiamento foram sendo agregadas com o propósito de ampliar a competitividade e a sustentabilidade dessas unidades produtivas.

★ O **Mais Alimentos**, por exemplo, era uma linha de crédito que financiava o investimento na infraestrutura das pequenas propriedades, como máquinas e implementos agrícolas, equipamentos para irrigação e veículos para transporte de cargas, entre outros. Com prazos de carência e de pagamento mais longos que os das linhas de custeio, o **Mais Alimentos permitiu elevar a produtividade das pequenas propriedades** e gerou forte demanda para a indústria nacional, uma vez que **foram adquiridos mais de 80 mil tratores e 50 mil veículos comerciais pelos agricultores familiares**.

★ O **Pronaf Agroecologia** foi criado para apoiar a expansão da produção agroecológica entre os agricultores familiares. Oferecia linhas de custeio específicas e linhas de investimento mais baratas para a transição agroecológica. O seu sucesso

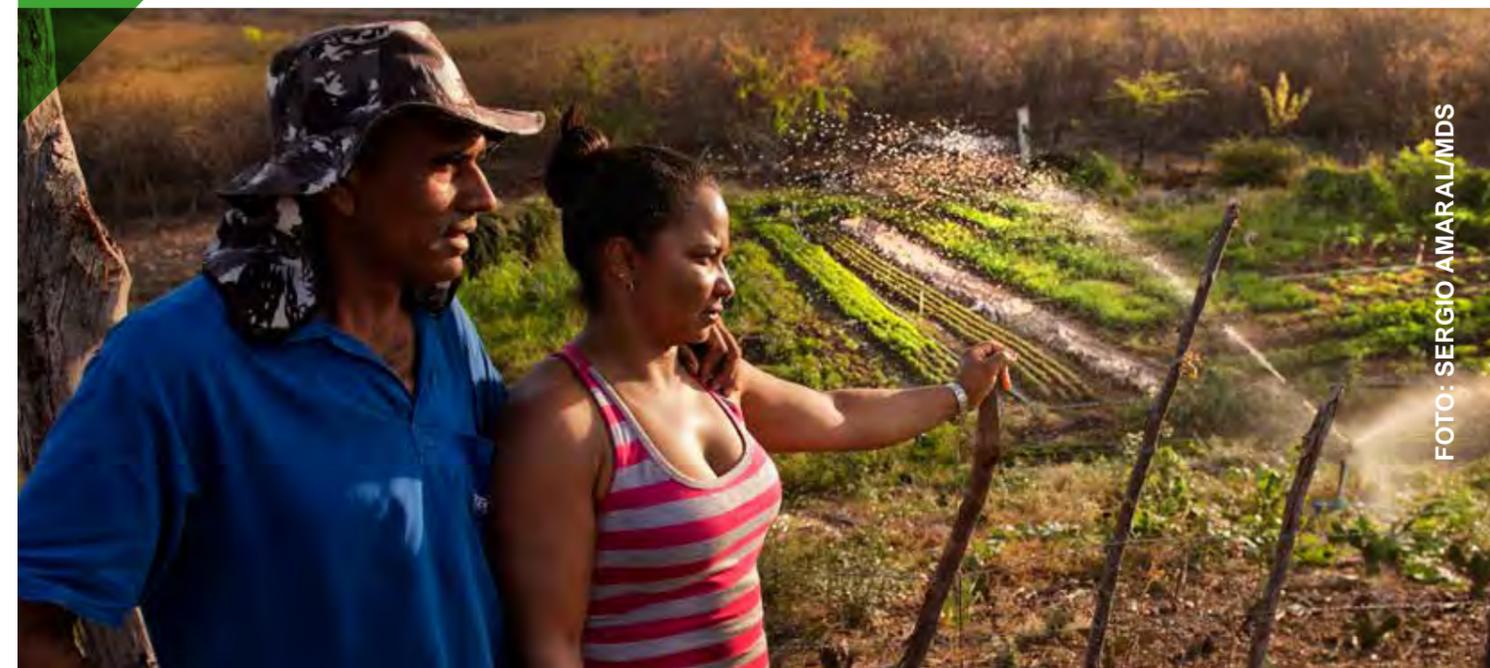
embasou a criação do **Programa Brasil Agroecológico**, em 2013, para estimular a produção de alimentos mais saudáveis para os consumidores, de forma sustentável e sem uso de agrotóxicos.

★ As linhas **Pronaf Jovem** e **Pronaf Mulher**, por sua vez, concediam crédito para promover a autonomia e o empoderamento da juventude e da trabalhadora rural, sempre com condições mais favoráveis que as praticadas nas demais linhas de financiamento.



DESMONTE

Após o golpe, toda a estrutura de subvenção diferenciada para a agricultura familiar foi comprometida. O volume de recursos alocados no Pronaf está relativamente estagnado. E, a partir de 2019, sob o argumento de “uma só agricultura”, foi lançado um único plano de crédito e, após 20 anos, o Pronaf torna-se parte do financiamento mais geral da agricultura brasileira.



MAIS SEGURANÇA E APOIO PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR

Os governos do PT implantaram políticas e ações para minimizar o risco produtivo, salvaguardar a renda dos pequenos produtores e estimular a proteção sustentável.

Seguro da agricultura familiar

Criado em 2004, o **Seguro da Agricultura Familiar** resguarda a renda do agricultor familiar em caso de perdas associadas a acidentes climáticos. Contratado junto com o financiamento de custeio, esse seguro garantia, em seus primeiros anos de vigência, até 65% da receita bruta esperada com a produção. Esse percentual foi elevado, na safra 2015/2015, para 80%.

Garantia Safra

A agricultura familiar do semiárido conquistou o Garantia Safra, modalidade de seguro que pode ser acessada por aqueles com renda mensal bruta de até um sa-

lário mínimo e meio, e que tenham perdas de produção em seus municípios igual ou superior a 50% em razão de estiagem. A adesão ao seguro garante o repasse de R\$ 850,00 divididos em cinco parcelas de R\$ 170,00 que são depositadas diretamente no cartão do Bolsa Família. No período do PT à frente do governo, **o número de agricultores protegidos pelo Garantia Safra cresceu de 200 mil para 1,35 milhão.**

Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

O Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) foi regulamentado em 2006. Com ele, sempre que o preço de comercialização dos produtos estiver abaixo do piso de garantia anual estabelecido, os agricultores recebem um desconto no pagamento do financiamento do Pronaf Custeio ou do Pronaf Investimento. Durante as gestões petistas houve aumento do número de produtos com garantia de preços, que chegou a contabilizar 50 itens, incluindo, ainda, preços diferenciados para produtos da sociobiodiversidade.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC

Oferta de ATER

Em 2002, o investimento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) era de apenas R\$ 56 milhões. Em 2014, havia chegado a **R\$ 1,1 bilhão**. Isso permitiu que o número de famílias atendidas **crescesse de 160 mil para 700 mil**, entre o início e o final dos governos do PT. Em 2014, para ampliar o alcance e a efetividade desse apoio aos agricultores familiares, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica – ANATER.

MAIS MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR – A IMPORTÂNCIA DO PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, no âmbito do Fome Zero, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional por meio da compra e doação de alimentos produzidos por agricultores familiares. O PAA já nasceu intersetorial, inspirado pela participação da sociedade civil e instâncias como o CONSEA e concebido

em conjunto com diferentes áreas do governo federal.

Sua implementação mostrou a importância das compras feitas pelo Estado para fortalecer a agricultura familiar e promover o acesso aos alimentos, contribuindo para o aumento da segurança alimentar e para o desenvolvimento local, ao dinamizar as economias rurais de milhares de municípios. O PAA serviu de modelo para criação de programas de compras públicas da agricultura familiar, especialmente para a alimentação escolar, em diversos países da América Latina e África.

Desde 2003, mais de 400 mil agricultores familiares participaram do programa em suas diversas modalidades. A maior parte deles, depois da experiência no PAA, partiu para comercialização de seus produtos nos mercados privados, por meio de suas organizações (cooperativas, agroindústrias familiares, etc.). Ao longo do tempo, o Programa procurou alcançar, cada vez mais, os agricultores familiares mais vulneráveis, entre



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

eles assentados da reforma agrária, extrativistas, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais

O Programa comprou e distribuiu, em sua vigência, mais de 3 mil itens, sendo que os de maior presença foram leite e derivados (26%), hortaliças (19%), frutas (14%), seguidos de feijão, arroz, cereais, castanhas, mandioca, carnes, pescados, ovos, sucos e polpas de frutas. Promoveu, assim, a diversidade na produção e hábitos alimentares mais saudáveis.

Algumas alterações legais fortaleceram progressivamente o alcance do PAA:

★ A partir de 2009, os órgãos públicos que recebem recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar devem utilizar no mínimo 30% daqueles na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar;

★ Em 2012, para fomentar a compra institucional, foi criada uma modalidade que permite a qualquer órgão público comprar alimentos nos moldes do PAA, de forma simplificada, com seus recursos próprios, para atender a sua demanda por alimentos;

★ Em 2015, foi estabelecido que 30% dos recursos dos órgãos públicos da União para adquirir alimentos devem ser destinados à compra da agricultura familiar.

Dados relevantes

★ O PAA buscou, com o passar do tempo, ampliar suas ações junto aos agricultores mais pobres e mulheres. Em 2016, quase 70% dos agricultores fornecedores estavam inscritos no CadÚnico e mais de 45% eram mulheres

★ A maior parte dos recursos foram aplicados nas regiões Norte e Nordeste (em torno de 70%)

★ Todos os Estados e 70% dos municípios brasileiros participaram do PAA ao menos uma vez

★ Mais de 20 mil entidades (rede socioassistencial, escolas e outras) foram beneficiadas pelo PAA

★ Foram adquiridos mais de 4 milhões de toneladas de alimentos pelo PAA



DESMONTE

O PAA teve orçamentos anuais superiores a R\$ 1 bilhão em 2012, 2013 e 2014 e chegou a atender mais de 180 mil agricultores em um único ano em suas diferentes modalidades. Após o golpe, especialmente nos últimos dois anos, os orçamentos são cada vez menores, o que reduziu bastante o número de agricultores beneficiados e as entidades receptoras.

O foco do Programa tem sido cada vez mais a promoção das compras institucionais, como forma de compensar a diminuição dos orçamen-

tos federais do PAA. Contudo, o mercado de compras institucionais favorece agricultores mais organizados, que já contam com associações e/ou cooperativas mais estruturadas. Os agricultores mais pobres e vulneráveis, que ainda não conseguem atender a esse mercado, pois ainda não passaram pela curva de aprendizado que o PAA proporciona, ficam cada vez mais excluídos, assim como são prejudicadas as entidades que recebiam alimentos do Programa.

DIREITO À TERRA – REFORMA AGRÁRIA COM QUALIDADE

A reforma agrária, uma das bandeiras mais importantes para a garantia de direitos e para o fortalecimento da democracia no Brasil, foi intensificada nas gestões do PT. **Entre 2003 e 2014, 51 milhões de hectares (duas vezes o estado de São Paulo) foram incorporados à reforma agrária**, possibilitando o acesso à terra a 698 mil famílias.

Isso significa que, do total de famílias assentadas em toda a história do país, 54% exerceram esse direito nos 13 anos de governos do PT. Nesse mesmo período, outras 97.141 famílias conquistaram acesso à terra por meio do **Programa Nacional de Crédito Fundiário**, o que corresponde a 70% do total beneficiado por esse programa.

DADOS SOBRE REFORMA AGRÁRIA

■ ATÉ 2002
■ PÓS-GOVERNOS DO PT (ATÉ 2014)



FONTE: MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



FOTO: RAFAEL ZART/MDS

Sustentabilidade e infraestrutura no campo

Houve também, nesse período, um esforço para dar mais qualidade e sustentabilidade aos assentamentos e para possibilitar mais direitos aos assentados. Serviços públicos passaram a ser garantidos, levando programas como o **Luz para Todos, o Água para Todos e o Minha Casa Minha Vida**. Houve ampliação dos recursos para investir em obras coletivas dentro dos assentamentos e em estradas vicinais que os ligam aos municípios. Essas ações foram facilitadas pela distribuição, dentro do PAC, de equipamentos (retroescavadeiras, moto-niveladoras e caminhões-caçamba) para 5.060 municípios.

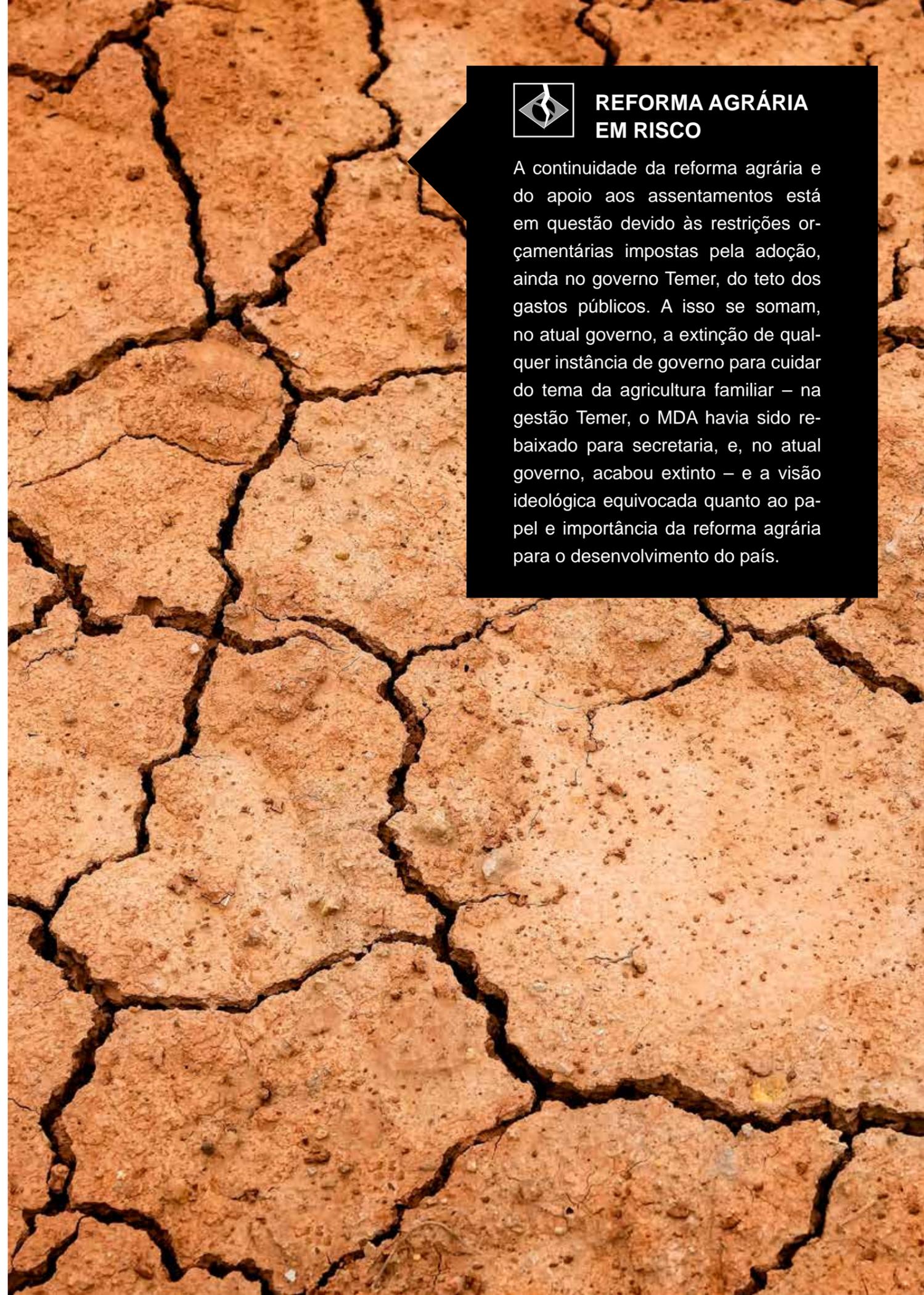
Linhas de crédito para a reforma agrária

A mudança mais robusta foi realizada no Plano Safra 2014/2015, quando, além de estabelecer regras para solução do passivo de crédito de 1 milhão de famílias da reforma agrária, foi criada uma nova sistemática de financiamento para essas famílias, com ciclos progressivos e orientados de estruturação produtiva, com agilidade na operacionalização via cartão.



REFORMA AGRÁRIA EM RISCO

A continuidade da reforma agrária e do apoio aos assentamentos está em questão devido às restrições orçamentárias impostas pela adoção, ainda no governo Temer, do teto dos gastos públicos. A isso se somam, no atual governo, a extinção de qualquer instância de governo para cuidar do tema da agricultura familiar – na gestão Temer, o MDA havia sido rebaixado para secretaria, e, no atual governo, acabou extinto – e a visão ideológica equivocada quanto ao papel e importância da reforma agrária para o desenvolvimento do país.



O PT não quebrou o Brasil



O ano de 2015 tem sido usado para construir a falsa narrativa de que os governos do PT quebraram o Brasil. Em 2015, obstáculos e **pautas-bomba impediram importantes ações do governo** e criaram a sensação de crise que viabilizou o apoio de parte da população ao golpe que interrompeu o governo Dilma. Uma avaliação simples dos dados dos 13 anos de governo do PT mostra que a história é muito diferente: foi um período de crescimento, estabilização das finanças públicas e dos preços, de elevação inédita da confiança dos investidores no Brasil, de inclusão social e de aumento da riqueza do país. **O PT não quebrou o Brasil. Pelo contrário.** Construiu as bases para transformar o Brasil em um país desenvolvido. E a promessa de “é só tirar a Dilma que vai melhorar” resultou em perdas na economia, no emprego e na renda dos brasileiros e brasileiras.

MAIS CRESCIMENTO E MAIS RIQUEZA PARA OS BRASILEIROS E BRASILEIRAS

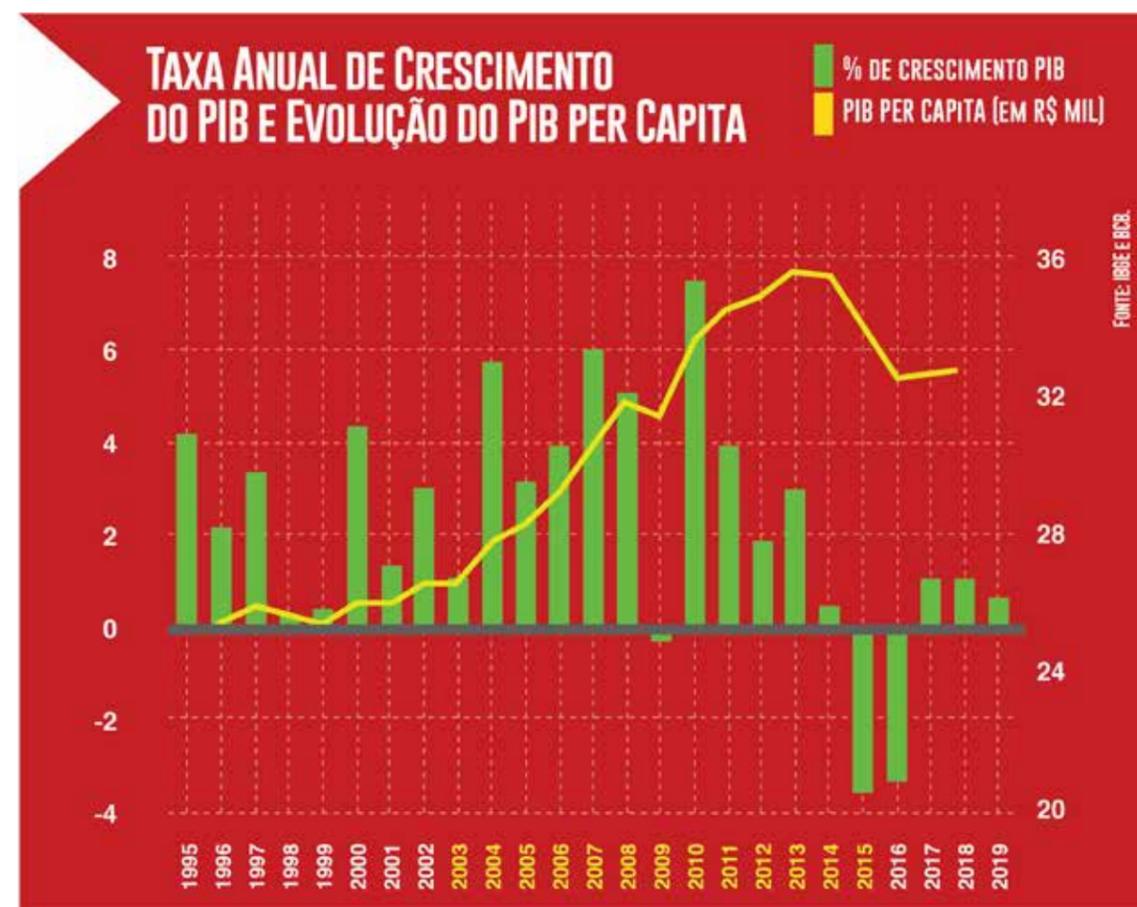
A economia cresceu em 11 dos 13 anos em que o PT esteve à frente do governo federal. Em 2009, com a forte crise internacional (a economia americana decresceu 13%; a russa, 14%; e a Zona do Euro, 4%), a relativa estabilidade do nosso PIB foi um resultado positivo. Em 2015, a queda do PIB foi fruto da baixa nos preços das *commodities*, da mudança na política monetária americana, da desaceleração da economia chinesa e do aumento do custo da energia no Brasil, agravada pelo bloqueio, no Congresso Nacional, de todas as iniciativas do governo Dilma.

Em média, o PIB cresceu 2,9% ao ano nos governos do PT. E o golpe só piorou o ambiente econômico: as taxas de cres-



cimento têm sido, desde então, menores que as dos governos Lula e Dilma.

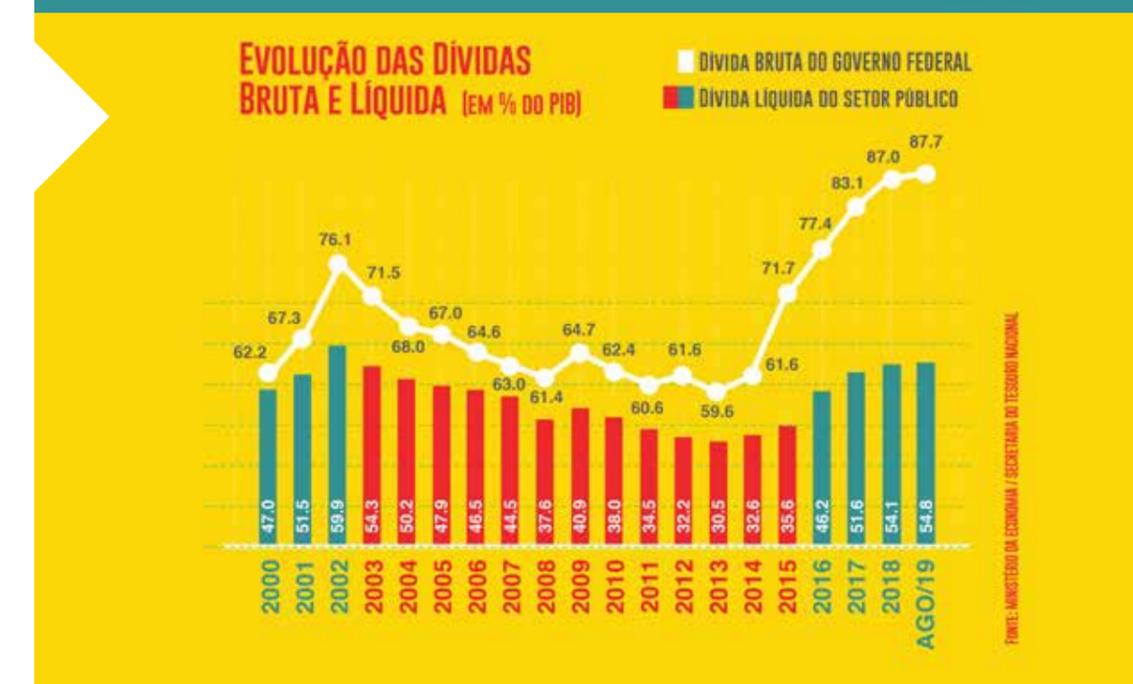
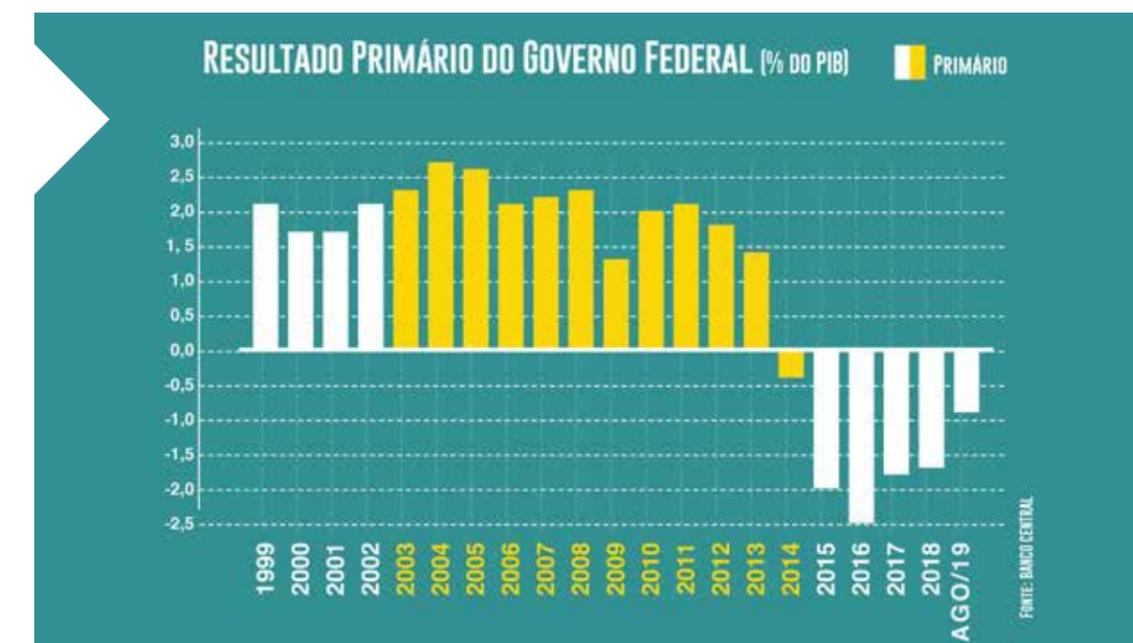
Este bom desempenho econômico nos governos do PT resultou em uma inédita ampliação do PIB per capita, passando de R\$ 26,6 mil para R\$ 33,96 mil. Nos anos do PT, o Brasil chegou a ser a 5ª maior economia do mundo, com distribuição de renda e inclusão social.



RESPONSABILIDADE FISCAL COMO REGRA

Em 11 dos 13 anos do PT, foram gerados *superávits* fiscais, aumentando a sustentabilidade das contas públicas. A gestão responsável adotada pelo PT visava assegurar as bases para um Estado mais eficiente, capaz de alocar os recursos públicos em favor das equidades social e regional. Como resultado, a dívida pública assumiu clara tendência de redução e

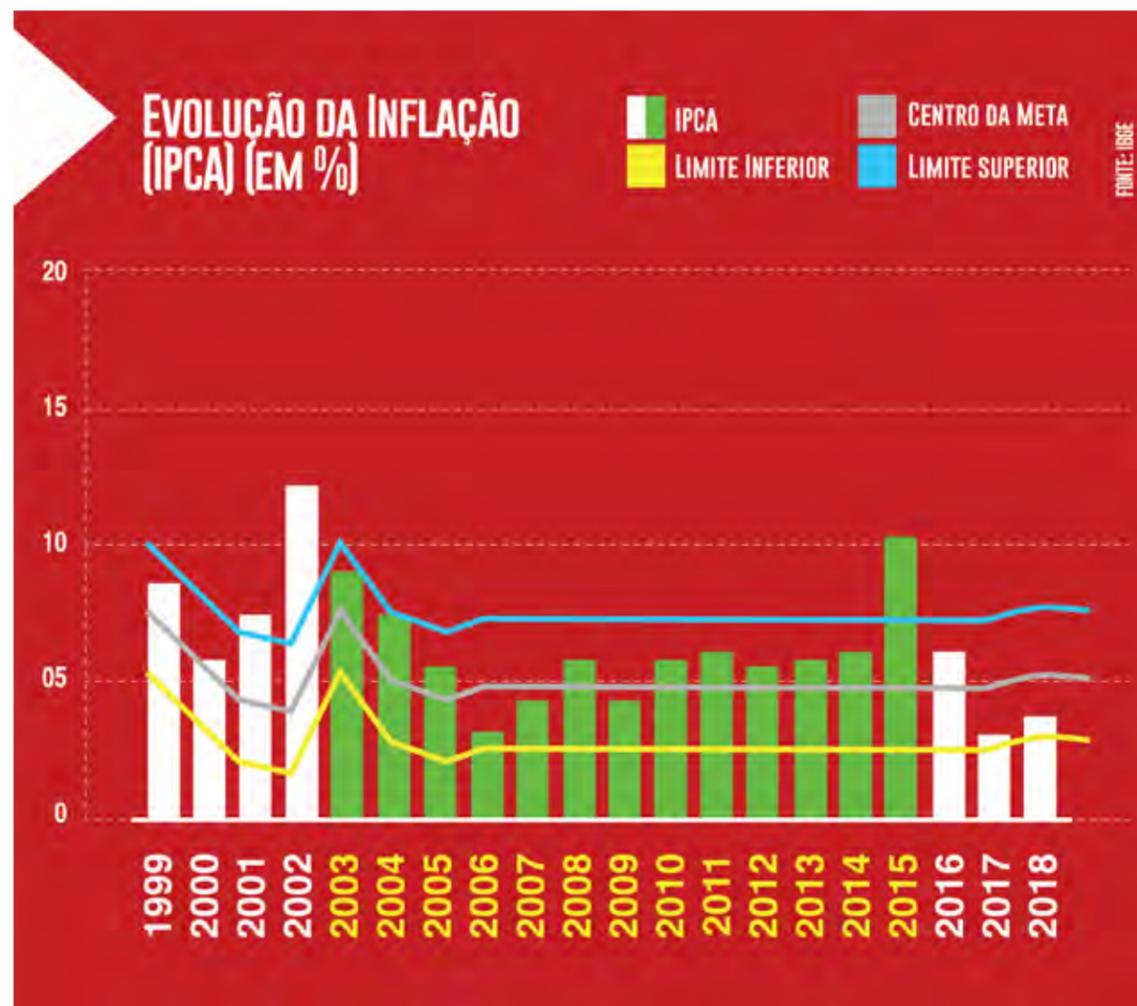
chegou aos patamares mais baixos dos últimos 20 anos. A dívida líquida do setor público (que em 2013 atingiu seu patamar mais baixo: 30,5%) passou de 59,9% do PIB para 35,6%, entre 2001 e 2014. Nos governos de Temer e Bolsonaro (que utilizam a narrativa do Brasil quebrado como herança do PT), a dívida bruta superou o pior momento de FHC. Em pouco mais de três anos, destruíram todo o resultado positivo colhido nos 13 anos de gestão fiscal responsável do PT.



INFLAÇÃO MANTIDA SOB CONTROLE

A elevada taxa de inflação registrada em 2015 subsidiou as críticas de que os governos do PT foram lenientes com a estabilidade dos preços. Trata-se, mais uma vez, da estratégia de enfatizar um resultado adverso para desmerecer conquistas efetivas desse período: o **compromisso com o controle inflacionário**. Nos 13

anos de PT, a meta da inflação foi cumprida em 12 deles - exceto em 2015, quando a desvalorização cambial e a alta de preços administrados (em especial, energia e combustíveis) resultaram em elevação de preços de caráter temporário, dissipada já em 2016. Vale destacar que os baixos patamares de inflação registrados a partir de 2017, sobretudo em 2019, se devem principalmente à anemia da atividade econômica, não havendo motivos para celebrá-los.



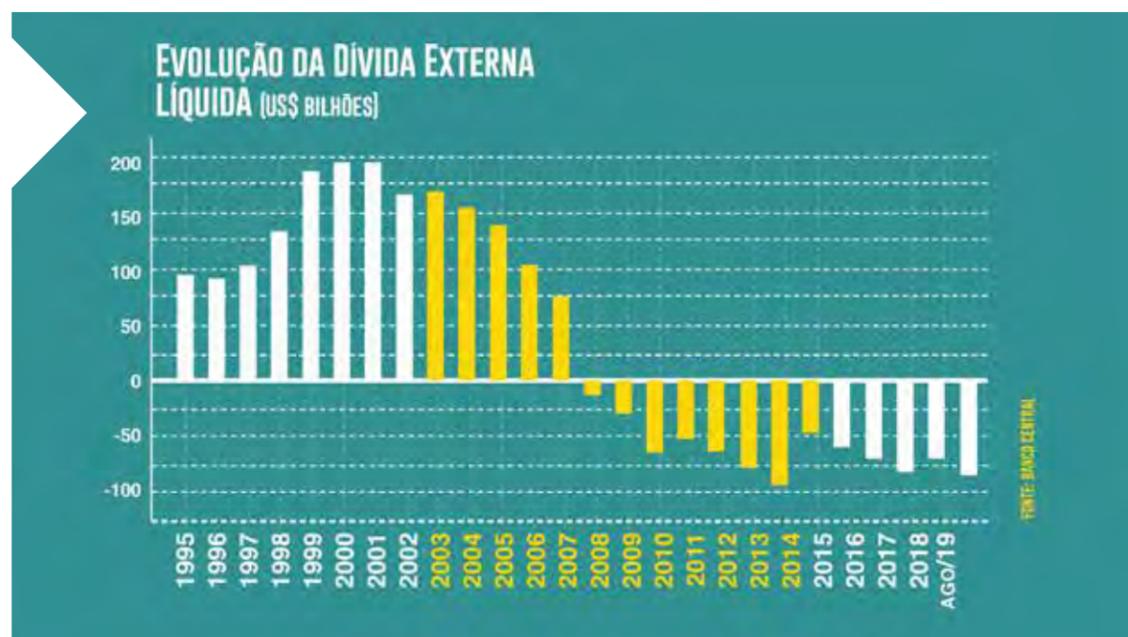
MAIOR PODER DE COMPRA

O BRASIL CREDOR EXTERNO: LIVRE DAS AMARRAS DO FMI

Ao longo dos anos 1990, a ingerência do FMI na gestão da economia nacional, decorrente dos empréstimos concedidos pela instituição, tornou-se um verdadeiro trauma para os brasileiros e brasileiras. Durante os governos do PT, o bordão “Fora FMI” perdeu o sentido, uma vez que **o Brasil pagou à instituição todos os empréstimos feitos por governos anteriores** – a dívida foi integralmente quitada antes mesmo do vencimento, em 2006. Em 2009, o **Brasil**

foi além e emprestou US\$ 10 bilhões para financiar o FMI, tornando-se um dos 47 países credores da instituição. Esse novo padrão de relação com o FMI estava inserido em uma conquista ainda maior. Ainda no primeiro mandato de Lula, houve forte redução da dívida externa e o país se tornou **credor no mercado internacional**.

Dessa forma, o endividamento externo do governo, que deu início a tantas crises nos anos 1970 e 1980, deixou de ser um fator de risco para o Brasil. Essa foi uma das muitas heranças positivas dos governos do PT.



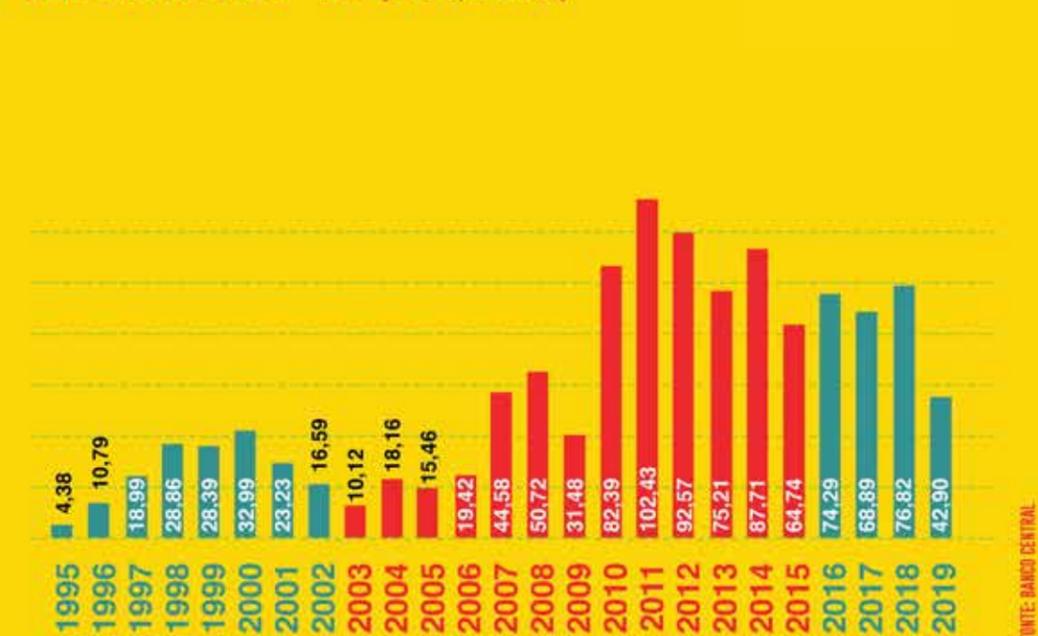
AUMENTO DA CONFIANÇA DO INVESTIDOR NO BRASIL

O ambiente de crescimento econômico e de estabilidade nos preços e nas contas públicas, construído nos governos do PT, mudou a avaliação dos investidores externos em relação ao país. **Nos 13 anos de PT, o saldo de entrada de investimento estrangeiro no Brasil foi sempre**

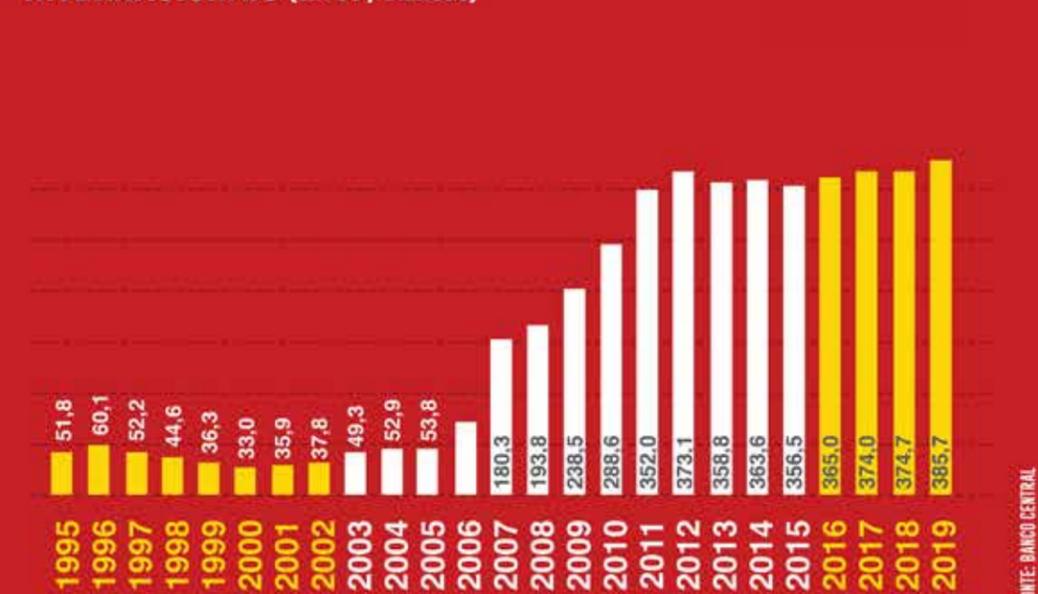
positivo - em especial no período Dilma, quando atingiu volumes inéditos em nossa história recente.

Outro indicador da solidez econômica construída no período do PT foi o forte crescimento das reservas internacionais. Hoje, o Brasil possui um volume expressivo de reservas capaz de reduzir os impactos de crises externas, **um verdadeiro colchão protetor de nossa economia**.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS - IDP (EM US\$ BILHÕES)



EVOLUÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS (EM US\$ BILHÕES)





Bases para a economia crescer

Alavancando o setor produtivo

Os 13 anos do PT à frente do governo federal foram marcados pelo **compromisso com o estímulo do crescimento e com a geração de empregos**. Para isso, era fundamental criar condições propícias à atuação do setor produtivo.

No período do PT, houve o reconhecimento de que há políticas e medidas que competem ao governo quando o desenvolvimento do país é o objetivo maior. Mobilizar as empresas públicas, usar os instrumentos do Estado para aprimorar o ambiente em que as empresas atuam, apoiar o investimento produtivo e abrir novos mercados, tudo isso fez parte de uma diretriz clara de nossas gestões. **Produzir em quantidade e com competitividade no Brasil é fundamental para gerar empregos e oportunidades e melhorar a vida do povo.**

DEMOCRATIZANDO O ACESSO AO CRÉDITO

Sob a premissa de que uma economia capitalista se dinamiza quando há crédito disponível em prazos e condições adequadas para financiar o consumo e o investimento, os governos do PT mobilizaram vários instrumentos para estimular a inclusão bancária da população e ampliar o financiamento do setor produtivo. O resultado foi um **expressivo crescimento do crédito doméstico**, o que alavancou o crescimento do consumo, da produção e do emprego durante os 13 anos de governo do PT.

Já em 2003, foram adotadas três medidas fundamentais para facilitar o acesso da população ao sistema financeiro e ao crédito.

★ A primeira delas foi a autorização da **criação de contas correntes simplificadas**, com procedimentos de abertura e movimentação menos burocratizados, sem exigência de comprovação de renda e residência e sem cobrança de taxas. O objetivo dessa medida era viabilizar o **acesso da população de baixa renda a serviços bancários**.

★ A segunda foi o **estímulo ao desenvolvimento do microcrédito**. Nos nossos governos, passou a ser obrigatório que 2% das

exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras fossem destinados a operações de microcrédito. Tal medida foi reforçada com a criação do **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**, em 2006, e do **Crescer**, em 2011. Com eles, foi possível facilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito necessário para operar e expandir seu negócio. Entre 2008 e 2015, **mais de 28 milhões de clientes foram beneficiados**, mobilizando R\$ 92 bilhões.



★ Já a terceira ação adotada por nossos governos foi a instituição do **crédito consignado**. Trata-se de um tipo de crédito garantido pelo desconto em folha de pagamento da parcela mensal de amortização. Ele teve papel central na expansão do crédito, dada a facilidade de obtenção e os custos reduzidos, em especial para tomadores de menor renda. Entre 2007 e 2015, o volume de crédito consignado mais que dobrou, tornando-se um instrumento especialmente importante para os trabalhadores do setor público bem como para aposentados e pensionistas do INSS.

direcionado e empréstimos do Tesouro para alavancar o investimento no setor produtivo. No caso do Banco do Brasil e da Caixa, houve também um esforço para apoiar a **inclusão bancária**, com a ampliação da clientela de varejo e a concessão de microcrédito e consignado. Já no BNDES, especial atenção foi dada aos micro e pequenos negócios, para os quais foram criadas linhas e instrumentos especiais, como, por exemplo, o Cartão BNDES.

A maior participação dos bancos públicos na oferta de crédito – e seu engajamento nas políticas necessárias ao desenvolvimento – foi realizada de forma responsável. Por isso, ao longo de todo o período de governos do PT, esses bancos registraram lucro líquido expressivo e mantiveram-se saudáveis financeiramente.

■ O novo papel dos bancos públicos

Os bancos públicos tiveram papel relevante no processo de **ampliação da oferta de acesso ao crédito**. Os governos Lula e Dilma orientaram essas instituições para trabalhar fortemente em favor do desenvolvimento do país, sobretudo de segmentos a que o sistema financeiro privado dedica menor atenção – longo prazo, rural e habitacional.

BNDES, Banco do Brasil e Caixa atuaram intensamente em cada uma dessas áreas, mobilizando poupança compulsória, crédito



DESMONTE

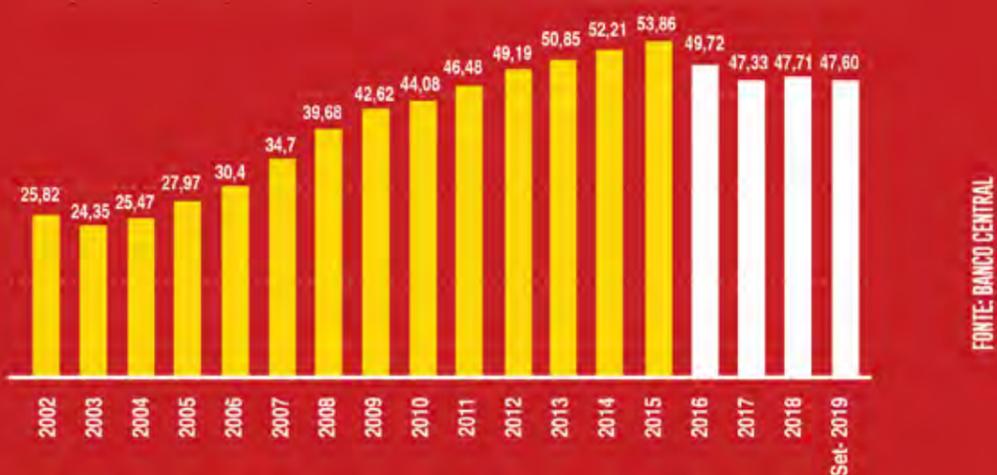
A partir do golpe, reverte-se o papel dos bancos públicos no desenvolvimento. Os volumes de desembolsos para o setor produtivo decrescem ou ficam estagnados, o que reforça a queda do nível de investimento e o baixo dinamismo da economia.

VOLUME DE RECURSOS DO CRÉDITO PESSOAL CONSIGNADO

■ TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO ■ TRABALHADORES DO SETOR PÚBLICO ■ APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS



SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB [EM %]



FOMENTO À PRODUÇÃO E À COMPETITIVIDADE

Os governos do PT adotaram um amplo conjunto de medidas para estimular o **crescimento da produção e da competitividade da indústria nacional**. Ao longo dos 13 anos, novos instrumentos foram sendo mobilizados para atingir três objetivos complementares: reduzir os custos de produção industrial, incentivar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, e estimular as exportações.



Redução do custo de produção

As indústrias brasileiras foram apoiadas por medidas que buscavam reduzir o custo de seus dois principais insumos – trabalho e capital.

★ **Desoneração da folha de pagamentos:** no caso do custo do trabalho, além do investimento na formação de mão de obra, foi a medida que mais se destacou, eliminando a contribuição patronal para o INSS, mas preservando salários e direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

O número de setores beneficiados pela desoneração da folha foi progressivamente ampliado, até chegar a 56, que respondiam por cerca de 22% das exportações e 32% dos empregos celetistas. Entre 2011 e 2015, essa medida representou uma renúncia fiscal de R\$ 65,87 bilhões, **reduzindo o custo das empresas, ampliando sua competitividade e estimulando a geração de empregos e a formalização da mão de obra**.

★ **Simplex Nacional:** outra medida decisiva para diminuir os custos das empresas foi a implementação de uma nova e ampla legislação para assegurar tratamento tributário diferenciado para as micro e pequenas empresas. Em 2006, foi aprovada a lei conhecida como **Simplex Nacional**, que unificou seis tributos federais, um estadual e um municipal, permitindo economia de tempo e redução de custos para as MPEs.

Em 2008, foi criado o **Microempreendedor Individual** como parte do Simplex Nacional, para facilitar a formalização e a inclusão previdenciária daqueles que trabalham por conta própria. Para isso, houve redução da alíquota previdenciária e unificação dos impostos, com valor diferenciado para indústria e comércio e serviços. O sucesso dessa medida se expressa no fato de que, em menos de oito anos de vigência da lei, nada menos que 5.940.042 pequenos empreendedores tinham se registrado como MEI.

Por três vezes, em 2007, 2011 e 2014, houve ampliação dos limites de enquadramento ou das atividades que poderiam optar pelo regime diferenciado para micro e pequenas empresas. Os contínuos aprimoramentos no Simplex Nacional no período do PT permitiram universalizar o regime tributário e criar um conjunto consistente e amplo de instrumentos que desburocratizaram e simplificaram a formalização, reduziram custos e abriram mercados para as MPEs, criando um ambiente econômico cada vez mais propício ao crescimento e à competitividade dessas empresas.

★ **Desoneração tributária:** a desoneração tributária buscou reduzir o custo do investimento em capital fixo. As máquinas e equipamentos adquiridos pelas empresas para ampliar ou modernizar as unidades produtivas foram isentados de todos os tributos federais. Com isso, o peso dos tributos sobre bens de capital produzidos no **Brasil decresceu dos cerca de 32%, em 2003, para 4,3% do custo do investimento**.

★ **Crédito mais barato:** finalmente, foi assegurada **oferta de crédito farta e barata para investimento**. Foram criadas várias linhas de financiamento subvencionadas, ou seja, com juros subsidiados pelo governo federal. Entre elas, cabe destaque ao **BNDES PSI (Programa de Sustentação do Investimento)**, lançado em julho de 2009 como parte das medidas para mitigar os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira. O PSI foi progressivamente ampliado em sua abrangência e em seu orçamento, sempre com o propósito de propiciar redução do preço final de bens de capital

por meio do barateamento do custo do financiamento.

Entre 2009 e 2016, os programas operados pelo BNDES com equalização de juros desembolsaram um total de R\$ 545 bilhões, em valores reais, permitindo que as empresas brasileiras mantivessem seus planos de investimento, preservando e criando empregos.



DESMONTE

A partir do golpe, as linhas com juros subsidiados foram interrompidas – foi o caso do PSI – ou fortemente reduzidas. O BNDES passou a devolver recursos para o Tesouro Nacional, o que restringiu fortemente seu desempenho em favor do investimento. Como não há, no mercado financeiro do Brasil, linhas de crédito voltadas para o financiamento de longo prazo do investimento, a ausência de atuação do BNDES nesse segmento torna-se uma limitação para a retomada do crescimento.

MEDIDAS IMPORTANTES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO

★ Aprovação da **Lei de Inovação (2004)** e da **Lei do Bem (2005)**, que autorizaram medidas de redução ou isenção tributária para investimentos em inovação, reduzindo o custo e diminuindo o risco financeiro das empresas;

★ Todas as políticas de desenvolvimento industrial lançadas no período previam explicitamente **medidas de estímulo à inovação**, entendidas como eixo fundamental da elevação da competitividade nacional;

★ Em 2013, foi criada Embrapii, organização social com o propósito de apoiar instituições de inovação tecnológica em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em cooperação com empresas do setor industrial. Criada para ser uma “Embrapa da indústria”, a **Embrapii já apoiou 800 projetos de 561 empresas, movimentando R\$ 1,3 bilhão e resultando em 288 pedidos de propriedade intelectual**;

★ Em 2014, foi lançado o **Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento**, a fim de incentivar a pesquisa em 20 áreas, reunindo, em torno de cada plataforma, lideranças científicas para desenvolver produtos com apoio de empresas e lançá-los no mercado;

★ Em 2015, além da aprovação da Emenda Constitucional 85, que **incluiu na Constituição o dever do Estado de estimular a inovação**, foi aprovado também o **Marco Legal de Acesso à Biodiversidade**.

Apoio à inovação

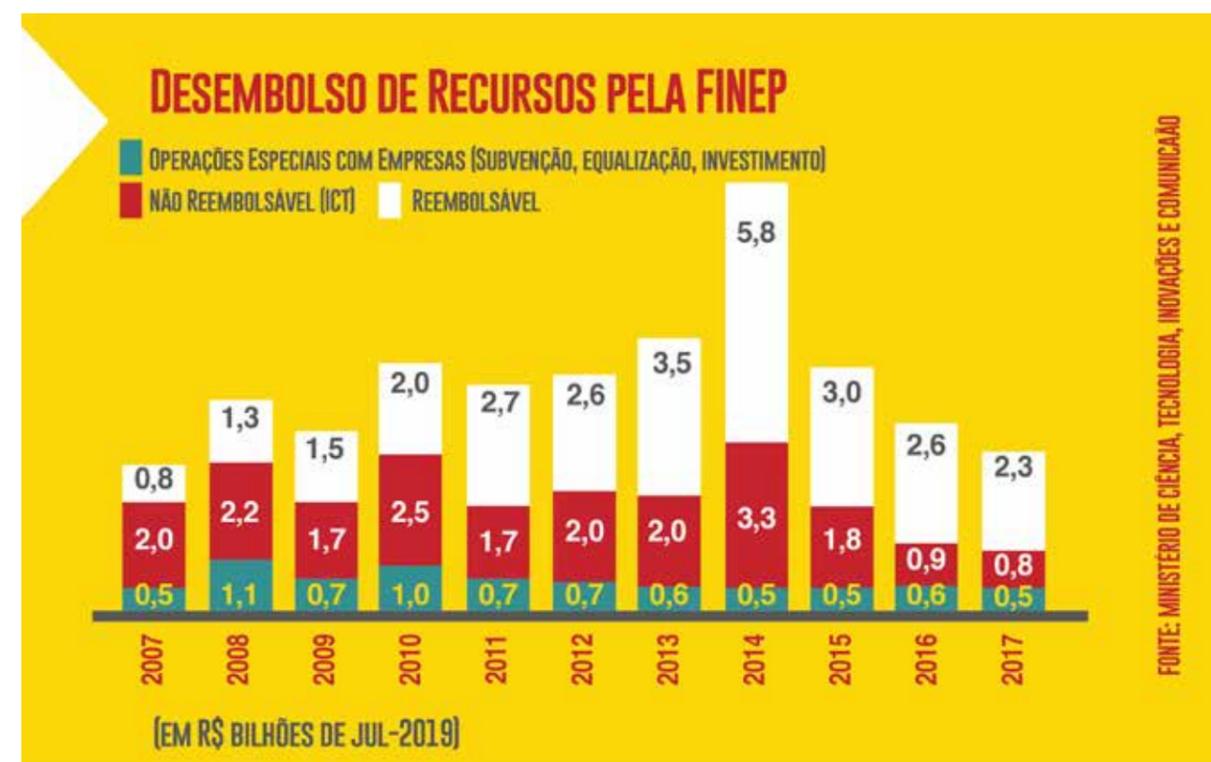
O período do PT à frente do governo federal foi pródigo em medidas institucionais e programas voltados ao fortalecimento do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) brasileiro e sua crescente integração à política de desenvolvimento. Com ênfase na construção de parcerias público-privado e na cooperação universidade-empresa, vários instrumentos de fomento, crédito, subvenção e bolsas foram mobilizados, reconhecendo a centralidade da produção de conhecimento e inovação para o avanço da estrutura produtiva nacional.

★ **Criação do Plano Inova Empresa:** o Inova Empresa foi um marco no apoio à inovação empresarial. No biênio 2013-2014, o plano apoiou projetos em oito áreas estratégicas, com um total de **investimentos de R\$ 51 bilhões**, aportados pelo BNDES e FINEP. O Inova Empresa inaugurou um novo modelo de gestão, com uma Sala de Inovação que funciona como porta única de entrada dos projetos, para os quais eram ofertadas as modalidades de apoio mais adequadas.

Ao integrar instrumentos de fomento e governança, o Inova Empresa reduziu prazos e diminuiu a burocracia, **amplificando o impacto do apoio do Estado à inovação**.

Todas essas ações foram possíveis porque, no período do PT, os recursos ao setor foram ampliados.

O orçamento para CT&I praticamente dobrou entre 2002 e 2015. Os desembolsos da Finep, a agência financeira para a área de desenvolvimento tecnológico e inovação, cresceram 66% no período 2007-2015, coerente com a prioridade dada às parcerias com empresas e instituições de pesquisa.



DESMONTE

Essa expansão de recursos foi interrompida a partir do golpe. Entre 2015 e 2018, o orçamento para o sistema de CT&I foi reduzido em 7%. Em apenas dois anos, 2016 e 2017, os desembolsos da FINEP caíram um terço, também em termos reais.

Esse processo já reflete o aumento da

desvinculação de recursos do FNDCT de 20% para 30%, com a EC 93/2016, e deverá ser intensificado com o teto dos gastos públicos, que tem atingido de forma intensa a área de CT&I. Tal cenário tende a se deteriorar em função do desprezo que o governo Bolsonaro tem demonstrado, em discurso e ações, pela geração de conhecimento, tecnologia e inovação.

Estímulo às exportações

Proteger o mercado interno e estimular as exportações foi uma diretriz da política industrial adotada em todo o período do PT à frente do governo federal. Além de medidas de promoção comercial e de negociações para construção de acordos internacionais favoráveis à indústria bra-

sileira, houve um grande esforço para dar celeridade às ações de defesa comercial, aprimorando a legislação *antidumping*, a fim de assegurar proteção mais efetiva contra a concorrência desleal.

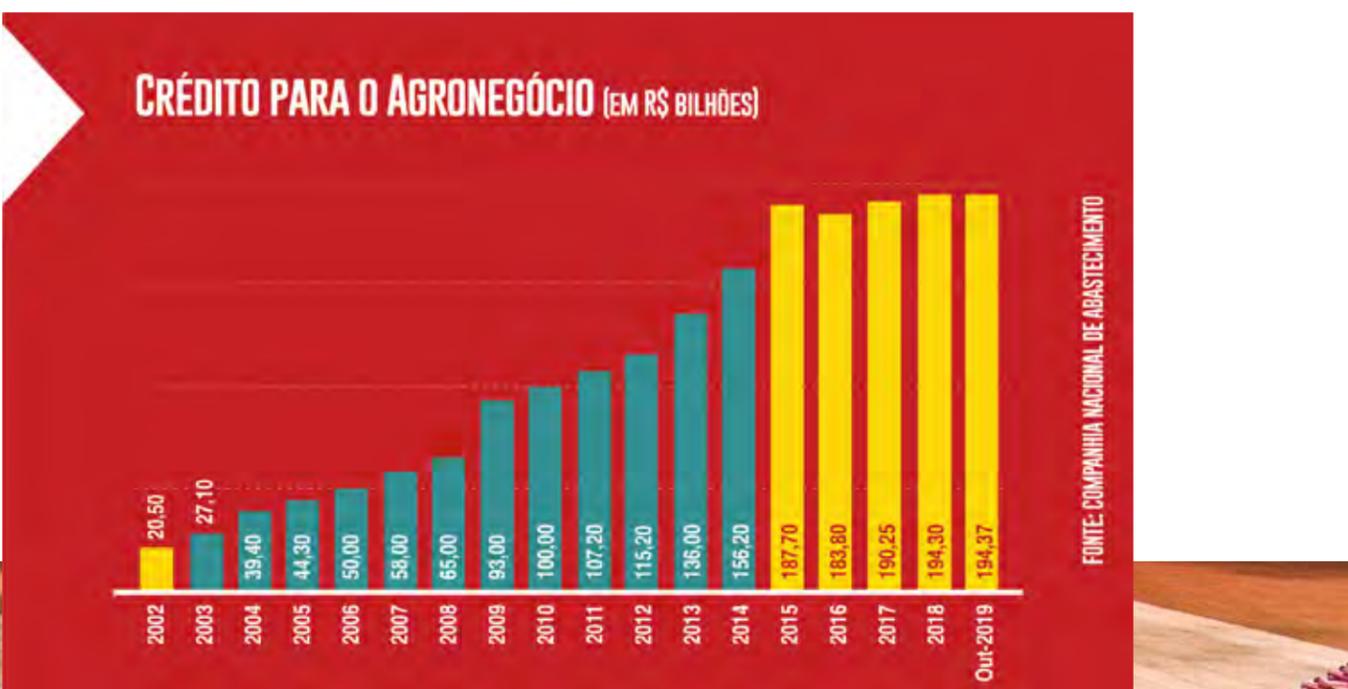
O **regime de ex-tarifário**, que consiste na redução temporária do Imposto de Importação para máquinas e equipamentos

sem similar no Brasil, também foi aperfeiçoado. Trata-se de uma medida que é aplicada de forma seletiva e temporária e que estimula investimentos produtivos, mantendo, ao mesmo tempo, a proteção da indústria nacional.

O **Reintegra**, regime especial de tributação, foi aprimorado e expandido para a totalidade dos produtos manufaturados e para a maior parte dos semimanufaturados. Esse regime prevê a devolução de parte dos tributos pagos nas exportações em um percentual da receita obtida com a venda externa. Trata-se de uma forma de estimular os exportadores a beneficiar os

produtos, em vez de exportar exclusivamente a matéria bruta.

Uma iniciativa com grande impacto sobre as exportações foi a criação do **Portal Único de Comércio Exterior**, que integrou os sistemas de controle dos órgãos governamentais atuantes no comércio exterior e simplificou a intervenção do Estado nos fluxos logísticos internacionais. Ao adotar a abordagem *single window*, o Portal assegura que os sistemas de controle fiscal, aduaneiro e administrativo operem de forma harmônica, produzindo uma economia de custos de operações estimada entre 5% e 10% do valor comercializado de bens.



APOIO À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

O Brasil é reconhecido pela excelência de seu agronegócio. Nos últimos 20 anos, a produção de grãos praticamente triplicou e o país tornou-se o **maior produtor de laranja, cana-de-açúcar e café**, o segundo maior produtor do complexo da **soja**, e o terceiro, de **milho e carne de frango**.

Essa ampliação da produção ocorreu acompanhada por relevantes ganhos de produtividade, uma vez que a área plantada cresceu, nessas duas décadas, apenas 65%. Além do trabalho dos produtores, esse sucesso deve-se ao esforço empreendido, ao longo dos 13 anos de governos do PT, para apoiar e valorizar o agronegócio por meio de um conjunto de políticas de crédito, de apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias e da abertura de novos mercados.

Parte disso se expressa, em primeiro lugar, na **oferta de um volume de crédito crescente para financiar a produção**. Na safra 2002/2003, foram autorizados R\$ 20 bilhões; na safra 2015/2016, foram R\$ 187,7 bilhões, aumento real de 302%.

Houve ainda a **ampliação do limite de crédito** por agricultor e redução de seu custo, que registrou, nas três últimas safras do período do PT, taxas de juros negativas. Também foram criadas novas linhas de crédito, mais adequadas ao perfil do produtor: para médios produtores, como a do Pronamp, para estimular investimento em máquinas e equipamentos, como

o Moderfrota e o Inovagro; e para apoiar adoção de práticas mais sustentáveis de produção, como o programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono, entre outros.

Outra importante medida foi a criação do **Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)**, para diminuir os riscos do produtor agrícola. Com ele, o governo assumiu o compromisso de ajudar o produtor rural a pagar uma parte do valor da apólice do seguro, em percentual que varia conforme a cultura, a região e riscos envolvidos. As subvenções pagas pelo governo cresceram de R\$ 2 milhões, em 2005, primeiro ano de operacionalização do programa, para R\$ 693 milhões, em 2014, ano de maior cobertura. No período do PT, foram atendidos 447 mil produtores, envolvendo R\$ 2,8 bilhões.



DESMONTE

O golpe de 2016 interrompeu esse ambiente favorável ao financiamento do agronegócio. O total de recursos destinados ao financiamento pouco cresceu e, na safra 2019/2020, a primeira do governo Bolsonaro, será 14% menor, em termos reais, do que o último autorizado pela presidenta Dilma. Em relação ao seguro rural, o estrago promovido pelo golpe também foi grande, pois o número de produtores atendidos e o montante de recursos de subvenção caíram pela metade.

COMPRAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

O Estado brasileiro adquire, anualmente, bens e serviços dos mais diferentes tipos, movimentando, com suas compras, o equivalente a mais de 10% do PIB. Tamanho poder de compra passou a ser utilizado, nos governos do PT, como instrumento para garantir mercado para a produção nacional e para estimular a introdução de inovação no país.

Com o objetivo de transformar as compras públicas em instrumento estratégico de desenvolvimento, buscamos, sempre que possível, priorizar as empresas instaladas no Brasil. Nesse sentido, foram mobilizados de forma complementar três conjuntos de instrumentos: **margens de preferência, política de conteúdo nacional e encomendas tecnológicas.**

Margens de Preferência

A política de margens de preferência é adotada em vários países, sendo o exemplo mais conhecido o *Buy American Act*, utilizada pelo governo dos Estados Unidos para proteger a indústria nacional. No Brasil, tal política foi autorizada por meio de mudança na lei de licitação em 2010, e implementada a partir de 2011.

Ela consiste na definição de um percentual máximo de diferença de preço que, em li-

citações em que há vendedores nacionais e externos, pode autorizar a compra do produto nacional. A definição desse percentual era feita por setor, com base em estudos sobre o impacto na geração de emprego e renda, arrecadação tributária, desenvolvimento e inovação tecnológica e custo adicional dos produtos e serviços.

Entre outras, essa política foi utilizada nas seguintes aquisições: fardas e calçados para as Forças Armadas; ônibus para transporte escolar e ambulâncias para o SAMU; retroescavadeiras, motoniveladoras, escavadeiras, pás carregadoras, patrulhas agrícolas, pás mecânicas e perfuratrizes; caminhões, furgões e implementos rodoviários para utilização pelas Forças Armadas e outros órgãos públicos; fármacos, medicamentos, equipamentos hospitalares e insumos médicos para o SUS; mobiliário para escolas e órgãos públicos; equipamentos de tecnologia de informação e comunicação e licenças de programas para órgãos públicos.

A partir de 2014, houve a unificação da margem de preferência para as compras públicas em 25%, que deveria ser aplicada, até 2020, a todos os setores nas licitações federais para produtos manufaturados e serviços que atendam normas técnicas e que incorporem inovação.

Vale lembrar ainda que duas leis aprovadas sob gestão do PT no governo federal – a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas,

de 2006, e a Lei Complementar 147, de 2014 – criaram regras específicas e mais favoráveis para a participação das micro e pequenas empresas nos processos de compras públicas. Além de compras diretas quando a licitação não ultrapassar R\$ 80 mil, o Estado deve oferecer às MPEs preferência em todos os processos licitatórios, isto é, dar tratamento diferenciado a segmento que é majoritário entre as empresas existentes no Brasil e fundamental para dinamizar as economias locais.

Política de conteúdo nacional

Outro instrumento adotado durante os governos do PT foi a política de conteúdo nacional, exigindo percentuais de produção nacional em bens e serviços adquiridos em investimentos apoiados com recursos de fundos públicos (FAT, Fundos Constitucionais etc.) e de crédito de bancos públicos (BNDES), e em políticas de investimentos relacionados a concessões públicas.

No caso da energia eólica, cuja expansão na matriz energética nacional foi, a partir de 2009, impulsionada com a realização de leilões exclusivos, o BNDES definiu parâmetros mínimos de conteúdo nacional para financiar máquinas e equipamentos para o setor. Essa política operacional foi iniciada em 2012, com regras para conteúdo nacional mínimo até 2016, as quais foram cumpridas. Em decorrência, houve

rápido desenvolvimento de uma cadeia produtiva local e eficiente, que alcançou a fabricação em território nacional de 80% de um aerogerador. Hoje, há, no Brasil, seis fabricantes de turbinas, fábricas de pás e torres eólicas e centenas de empresas que trabalham em outros componentes.

A política de conteúdo nacional mais conhecida e com resultados mais amplos é a adotada para o setor de petróleo e gás a partir de 2003. Seu objetivo era fazer com que a extração do petróleo sustentasse também a uma cadeia produtiva setorial encadeada e tecnologicamente moderna no Brasil. Os resultados foram extraordinários:

★ Em 2002, havia cerca de 7 mil trabalhadores na indústria naval; ao final de 2014, eram 82.472;

★ Em 2014, havia polos navais produtores de equipamentos para a indústria de petróleo em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro, sendo que apenas os dois últimos já existiam antes da adoção dessa política;

★ Havia onze estaleiros de médio e grande porte em operação no Brasil ao final de 2014, e outros quatro estavam em construção;

★ A carteira de encomendas de nossos estaleiros era a maior do mundo para navios petroleiros, já a de plataformas, sondas e navios de apoio, somada, era a maior do mundo, se considerada uma única operadora.





Antes do golpe, as perspectivas para a indústria de petróleo e gás e a indústria naval a ela associada eram muito favoráveis. No Plano de Negócios e Gestão da Petrobras para 2014-2018, estavam previstos 38 plataformas de produção, 28 sondas de perfuração, 88 navios petroleiros e de transporte de produtos e 146 barcos de apoio, o que mobilizaria um total de U\$ 100,1 bilhões, com conteúdo local entre 55 e 79%. Em relação ao pré-sal, somente para as áreas já ofertadas, esperavam-se a instalação de mais 24 plataformas e a perfuração de aproximadamente 400 poços, com todos os equipamentos e linhas de produção associadas.

Encomendas tecnológicas

Outro instrumento utilizado foram encomendas do setor público para que **empresas brasileiras desenvolvessem novas tecnologias e novos produtos** ou, a partir de parcerias com empresas estrangeiras, para que se capacitassem para produzir no Brasil.

Na área da defesa, esse foi o mecanismo utilizado para desenvolver, o cargueiro KC-390, parceria da FAB com a Embraer, bem como o blindado Guarani, parceria do Exército com 125 empresas fornecedoras dos insumos necessários.

As Parcerias para Desenvolvimento Produtivo, firmadas entre o Ministério da Saúde, empresas farmacêuticas internacionais e laboratórios públicos nacionais são outro exemplo do uso desse instrumento. Por meio das PDPs, os laboratórios privados se comprometem a transferir tecnologia para produzir determinado medicamento a laboratórios nacionais em um determinado período de tempo, durante o qual o governo garante aos laboratórios privados a exclusi-

vidade na compra desses produtos.

Essas parcerias geraram economia para o Ministério (cerca de R\$ 2,4 bilhões no período 2011-2015), reduziram a dependência do país para a importação desses produtos e garantiram o abastecimento de medicamentos essenciais ao SUS.

Quando ocorreu o golpe, estavam vigentes 85 PDP para desenvolver 91 produtos: 61 medicamentos, 6 vacinas, 19 produtos para a saúde e 5 equipamentos. Já estavam sendo adquiridos pelo Ministério 28 produtos (1 produto para a saúde e 27 medicamentos) e duas PDPs já haviam concluído a internalização de tecnologia (clozapina e vacina influenza).



DESMONTE

A expansão da indústria naval brasileira foi comprometida pela combinação do golpe, entrega do pré-sal e destruição da Petrobras sob argumento de combater a corrupção. Em abril de 2016, último dado disponível, a indústria naval já havia reduzido em 64% o contingente de empregados em relação ao pico de 2014. Naquele momento, não havia nenhum contrato para construção de plataformas ou de sondas no Brasil.

A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que é um risco para a continuidade desse esforço de desenvolvimento, no Brasil, de capacidade de gerar inovação e novos produtos. A tendência é que o instrumento das encomendas tecnológicas seja abandonado, com graves prejuízos ao avanço da competitividade de nossa indústria.

Investimento em infraestrutura para o desenvolvimento do país



FOTO: RICARDO STUCKER

Os governos Lula e Dilma **priorizaram investimentos em infraestrutura** por seu papel fundamental para alavancar o crescimento econômico, gerar empregos e promover o desenvolvimento regional.

Retomamos importantes investimentos paralisados, como as Eclusas de Tucuruí e o Canal do Sertão Alagoano, **além de iniciarmos outros, estruturantes**, como a duplicação da BR-101, as Usinas Hidrelétricas do Madeira, a exploração do pré-sal e a Integração do São Francisco. E **priorizamos áreas há muito tempo sem recursos**, como ferrovias, hidrovias, grandes empreendimentos em geração e transmissão de energia, saneamento, recursos hídricos e habitação.

A nossa visão sempre foi a de **conjuguar investimento público com privado**. Por essa razão, desenvolvemos obras pú-

blicas e concessões com o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e o Programa de Investimento em Logística (PIL). Com isso, **criamos milhões de empregos** a ponto de a demanda por engenheiros e trabalhadores qualificados se tornar maior do que a oferta, o que nos levou a criar mais vagas nos cursos de engenharia das universidades públicas e fazer um grande esforço de capacitação de mão de obra para atender a tais necessidades.

As despesas do PAC com recursos do orçamento tiveram aumentos consecutivos, desde seu lançamento em 2007, e alcançaram R\$ 76,4 bilhões em 2014.

Investimentos das estatais, por sua vez, triplicaram em relação a 2002, alcançando R\$ 157,3 bilhões em 2013.

O PAC representou a retomada do processo de planejamento do setor de infraestrutura do país, que havia sido abandonado há há quase 30 anos.



INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Os governos Lula e Dilma atuaram para recuperar, **modernizar e expandir a infraestrutura de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias**. Foi promovida uma progressiva racionalização da matriz de transportes, a fim de impulsionar o desenvolvimento sustentável, a integração regional, a geração de emprego e renda e a inclusão social. Para alcançar esses objetivos, além das obras públicas, foi ampliada a cooperação com o setor privado, por meio de concessões e outras parcerias público-privadas, priorizando o usuário.

Rodovias

Os governos do PT recuperaram a malha rodoviária existente, que estava em péssimas condições em 2002. **Investimos na duplicação, pavimentação e construção de rodovias**, tanto atendendo regiões com maior desenvolvimento produtivo e populacional, quanto induzindo o desenvolvimento de áreas menos favorecidas, como também as de fronteira agrícola e mineral.

Com o setor privado, **fizemos concessões que adotaram um modelo de menor tarifa com exigência de investimentos, o que resultou em valores baixos de pedágio**, além de melhorias que qualificaram as rodovias concedidas.



Resultados de rodovias

Obras Públicas

★ Construção e duplicação de 12,2 mil km de rodovias – entre outras, a BR-101 Sul e Nordeste e a BR-050/MG.

★ Antes do golpe, mais de 11,5 mil km estavam em andamento.

Concessões

★ 8.655 km de rodovias transferidas à gestão da iniciativa privada – entre elas, a Régis Bittencourt e a Fernão Dias.

Ferrovias

Os investimentos públicos se concentraram na **expansão da malha ferroviária para permitir o escoamento da produção agrícola e mineral aos portos, indústrias e mercado consumidor**. Por meio do PAC, foram retomadas a Ferrovia Norte-Sul (TO/GO/SP), a Ferronorte (MT) e a Transnordestina (PI/CE/PE) e foram iniciadas as obras da Ferrovia Oeste-Leste (BA). Com o setor privado, trabalhamos na **revisão do modelo regulatório** para criar condições para a **retomada do investimento** em obras de ampliação e recuperação da malha. Ao mesmo tempo, fomentamos a competição para a utilização plena das ferrovias existentes.



Resultados de ferrovias

Obras Públicas

★ Concluídos 2.160 km de novas vias

★ Antes do golpe, 2,4 mil km estavam em andamento

Concessões

★ 745 km do trecho norte da Ferrovia Norte-Sul.

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL CRESCER MUITO ACIMA DO CONJUNTO DA ECONOMIA



Fonte: Ministério do Trabalho

INVESTIMENTOS DO PAC COM RECURSOS DO ORÇAMENTO (EM R\$ BILHÕES)



Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional - 2019 Despesas até julho



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC

Portos

Durantes nossos governos, a prioridade foi ampliar e modernizar os portos. Investimos nos sistemas de atracação, acessos aquaviários e terrestres, além da desburocratização das operações portuárias e adequação às normas internacionais de segurança. **A movimentação portuária aumentou em cerca de 33%, saltando de 755 milhões de toneladas, em 2007, para mais de 1 bilhão de toneladas em 2015.**

O PAC concluiu 55 empreendimentos em portos, como a Avenida Perimetral da margem esquerda em Santos, e outros 33 estavam em andamento em maio de 2016.

Sobre as parcerias com a iniciativa privada, podemos citar a aprovação da **nova Lei de Portos**, que permitiu ampliar bastante o processo de arrendamento de terminais em portos públicos e de autorização de terminais privados. Foram arrendados ao

setor privado 13 terminais em portos públicos e autorizados 50 terminais privados, além da expansão de mais 5.

Aeroportos

Realizamos uma revolução na expansão da capacidade com investimentos em terminais de passageiros e de carga, em pistas, pátios e torres de controle e na modernização tecnológica para garantir o atendimento à crescente demanda impulsionada pelo aumento da renda das famílias. **A capacidade dos aeroportos brasileiros aumentou em mais de 70 milhões de passageiros por ano.**

Foram concluídos 57 empreendimentos no PAC e 33 estavam em andamento em maio de 2016. Com a definição de que o Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol de 2014, concedemos à iniciativa privada 6 aeroportos importantes: Guarulhos e Campinas (SP); Galeão (RJ); Confins (MG); Brasília (DF) e São Gonçalo do Amarante (RN).

Hidrovias

Nos governos de Lula e Dilma, foram feitos investimentos com o objetivo de ampliar e melhorar a navegabilidade dos rios e de reformar ou construir terminais hidroviários de carga e passageiros, especialmente no Norte do país, onde esse tipo de transporte é estruturante. **Foram concluídos 35 empreendimentos em hidrovias e 30 estavam em andamento em maio de 2016.** Entre os concluídos, se destacam as Eclusas de Tucuruí.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC

INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Um dos maiores investimentos de caráter econômico, mas que alcançou enorme impacto social foram os recursos destinados a garantir **acesso à água para as populações** do Semiárido e demais regiões onde a escassez limita a qualidade de vida e a atividade econômica.

Os projetos selecionados incluíam obras estruturantes com grandes canais, adutoras, barragens e perímetros de irrigação, como a Integração do São Francisco (PE/PB/RN/CE), Eixão das Águas (CE), Vertente Litorânea (PB), Canal do Sertão Alagoano (AL), e também obras de pequeno porte em grande escala, como as cisternas.

Até maio de 2016, **foram entregues 1.257.670 cisternas para consumo e 169.537 para produção**. O PAC concluiu 70 empreendimentos e estavam em andamento 3.700 km de canais e adutoras, além de barragens com capacidade de armazenamento para 2,5 bilhões de m³ de água.

INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

O presidente Lula teve a coragem histórica de iniciar o Projeto de Integração do Rio São Francisco, que vai **atender 12 milhões de pessoas em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará**. Em maio de 2016, o projeto estava praticamente concluído - 88% já executado. Naquele momento, a obra ocorria 24 horas por dia, com 9 mil trabalhadores e 3 mil equipamentos.

Em março de 2017, os presidentes Lula e Dilma fizeram a inauguração popular do Eixo Leste, em Monteiro, na Paraíba, quando a água começou a chegar à região de Campina Grande, que estava à beira do colapso de abastecimento.

O projeto previu também a revitalização da bacia do São Francisco com ações para minimizar o assoreamento, a redução da vegetação nas margens e a poluição, pois, sem isso, a vazão de água do rio e sua qualidade seriam comprometidas.

ENERGIA ELÉTRICA

Quando o presidente Lula assumiu, em 2003, o país vinha de uma gravíssima crise de abastecimento de energia que levou ao racionamento, atingindo brutalmente as empresas e a população brasileira. No mesmo ano, criamos o **Programa Luz para Todos**, com o desafio de acabar com a exclusão elétrica. Conseguimos fornecer 3,3 milhões de ligações e praticamente **universalizamos o acesso à energia no país**.

Uma de nossas primeiras medidas foi construir um **novo marco regulatório** que garantiu a expansão da produção de energia, tarifas módicas para o consumidor e segurança para o investidor.

Também foi durante os nossos governo que entraram em operação grandes empreendimentos como as usinas hidrelétricas de Belo Monte (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO) e Teles Pires (MT). Esses investimentos garantiram que a matriz energética do país continuasse como uma das mais limpas e renováveis do mundo.

Implementamos o **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA)**, que incentivou a adoção de energia solar e eólica, além de pequenas centrais hidrelétricas e termelétricas a biomassa. O PROINFA garantiu o aumento da oferta de energia elétrica e a redução da emissão de gases de efeito estufa, nos termos do Protocolo de Kyoto, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento sustentável do Brasil e do planeta.



Energia elétrica

- ★ Realizamos leilões de energia em que foram contratados 1.229 empreendimentos, com capacidade de 92 mil MW;
- ★ Entraram em operação mais de 57.814 MW, que representaram um aumento de 70% na capacidade do sistema, em relação a 2002;
- ★ Em maio de 2016, as obras em andamento garantiriam ainda mais 18 mil MW.

Com o objetivo de levar maior segurança ao fornecimento, reforçamos a infraestrutura de transmissão de energia com construção recorde de linhas ligando as várias regiões do país.



Linhas de Transmissão

- Com o objetivo de levar maior segurança ao fornecimento, reforçamos a infraestrutura de transmissão de energia com construção recorde de linhas, ligando as várias regiões do país.
- ★ Foram construídos 30.038 km linhas de transmissão;
 - ★ Outros 13.254 km estavam em andamento em maio de 2016.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC



INVESTIMENTOS PÚBLICOS DESPENCAM

Desde o golpe, **abandonou-se a ideia de conjugar investimento público com o privado**. A redução das despesas públicas veio acompanhada do discurso, tanto no governo Temer como no de Bolsonaro, de protagonismo total do setor privado. No entanto, **os resultados de suas concessões são pífios**. O que foi feito já estava bem avançado pelo governo Dilma.

Em função da política econômica que prioriza o ajuste fiscal em detrimento do crescimento do país, os **investimentos públicos em infraestrutura despencaram**, paralisando obras em todas as áreas da infraestrutura nacional – transportes, energia e urbano-social. Sem investimentos públicos e privados, a construção civil

foi uma das áreas que mais contribuíram com o desemprego recorde no país.

Os **recursos do orçamento para o PAC caíram 63%** entre 2014 e 2018. Em 2019, se seguir o ritmo até julho, a queda será de 72%, em relação a 2014, auge de execução do PAC. **Os investimentos das estatais sofreram um tombo de 31%** entre 2014 e 2018.

Obras em todos os setores estão paralisadas. Nas empresas estatais, em especial empreendimentos e subsidiárias da Petrobras, foram colocados à venda, como por exemplo BR Distribuidora, Comperj, Refinaria Abreu e Lima, plantas de fertilizante de Três Lagoas/MS e Uberaba/MG.



Preservação da biodiversidade brasileira e compromisso com o futuro do planeta

A política ambiental dos mandatos do PT transformou a agenda ambiental em compromisso de todas as instâncias de governo e criou as condições para que o Brasil assumisse liderança nas negociações internacionais sobre clima e biodiversidade.

COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA

Já em 2004, teve início o **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal** (PPCDAm) para enfrentar o desmatamento de forma abrangente, integrada e intensiva, por meio de um arranjo inovador de governança das ações, que envolvia mais de uma dezena de ministérios.

Monitorada com competência técnica reconhecida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a evolução das taxas de desmatamento da Amazônia, ao longo dos governos do PT, mostra o sucesso da estratégia do PPCDAm. Após o pico em 2004, quando atingiu o segundo maior patamar da série, a curva decresceu continuamente até atingir o menor nível da história em 2012, oscilando, nos

três anos subsequentes, nos menores índices até hoje registrados.

A experiência do PPCDAm serviu de paradigma para a elaboração do **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado**, lançado em 2009. Levou também à adoção da **Estratégia Nacional de Monitoramento dos Biomas Brasileiros**, que, a fim de gerar subsídios para políticas públicas, acompanha o desmatamento em todos os biomas - Cerrado, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica. E incentivou o lançamento do **TERRACLASS**, programa que acompanha a área desmatada na Amazônia e é uma das referências no mundo sobre conhecimento científico e desenvolvimento de instrumentos para a gestão de uso da terra no Brasil.



■ Protagonismo internacional

O êxito no enfrentamento ao desmatamento ilegal na Amazônia nas gestões do PT foi o mais importante resultado global do ponto de vista da redução de emissões de carbono. Ancorado nesses excepcionais resultados, o Brasil pode assumir o protagonismo nas negociações internacionais sobre clima e biodiversidade, adotando uma postura ousada tanto de liderança, como na Rio +20, quanto de proposição de metas voluntárias relevantes, como na COP15.

Essas metas, cujo cumprimento representaria a maior contribuição voluntária, em escala mundial, de redução de emissões de CO₂, foram bem recebidas pela comunidade internacional, não apenas pela credibilidade construída por meio do bem sucedido enfrentamento ao desmatamento, mas também por estarem inseridas na Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada em 2009.

A seriedade dos nossos governos no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia criou oportunidades sem precedentes para a intensificação da cooperação internacional em temas ambientais. **Recursos internacionais foram captados por meio do Fundo Amazônia e do Fundo Global do Meio Ambiente (GEF)** – que financiaram o projeto ARPA, de proteção a 60 mil hectares na Amazônia entre 2003 e 2017, entre outros.

Em relação a áreas protegidas, os avanços no período do PT foram expressivos. Em 13 anos, foram criadas 90 unidades de conservação, 27% do total hoje existente. Foi nesse período também que a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação se intensificou, consolidando práticas que asseguraram a gestão dinâmica da maior extensão de áreas protegidas do mundo, realizada em parceria com governo estaduais, municipais e parcela do setor privado.

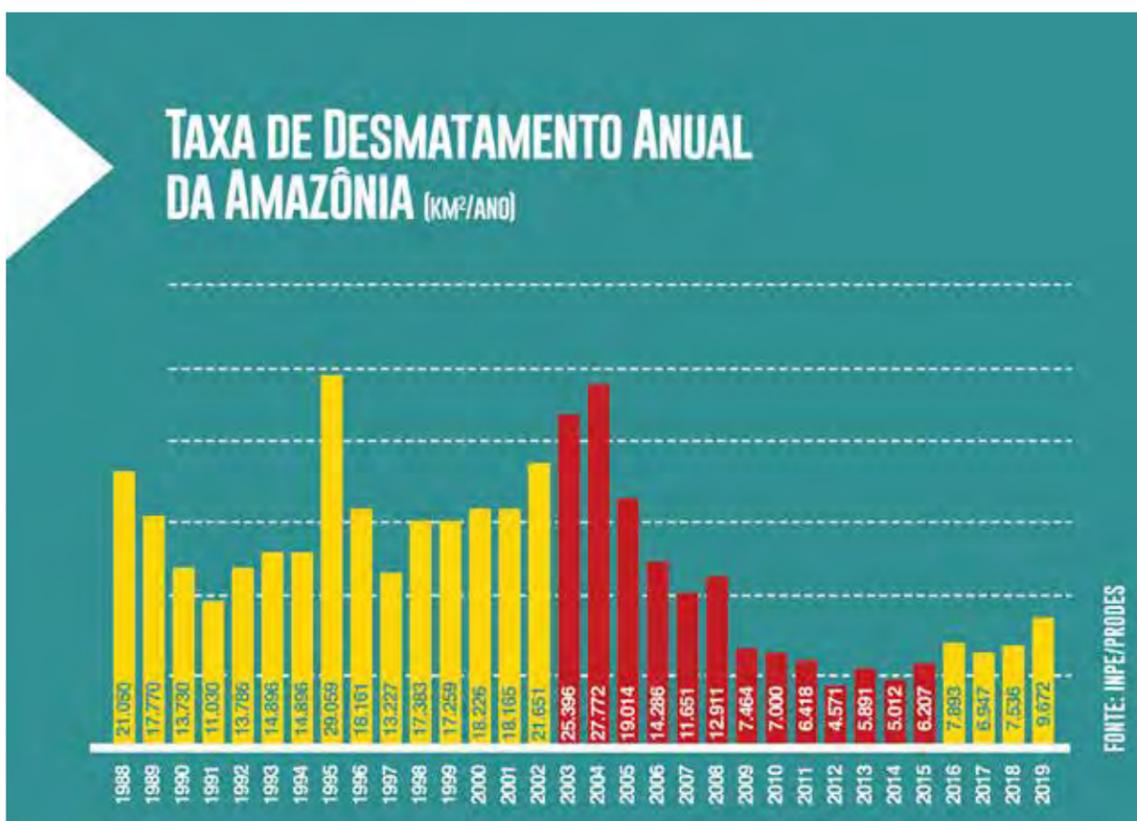




FOTO: RICARDO STUCKERT



AVANÇOS AMEAÇADOS PELO ATUAL GOVERNO

O comportamento do atual governo brasileiro coloca em risco todo esse arcabouço. A retomada do desmatamento ilegal na Amazônia, acompanhada da inação na fiscalização, dificulta o cumprimento da meta, inscrita na Política Nacional, de redução em 80% (para 3.925 km² ao ano), até 2020, em relação à média de 1996-2005. Coloca também em questão o protagonismo e as parcerias internacionais do Brasil, retirando recursos de projetos importantes para assegurar a preservação da Amazônia.

USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Um eixo fundamental da política ambiental nos governos do PT foi a criação e implementação de instrumentos para regular e estimular o uso dos recursos naturais, em especial pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade e das florestas, por acreditar que essa é a melhor forma para sua preservação.

A **inclusão verde** faz parte dessa estratégia e tem no **Bolsa Verde** um de seus melhores exemplos. Trata-se de benefício de R\$ 300 mensais pagos a famílias extremamente pobres que vivem em reservas extrativistas ou florestas nacionais, por meio do Cartão do Bolsa Família. Entre 2011 e 2015, 77 mil famílias foram atendidas pelo programa.

Outro marco importante desse esforço foi a aprovação, em 2015, da **lei que regula o acesso a recursos genéticos** e a repartição dos benefícios associados a sua exploração. Com ela, será possível avançar no desenvolvimento da bioindústria nacional, assegurando o proveito sustentável da biodiversidade e, ao mesmo tempo, criando as condições para investimento nas comunidades e povos detentores dos saberes tradicionais.

O **Plano Nacional de Agroecologia**, lançado em 2013, e o **Programa Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas** (PNGATI), de 2012, são duas outras iniciativas em prol da **exploração sustentável de nossa biodiversidade**.

O primeiro articula instrumentos para promover a transição agroecológica entre os agricultores familiares. O segundo prevê a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, garantindo a integridade do patrimônio desses povos.

A **aprovação do novo Código Florestal**, após décadas de polêmica, representou mais um avanço no esforço para conciliar atividade produtiva e preservação da biodiversidade. Com a nova legislação e o estabelecimento do **Cadastro Ambiental Rural** (CAR), documento que passa a ser obrigatório para regularização da terra por todos os proprietários ou posseiros, foram criadas as condições para implementar um programa de recuperação de vegetações nativas e florestas. Tal ação, sem precedentes no Brasil, estava sendo iniciada antes do golpe de 2016.

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO LIMPO

O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas de todo o mundo. Em 2018, 45% da oferta de energia interna provinha de fontes renováveis. Segundo o Balanço Energético Nacional, cada brasileiro produzindo e consumindo energia emitiu cerca de 7,5 vezes menos CO₂-eq do que um americano e 3 vezes menos do que um europeu ou um chinês. E a economia brasileira, por sua vez, é, em média, 17% menos intensa em carbono do que a europeia, 48% menos do que a americana e 68% menos do que a economia chinesa.

Esse quadro qualifica o Brasil a uma posição de destaque nos debates e na destinação de recursos externos para políticas e projetos associados ao desenvolvimento limpo. Mas exige também um compromisso claro e constante com o investimento em fontes renováveis de energia, uma das diretrizes dos governos do PT.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), criado em 2005, buscou fomentar a introdução do biodiesel na matriz energética por meio de três pilares: a inclusão social através da agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a viabilidade econômica. O programa contava com um cronograma para adição do biodiesel no diesel, que foi cumprido e antecipado. Atualmente, com base em lei editada pela presidenta Dilma, essa parcela de adição corresponde a 10%.

O crescimento expressivo, nos últimos anos, desse biocombustível em nosso conjunto de fontes de energia tem vários ganhos: representa menos emissões de poluentes e de gases efeito estufa, medida integralmente alinhada com os compromissos assumidos na COP 21, em Paris; agrega valor à produção agrícola, ao estimular sua industrialização, principalmente no caso da soja, que responde por mais de 75% da matéria-prima do biodiesel; e gera mais mercado para a agricultura familiar, uma vez que 92% da

nossa produção de biodiesel dispõem do Selo Combustível Social, criado justamente para inserir esse segmento de nossos produtores agrícolas nessa cadeia de produção.

Fontes alternativas de energia

Além do estímulo aos biocombustíveis, os governos do PT também implementaram políticas para fomentar fontes alternativas de energia com alto potencial no Brasil, como eólica e solar. O desafio era assegurar que a diversificação da matriz energética ocorresse sem alterar o compromisso com a modicidade tarifária que orientou a política do setor nos 13 anos de governos do PT.

Para isso, foram realizados leilões específicos de compra dessas energias, criando programas de financiamento para aquisição de equipamentos com regimes tributários diferenciados.

Os avanços foram expressivos e começam a ser vistos no momento atual, quando os fru-

tos das medidas tomadas nas gestões do PT começam a ficar claros. No caso da energia eólica, os saltos ocorrem a partir dos primeiros leilões específicos, em 2009. O número de usinas cresceu de 51, em 2010, para as atuais 595 produzindo comercialmente.

Hoje, a capacidade de geração de **energia eólica no Brasil é superior a 48 mil GWh, o suficiente para abastecer 25 milhões de residências por mês**. Regionalmente, o Nordeste se destaca, com Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí, que lideraram, no primeiro semestre de 2019, a geração de energia eólica.

Com relação à energia solar, a expansão centralizada adquiriu impulso com os leilões específicos em 2013 e a distribuída, com a mudança de regulação a partir de 2012. Com isso, nos últimos dois anos, a capacidade de geração dessa energia cresceu mais de 40 vezes e, em 2018, 0,5% da energia elétrica consumida no país era proveniente dessa fonte.





Petrobras decisiva para o desenvolvimento do Brasil

FOTO: RICARDO STUCKERT

Os intensos ataques dos quais a Petrobras foi vítima foram uma resposta ao papel de protagonista do desenvolvimento econômico que a empresa assumiu entre 2003 e 2014. Essa ofensiva teve claro objetivo político de difamar os governos Lula e Dilma, preparando terreno para o golpe e a exclusão fraudulenta de Lula da eleição.

Tais investidas contra a empresa têm ainda uma dimensão econômica, sobretudo a partir do pré-sal – a maior descoberta de reservas de petróleo do mundo dos últimos 30 anos. Com isso, o Brasil entrou no radar da geopolítica mundial, atraindo para cá as atenções diretas, tanto dos EUA como da China, na busca por assegurar a participação de suas empresas na exploração e desenvolvimento dessas reservas.

A intenção oculta era desmontar tanto a possibilidade de a Petrobras conduzir o desenvolvimento da produção do pré-sal, quanto a perspectiva de geração de enormes fluxos de riqueza, que seriam destinados à inclusão social no país.

Se atingidos esses objetivos, a Petrobras estaria limitada à exploração e à produção dos campos que já possuía e ficaria, portanto, desintegrada dos outros setores do petróleo e gás natural e completamente descomprometida com o desenvolvimento da indústria nacional.

PAPEL DA PETROBRAS NOS GOVERNOS LULA E DILMA

A estratégia estabelecida para a Petrobras desde 2003 foi a de fortalecimento da companhia para que ela ocupasse, assim, um **papel central no desenvolvimento do país**. Três características marcaram esse período de expansão dos investimentos: as descobertas do pré-sal, a enorme expansão do mercado brasileiro de derivados de petróleo e o crescimento da empresa nas áreas de gás e energia, biocombustíveis e petroquímica.



A PETROBRAS DURANTE NOSSOS GOVERNOS

- ★ A produção de petróleo teve crescimento 5 vezes maior do que a taxa mundial;
- ★ A empresa se transformou na principal produtora de petróleo do mundo em águas profundas;
- ★ A oferta de gás natural cresceu 3 vezes mais rápido do que a média mundial.

Ao lado disso, mesmo antes da descoberta do pré-sal, adotamos uma **política de conteúdo nacional, que incentivou a utilização de componentes produzidos no Brasil em todos os processos da Petrobras**. Isso envolvia empresas de engenharia e mecânica pesadas, estaleiros, indústria naval, grandes motores elétricos, construção de dutos, torres e tanques, além da mecânica de precisão, instrumentação, entre outros.

O pré-sal, com as novas refinarias e as obras do PAC, aqueceu a economia brasileira, a ponto de faltar empresas e mão de obra para tocar todas as obras simultaneamente. Em 2010, as expectativas das necessidades futuras de equipamentos geradas pelo pré-sal exigiam a expansão, em escala mundial, da capacidade em muitos desses segmentos.

Nessa direção, a política de conteúdo nacional buscou **induzir que os investimentos de expansão da capacidade mundial ocorressem aqui no país**, gerando postos de trabalho para os brasileiros e brasileiras.

Essa medida estava associada a uma política de desenvolvimento tecnológico. O CENPES, Centro de Excelência de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras, dobrou de tamanho, atraindo outros polos de pesquisa importantes de empresas internacionais que atuavam em águas profundas. **O CENPES se transformou na maior referência dessas atividades no mundo.**

A Petrobras aumentou os investimentos em desenvolvimento tecnológico em mais de 300%, construindo laboratórios em centenas de universidades e instituições de pesquisa pelo Brasil afora. Milhares de cientistas e investigadores foram mobilizados para responder aos desafios das diversas áreas relacionadas com o crescimento da indústria de petróleo e gás no país.

PRODUÇÃO E REFINO

Se nada tivesse sido feito para reverter a situação encontrada em 2003, a produção da Petrobras estaria ameaçada pela inexistência de novas áreas exploratórias a partir de 2008. Por essa razão, a empresa intensificou a aquisição de blocos exploratórios nos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), passando de 444 blocos, entre 1994 a 2002, para 903, de 2003 a 2011.

A média de investimentos em exploração triplicou, passando de US\$ 520 milhões para US\$ 1,8 bilhão por ano. Foram perfuradas as proximidades das áreas já em produção, com boa taxa de sucesso. Com isso, **o crescimento das reservas da Petrobras foi o dobro da média mundial.**



■ O PRÉ-SAL

Em 2006, com a descoberta do pré-sal, foi necessário alterar o marco regulatório do setor para adequá-lo ao baixo risco exploratório das novas áreas. Nessa mudança, aprovada pelo Congresso Nacional em 2010, a **Petrobras tornou-se a operadora única de todas as descobertas, com, no mínimo, 30% dos investimentos.**

O modelo adotado de partilha da produção **mantinha nas mãos do governo a propriedade do petróleo produzido** e as empresas, incluindo a Petrobras, repartiam parte dos seus lucros com a nação brasileira.

Foi criado, assim, o **Fundo Social**, para gerir esses recursos gigantescos, que seriam **destinados majoritariamente a projetos que revolucionassem a nossa educação**, ampliando as oportunidades para nossos filhos, filhas, netos e netas.

Por isso, a **Petrobras tornou-se ainda mais importante como motor da política**

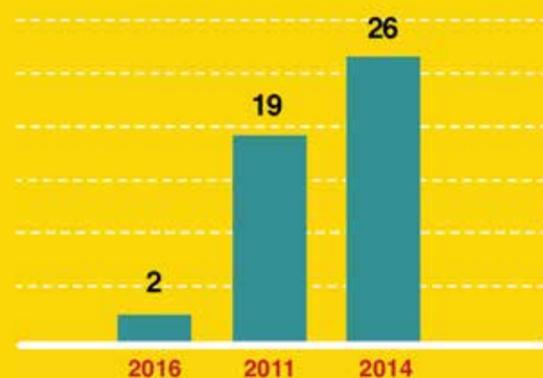
de conteúdo nacional, que já criava milhares de empregos no país.

O pré-sal, que os opositores diziam que seria impossível de produzir, hoje já representa quase 60% da produção do país, com um custo de extração dos mais baixos do mundo. A maior parte da produção dessa reserva já é da Petrobras e seu futuro como produtora depende do desenvolvimento dos recursos descobertos naquela época.

A curva ultrarrápida de produção do pré-sal demonstra a enorme capacidade operacional da Petrobras, quando comparada com a evolução de outras reservas nacionais ou internacionais.

SEM SONDAS NÃO SE PRODUZ PETRÓLEO

SONDAS OPERADAS PELA PETROBRAS ABAIXO DE 2 MIL METROS DE LÂMINA DE ÁGUA



Em 2016, já haviam sido contratadas outras 28 sondas, fazendo com que a Petrobras se tornasse a operadora da maior frota mundial de sondas de perfuração em águas profundas

FONTE: PETROBRAS

■ GASOLINA E DIESEL

O mercado de derivados de petróleo no Brasil, principalmente gasolina e diesel, estava sem grande crescimento, de 1996 a 2006, quando começa a se acelerar graças às políticas de Lula e Dilma.

Nossos governos levaram o país a acabar com a pobreza absoluta e reduzir a desigualdade. E isso fez com que aumentasse o consumo de derivados de petróleo. **Resultado: a demanda explodiu.** A procura por gasolina subiu 49% contra um aumento mundial de apenas 15%. No caso do diesel e do querosene de aviação, a diferença entre o Brasil e demais nações foi de 43% contra 29%, e de 53% contra 2%, respectivamente.

A Petrobras investiu pesadamente nas refinarias existentes para diminuir o teor de enxofre de seus derivados **a fim de atender às novas exigências ambientais.** Ao lado disso, realizou grandes investimentos para **aumentar sua capacidade de processamento do petróleo nacional**, mais pesado do que o inicialmente projetado para as refinarias existentes.

Como a expectativa era de que o consumo doméstico continuaria crescendo, **foram projetadas 5 novas refinarias, inclusive no Nordeste.** Duas ficaram prontas e 85% das obras na refinaria do Rio de Janeiro foram concluídas, mas estão, agora, paralisadas.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC



POLÍTICA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Os preços do petróleo no plano internacional variam muito e seu repasse para os preços de derivados depende da estrutura dos mercados de refino e distribuição de cada país e das respectivas políticas na repartição das rendas petrolíferas.

Nos governos Lula e Dilma, a Petrobras, quase única grande produtora de petróleo, grande refinadora e grande importadora e distribuidora de derivados no país, adotou uma política de preços que repassava, de forma parcial, as variações de curto prazo dos preços internacionais de petróleo para os preços domésticos de derivados.

A frequência dos reajustes, a relação deles com as taxas de câmbio e as condições do mercado interno do Brasil **combinavam a contenção dos impactos inflacionários dos aumentos com as necessidades de lucratividade de longo prazo dos acionistas**. Logo, nas fases de queda dos preços internacionais,

os preços domésticos não seguiam automaticamente as reduções, compensando os acionistas e mantendo a empresa capitalizada para fazer seus investimentos.

GÁS NATURAL

Os governos do PT operaram uma **verdadeira revolução com a expansão do uso do gás natural na matriz energética brasileira**.

O Gasoduto Brasil-Bolívia, inaugurado em 1999, tinha capacidade de 30 milhões de m³/dia, mas não possuía as unidades de compressão necessárias para atingir esse volume. Além disso, o contrato com a Bolívia obrigava a Petrobras a pagar 24 milhões de m³/dia, mesmo que não os usasse. Por conta disso, a empresa fez investimentos significativos para atingir a capacidade total.

Ademais, investimos em gasodutos que conectaram a região de produção em São Paulo e Rio de Janeiro aos centros consumidores e ao gasoduto do Nordeste, que foi complementado.

PETROQUÍMICA

O futuro do mercado do petróleo é sua **integração com a petroquímica**. A Petrobras, infelizmente, estava afastada do setor por imposição dos programas de privatização do período Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Com Lula e Dilma, a empresa retomou a integração com a petroquímica e ampliou a capacidade de produção desses produtos básicos.

TRABALHADORES E TRABALHADORAS

O sistema Petrobras tinha cerca de **47 mil empregados diretos, em 2002, e atingiu quase 86 mil, em 2013**, para dar conta de toda sua estratégia de expansão. As unidades da Petrobras fervilhavam com quase **300 mil trabalhadores e trabalhadoras terceirizados** nas obras de construção e manutenção, coisa nunca vista no setor.

LUCRATIVIDADE DA PETROBRAS

Em 2005, a Petrobras atingiu a certificação de **investment grade**, da agência Moody's, um indicativo do bom crédito da companhia nos mercados de capitais. As outras agências, Standard & Poor's e Fitch, fizeram o mesmo em 2007, o que **reduziu os custos para tomar recursos emprestados**.

Os títulos com vencimentos em 10 anos, emitidos pela empresa, tiveram uma grande redução do seu custo de captação - em março de 2003, pagava-se aos credores 9,32% ao ano, já em 2012, o percentual era menos de 5%.

Foi realizada ainda, em 2010, **a maior capitalização da história das bolsas de valores do mundo**. Foram US\$ 70 bilhões em lançamento de ações, que reforçaram o capital da estatal para ga-



rantir os investimentos no pré-sal e sua integração com outros setores.

Nessa época, os indicadores financeiros eram bastante sólidos: a dívida representava 25 a 35% do capital da Petrobras e a dívida líquida era menos de 2,5 vezes a geração anual de fluxo de caixa.

Nos governos Lula e Dilma, a **Petrobras teve os maiores lucros de sua história**, dando aos acionistas, incluindo o governo, uma das maiores valorizações do mercado de ações, quando somados os dividendos e a valorização do valor da companhia.

Nesse período, a **Petrobras se tornou uma das maiores empresas em valor nas bolsas de valores do mundo**. O preço de um título PBR, equivalente a ações da empresa no mercado de Nova York, saiu de US\$ 3,67, em 31/12/2002, para US\$ 55,31, em 1/08/2008, aumentando 15

vezes, até a crise de 2008. Mesmo depois dela, em finais de 2011, esses papéis eram negociados a US\$ 24,67, o que equivalia a 6,7 vezes o seu valor em 2003.

CORRUPÇÃO

A corrupção identificada na Petrobras, reconhecida pelos réus confessos e descoberta pelas investigações, é de R\$ 6 bilhões, referentes a 2004-2014. Nesse período, o faturamento da estatal foi de R\$ 2,6 trilhões, o que significa que a corrupção, do ponto de vista absoluto, foi de 0,24% do faturamento.

Todo tipo de corrupção deve ser investigado, condenado e punido, mas os sistemas de controle da companhia, que sempre podem ser aperfeiçoados, não poderiam captar tais comportamentos ilegais cometidos por poucos dirigentes, dado o seu valor relativamente pequeno em relação aos volumes transacionados no período. Além do mais, **de acordo com as investigações e delações, os procedimentos corruptos ocorreram de forma a justamente ludibriar os mecanismos de controle interno**.

É importante não esquecer ainda que o **combate à corrupção privilegiou o espetáculo da investigação e das operações, em detrimento da efetiva punição dos culpados e do julgamento justo e equilibrado**. Os criminosos que fizeram acordos de delação premiada estão, em sua maioria, soltos. Isso significa dizer que as empresas sofreram mais do que os dirigentes culpados. Muitas delas foram levadas à falência, fechando milhares de postos de trabalho e destruindo a engenharia nacional.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC



PETROBRAS AMEAÇADA

O governo atual vem desmontando a Petrobras. Está vendendo o patrimônio, que é dos brasileiros e brasileiras, de forma fatiada e a preço de banana. Ao acelerar os leilões, **está entregando a operação das nossas riquezas do pré-sal às empresas estrangeiras**, o que inviabiliza qualquer perspectiva de criar uma indústria brasileira de fornecedores do setor.

A maldição do petróleo se torna efetiva se não houver deliberada intervenção do governo para alocar, nacionalmente, parte da renda petroleira em outras atividades, além da exploração e produção.

O atual governo, numa visão ideológica de vender o mais rápido possível as riquezas do subsolo, caminha na

direção de destruir esses recursos de longo prazo do país. Com a tentativa de venda dos barris remanescentes das descobertas já realizadas pela Petrobras na cessão onerosa, o governo faria a maior transferência de valores do setor público para o privado dos últimos tempos no mundo, uma vez que o petróleo já está descoberto.

O patrimônio descoberto no período de Lula e Dilma, com os marcos regulatórios aprovados pelo Congresso Nacional, em 2010, **está sendo dilapidado, em troca de ganhos fiscais de curtíssimo prazo, desperdiçando um verdadeiro tesouro nacional do futuro**.

Além disso, **os preços dos combustíveis cresceram numa velocidade espantosa**, encarecendo produtos que a grande parte da população consome, justamente num momento em que a renda das famílias diminui.



FOTO: DIVULGAÇÃO PAC

Compromisso com a Defesa Nacional e a Soberania

O compromisso com a defesa nacional foi continuamente reforçado nos governos de Lula e Dilma. **As Forças Armadas foram mais bem aparelhadas, bem remuneradas e integradas** ao projeto democrático de desenvolvimento da Nação. Por isso, nos 13 anos do PT, o **orçamento da defesa cresceu 60% acima da inflação**, número que mostra a prioridade concedida ao investimento nessa área.





FOTO: DIVULGAÇÃO FAB

POLÍTICA DE DEFESA EFICIENTE

Nos 13 anos de governo do PT, foram implantadas:

- ★ a Política Nacional de Defesa (PND), aprovada em 2005 e atualizada em 2012, que é o instrumento de mais alto nível de planejamento da área, estabelece os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional, os objetivos nacionais no setor e os meios para atingi-los;
- ★ a Estratégia Nacional de Defesa (END), lançada em 2008 e revista em 2012, contém as diretrizes para a preparação e capacitação das Forças Armadas e para a organização e fortalecimento da indústria de defesa, com base nas necessidades de equipamentos das Forças;
- ★ o Livro Branco de Defesa Nacional, lan-

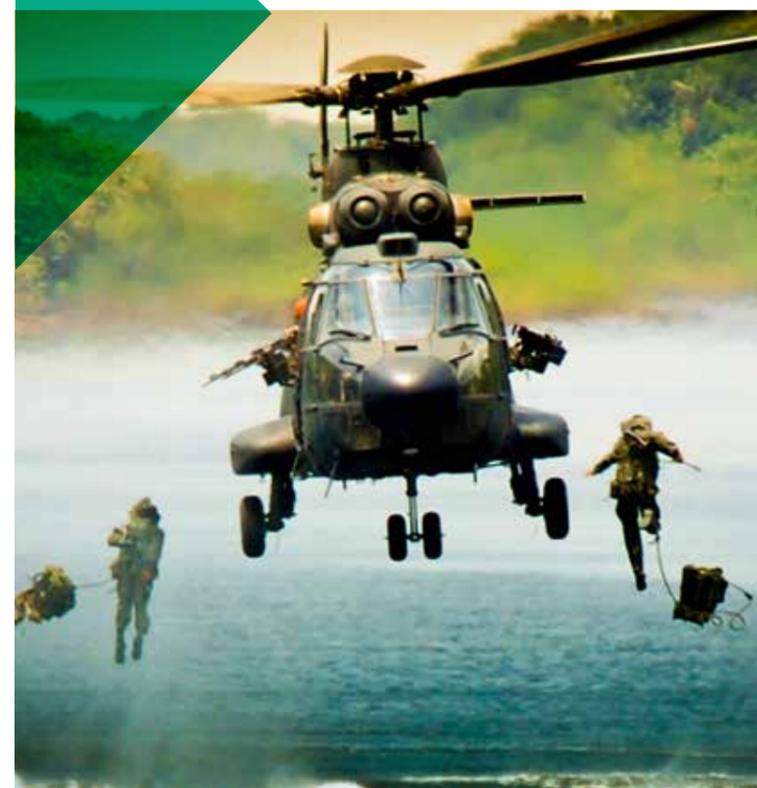
çado em 2012, traz informações sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania.

Tudo isso foi acompanhado, a partir de 2004, de uma política de aumento real do soldo das Forças Armadas, de 33% para gerais e de 50% para capitães, por exemplo. Isso sem mencionar os adicionais, que variam de 13% a 28%, quanto mais alta a patente, e outras gratificações. O último decreto dessa nova política de remuneração das Forças Armadas foi assinado por Dilma Rousseff em dezembro 2015, quando foi assegurado um aumento médio de 30% escalonado em 3 anos, que se completou em janeiro de 2019. O golpe de 2016 e a posterior adoção da emenda constitucional que congelou os gastos públicos colocou em risco essa construção estratégica.

PROJETOS ESTRATÉGICOS E A INDÚSTRIA DE DEFESA

O reaparelhamento das Forças Armadas foi orientado, nos governos do PT, por um duplo objetivo: assegurar condições operativas adequadas às funções constitucionais das três armas e estimular o desenvolvimento produtivo e a inovação, com a consolidação da indústria de defesa nacional. Foi tomada a decisão estratégica de usar a política de compras governamentais na área de defesa para fortalecer a cadeia produtiva da indústria e de serviços associados.

Para isso, foram asseguradas as condições para implementar o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), que contém os projetos de médio prazo para o reaparelhamento estratégico das Forças Armadas. E no governo Dilma, em 2012, foi aprovada a Lei de Fomento à Base Industrial de Defesa, que concedeu tratamento tributário diferenciado às indústrias classificadas como estratégicas e criou incentivos ao desenvolvimento tecnológico com base nas encomendas das Forças Armadas.



São frutos da política de defesa implementada nos governos do PT os seguintes projetos estratégicos:

★ **Projeto H-XBR**, criado em 2008, no governo Lula, para dotar a indústria aeroespacial brasileira da tecnologia necessária para desenvolver e produzir helicópteros. Em parceria com a França, Helibrás foi a empresa brasileira destinatária da transferência da tecnologia em um projeto que previa a aquisição de 50 helicópteros – 16 para cada uma das três Forças e dois para a Presidência da República –, com a capacitação de profissionais no desenvolvimento de aeronaves de asas rotativas. O primeiro helicóptero foi concluído em 2014 e, até 2019, 34 unidades haviam sido entregues.

★ **Projeto do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicação Estratégica**, iniciado em 2012, no governo Dilma. Além de assegurar a autonomia e soberania na área de comunicações via satélite, perdida desde a privatização da Embratel, esse projeto permitiu a produção do satélite propriamente dito, todo o segmento solo associado, e acesso a tecnologias espaciais críticas, por meio de programas de absorção e de transferência de conhecimento, desenvolvido em uma parceria entre Embraer e Telebras;

★ **Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)**, criado em 2008, no governo Lula. Previa a construção de quatro submarinos convencionais, a elaboração do projeto e construção do primeiro submarino com propulsão nuclear brasileiro, além da infraestrutura industrial de apoio à operação e manutenção de submarinos. O PROSUB foi implementado em parceria com a França, que assegurou a transferência de capacitação tecnológica para o Brasil. O primeiro dos

quatro, o Submarino Riachuelo (S-40), foi lançado ao mar em 14 de dezembro de 2018;

★ **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**, iniciado em 2012, no governo Dilma, para vigiar os cerca de 17 mil km de fronteiras terrestres do Brasil, protegendo a integridade do território e coibindo crimes transfronteiriços. O sistema utiliza satélites, radares e outros sensores para promover varreduras territoriais, cujos dados são enviados a agentes que promovem a vigilância em tempo real. A maior parte (70%) dos equipamentos e tecnologias utilizados são de origem nacional. Atualmente, o projeto-piloto do SISFRON está implantado em cerca de 600 quilômetros da faixa de fronteira, no sudoeste do Mato Grosso do Sul, a partir do município de Dourados;

★ **Programa Guarani**, iniciado em 2013, no governo Dilma, para equipar o Exército com uma nova família de blindados sobre rodas, equipados por modernos sistemas de armas com letalidade seletiva e

sistema flexível de comando e controle. O programa envolveu a participação de 125 empresas fornecedoras de insumos, sendo 90% de origem nacional. Já foram entregues 300 viaturas de um total de 1.580, que deverão estar em uso nas diferentes unidades militares até 2038;

★ **Projeto F-X2**, contratado em 2014, no governo Dilma, com a empresa sueca SAAB. Tem o objetivo de reequipar a Força Aérea Brasileira com aviões de caça e, ao mesmo tempo, assegurar avanços tecnológicos na indústria de defesa nacional. Estão previstas aquisição de 36 aviões de caça Gripen bem como a implementação de um programa de transferência de tecnologia com cerca de 60 projetos-chave, sendo o Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen, a cargo da Embraer, o mais expressivo. A primeira aeronave brasileira, para realizar ensaios de desenvolvimento, voará em 2019 e os primeiros aviões de série serão entregues à FAB em 2021;

★ **Projeto KC-390** para desenvolvimento de um cargueiro nacional em parceria da FAB com a Embraer. A proposta era desenvolver uma aeronave multimissão, com capacidade para transportar até 23 toneladas e operar em diferentes cenários, da Floresta Amazônica à Antártida. Isso permite que o país passe a participar de um nicho de mercado dominado por empresas internacionais. Mais de 50 empresas brasileiras participaram do projeto, que contou com a colaboração da Argentina, Portugal e República Tcheca. Em 2014, o governo Dilma autorizou a assinatura de contrato de aquisição de 28 aeronaves, que serão entregues ao longo de oito anos. No início de 2015, foi realizado o voo inaugural do KC-390, iniciando a fase de testes dos dois protótipos.

PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Nos governos do PT, em simultâneo à maior importância do Brasil no cenário

global, cresceram as missões militares em operações de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas.

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), criada pelo Conselho de Segurança da ONU, teve seu componente militar comandado pelo Brasil durante seu período de vigência, de 2004 a 2017. Além de garantir a segurança institucional do país, militares brasileiros das três Forças se mobilizaram na reconstrução da infraestrutura do Haiti, destruída pela guerra, pelo terremoto de 2010 e pelo furacão Matthew em 2016.

Desde 2011, o Brasil comanda a missão de paz da Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A Marinha mantém um navio e uma aeronave na costa libanesa para evitar a entrada de armas ilegais e contrabandos. Contribui também para o treinamento da marinha libanesa, para que, no futuro, realize essas ações de forma autônoma.



DESMONTE

Todos esses projetos estratégicos e seus efeitos dinamizadores sobre a indústria de defesa nacional, sobre o emprego e sobre a geração de tecnologia no Brasil estão sob risco. Tais ameaças decorrem das restrições orçamentárias impostas pelo congelamento dos gastos públicos; dos impactos destrutivos da Lava Jato sobre a cadeia de engenharia nacional, pois em vez de penalizar os controladores pelos eventuais crimes, inviabilizou seg-

mentos inteiros da indústria; e da privatização da Embraer, parceira estratégica em vários projetos das Forças Armadas.

A liderança do Brasil em forças de paz deve-se ao fato de o país ser reconhecido, até então, pelo respeito à soberania dos povos e pela neutralidade em relação a interesses de um ou outro país. A postura ideológica que o Brasil assumiu em sua política externa no governo Bolsonaro tende, a médio prazo, a restringir o papel do país nas missões de paz.



FOTO: SERGIO AMARAL/MDS

Política externa ativa e altiva: Brasil respeitado no mundo



FOTO: RICARDO STUCKERT

A política externa das gestões do PT foi marcada pela forte presença do Brasil na cena mundial, como consequência da grande transformação que o povo e o governo brasileiros realizaram entre 2003 e 2016.

Nosso modelo de crescimento foi resultado de distribuição de renda, com expansão do emprego, com aumento dos salários acima da inflação, e com programas estatais de transferência de renda e de apoio à agricultura familiar. Ampliamos o crédito, sobretudo para os pobres, com políticas governamentais nos domínios da educação, da habitação e do saneamento básico. Tudo isso provocou uma profunda mudança econômica e social em nosso país.

Realizamos essa transformação reduzindo consideravelmente nossa vulnerabilidade externa. Triplicamos e diversificamos nossas exportações. Deixamos a condição de eternos devedores para nos tornarmos credores internacionais.

Isso nos levou a **mudar nossa relação com o mundo**. O Brasil não podia mais conformar-se com um papel subalterno. Nossa diplomacia tinha, então, de pôr em prática sua vocação universalista, tantas vezes proclamada, mas nem sempre aplicada. Daí, surgiu o conceito de “**política externa ativa e altiva**”.

INTERESSE NACIONAL EM PRIMEIRO LUGAR

Ao contrário do nacionalismo vulgar e superficial, alardeado pelos que hoje se ocupam da política externa, em nenhum momento desconsideramos o interesse nacional. Na verdade, mostramos que o interesse nacional exige, sim, presença forte no mundo, mas sem vocação imperial ou colonial, sem pretensões hegemônicas e, sobretudo, sem subordinação a quem quer que seja.

Mantivemos relações sólidas com a China e com os Estados Unidos, com a Colômbia e com a Venezuela, com a França e com a Rússia. Nossa disposição ao diálogo nunca foi impedida pela tendência política que governasse este ou aquele país. Nossos governos podem exibir com orgulho o fato de que **todas as principais embaixadas brasileiras foram ocupa-**

das por diplomatas de carreira. O Itamaraty sempre esteve sob o comando de seus quadros mais experientes.

BRASIL RELEVANTE NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Passamos a ter **papel central nas negociações comerciais da Rodada de Doha**, na OMC, a ponto de elegermos o seu diretor-geral. Nossas políticas de combate à fome e de promoção da agricultura familiar também nos credenciaram a eleger o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Pela nossa condição de grande país emergente, fomos convidados a participar das reuniões do G8. **Integramos o G20 Financeiro**, recolhendo as demandas do Sul do mundo e colocamos na



FOTO: RICARDO STUCKERT

agenda global a necessidade de uma reforma radical do ordenamento econômico internacional e das instituições multilaterais criadas em Bretton Woods – o FMI e o Banco Mundial, especialmente.

Atuamos em estreita coordenação com a Alemanha, o Japão e a Índia em prol da reforma do Conselho de Segurança da ONU para que as grandes decisões sejam tomadas por organismos mais representativos e legítimos.

Sabíamos, por experiência própria, que o desenvolvimento sustentável é a única forma de deixarmos como legado um mundo mais seguro e pacífico para as próximas gerações. Isso é o que nos moveu no Grupo BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e no G-77 durante as negociações sobre mudança do clima, assim como nos preparativos para a Conferência Rio+20, que sediamos em 2012.

Nossa vocação universalista nos conduziu a ter presença mais assertiva na crise do Oriente Médio, cuja duração e gravidade ameaçam a paz mundial. Éramos considerados por todas as partes envolvidas no conflito como interlocutor qualificado e necessário. Defendemos a coexistência do Estado de Israel com um Estado palestino, viável, dentro das fronteiras de 1967.

AMÉRICA DO SUL FORTALECIDA E INTEGRADA

A América do Sul foi prioridade da política externa dos governos do PT, deixando de lado as discórdias e rivalidades do passado com nossos vizinhos. Os países do continente tornaram-se **valiosos parceiros políticos e econômicos** do Brasil. Expandimos o Mercosul horizontalmente, transformando um projeto inicialmente comercial-tarifário em uma



FOTO: RICARDO STUCKERT

integração mais profunda no Cone Sul, que considerasse vertentes sociais, articulação de cadeias produtivas, além de uma aproximação político-parlamentar e em defesa da democracia. Com a UNASUL, inauguramos um **processo histórico de coordenação e de promoção de um crescimento mais harmonioso em toda a América do Sul**. Nela, dialogamos com nossos parceiros nas esferas da política, energia, infraestrutura, defesa, tecnologia, saúde e combate ao narcotráfico, o que revelava o desejo da região de enfrentar, de forma unida, os desafios da globalização e de transformar-se em pólo importante do mundo que se está hoje construindo.

NOVAS PARCERIAS COM A ÁFRICA E PAÍSES ÁRABES

Demos renovado impulso às relações diplomáticas e abrimos novos canais de diálogo político e de cooperação econômica com o continente africano. Essa

iniciativa não se deveu apenas aos laços históricos e culturais que nos unem. Com seus 800 milhões de habitantes e seu rico território, levamos em conta as enormes potencialidades daquele continente, com o qual quintuplicamos nosso comércio. A realização de duas cúpulas América do Sul-África revela o surgimento de novos e promissores mecanismos de relações internacionais. Movimento semelhante foi feito em direção aos países árabes. Também aí cresceram nossas trocas comerciais e nossos investimentos. Esse diálogo ganhou expressão política na realização de duas cúpulas América do Sul-Países Árabes.

Na esfera multilateral, forjamos coalizões em defesa de causas que projetam as convicções mais profundas do povo brasileiro. O Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) – foro de três grandes democracias multiétnicas e de três continentes diferentes – mostrou que a solidariedade é arma poderosa para superar a pobreza.



FOTO: RICARDO STUCKERT



FOTO: EBC



FOTO: RICARDO STUCKERT

■ CRIAÇÃO DO BRICS

Com os BRICS, grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, reafirmamos nosso objetivo por uma ordem mundial mais democrática e representativa e demonstramos ser possível readequar o sistema internacional, pela via pacífica, às novas realidades políticas e econômicas do século XXI.

Os cinco países, que abrigam 46% da população do planeta, ocupam 26% do seu território e respondem por 21% do PIB mundial, atuaram para oferecer novos instrumentos para a promoção da estabilidade internacional. Criamos o Arranjo Contingente de

Reservas e o Novo Banco de Desenvolvimento, plataformas concretas em favor de uma ordem mundial mais justa e atualizada.

Com 100 bilhões de dólares em compromissos iniciais, o Arranjo Contingente de Reservas prevê mecanismos para enfrentar desequilíbrios de balanço de pagamentos de curto prazo, prover apoio mútuo e aumentar a estabilidade financeira dos nossos países. O Novo Banco de Desenvolvimento, por sua vez, reforçou de maneira inequívoca o papel do BRICS nos esforços internacionais de desenvolvimento. Com capital inicial subscrito de 50 bilhões de dólares e capital autorizado de 100 bilhões, o Banco mobiliza recursos imprescindíveis para infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

FIFTH BRICS SUMMIT

26 - 27 MARCH 2013 DURBAN, SOUTH AFRICA



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

■ MAIOR PRESENÇA DO BRASIL EM OUTROS PAÍSES

Valorizamos o papel do Itamaraty e de seus servidores como instrumento de defesa dos interesses nacionais do Estado e da sociedade brasileira. Criamos 39 novas embaixadas: 17 na África, 8 na América Latina e Caribe, 5 na Europa, 3 no Oriente Médio e 6 na Ásia. Abrimos 20 novos consulados

para aperfeiçoar o tratamento aos milhões de brasileiros e brasileiras e intensificamos nossos canais de consulta de nossas comunidades fora do país. Esse movimento exigiu uma ampliação dos quadros do Itamaraty, que cresceram em quase 50%. Nesse sentido, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores quase que dobrou.



RETROCESSO

A política externa brasileira rompeu com sua tradição universalista e não intervencionista. A posição independente e autônoma que sempre marcou nossas relações externas foi trocada por uma postura ideológica incapaz de lidar com a complexidade global.

Em nome de uma míope visão bipolar do mundo, o Brasil tem se subordinado a posições americanas sem nenhum retorno político ou econômico à nossa Nação. O governo Bolsonaro fez concessões econômicas aos americanos em troca de promessas não cumpridas. O Brasil votou a favor do embargo contra Cuba, se isolando junto com Estados Unidos e Israel em uma política que o resto do mundo abomina. O atual governo votou contra os palestinos no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Posições de interesse dos

Estados Unidos na América Latina têm sido abraçadas pelo Brasil, colocando em risco os acordos de cooperação e a convivência pacífica e soberana que, por séculos, vimos mantendo com nossos vizinhos continentais.

A liderança internacional que o Brasil construiu, no período do PT, nas negociações globais em torno da questão do clima está sendo dinamitada pelo atual governo, resultando em cancelamento de recursos internacionais importantes para projetos de proteção à nossa biodiversidade. Na área de direitos humanos, os retrocessos são de igual gravidade. O Brasil tem se alinhado com posições minoritárias no cenário global que recusam políticas e ações pró igualdade. Há veto até mesmo a palavras como gênero em documentos oficiais. A defesa de governos ditatoriais faz parte do discurso do presidente.

Em resumo, em menos de um ano de governo Bolsonaro, o Brasil caminha para se tornar pária no cenário global.

Coragem e compromisso para enfrentar a corrupção



Durante os governos do PT, investimos fortemente na prevenção e combate permanente à corrupção. Nada foi varrido para baixo do tapete: nós apuramos, afastamos e punimos, mas sempre com o objetivo maior de fortalecer a democracia brasileira.

As medidas adotadas em nossos governos impulsionaram o combate à corrupção no Brasil:

★ **Criação e fortalecimento dos órgãos** responsáveis por investigar irregularidades, garantindo completa autonomia a eles;

★ **Mecanismos de transparência**, permitindo maior participação da sociedade civil no controle da gestão pública em todos os níveis; e

★ **Medidas legais para prevenir, detectar e punir a corrupção.**

A partir disso, a Controladoria-Geral da União (CGU) tornou-se uma eficiente instituição de fiscalização. Entre 2003 e 2015, a CGU fiscalizou 2.144 municípios, e 5.390 servidores públicos federais foram expulsos por envolvimento em irregularidades.



Foto: Marcelo Camargo/ABr

Foram criados ainda:

- ★ **Portal da Transparência**, com informações detalhadas sobre pagamentos do governo federal a pessoas físicas e empresas. Entre 2004 e 2015, houve quase 61 milhões de acesso à plataforma;
- ★ **Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção**, com representantes do governo e de entidades da sociedade civil, do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União, para sugerir estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

Outro marco de transparência foi a **Lei de Acesso à Informação (LAI)**, que garantiu o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas. A LAI é aplicável aos três poderes da União, estados, e municípios. De sua sanção até maio de 2016, foram recebidos **383 mil pedidos de acesso** e 98,4% foram respondidos num tempo médio de 14 dias.



Foto: Marcelo Camargo/ABr

A **Polícia Federal se transformou numa instituição respeitada e reconhecida internacionalmente**. Teve plena liberdade de investigação, com um quadro de pessoal 55% maior, mais equipamentos de inteligência e maior capacitação, para que fosse possível enfrentar o crime organizado e a corrupção.



Fundamental também foi a garantia da **independência do Ministério Público**, com a escolha sempre do nome mais votado pela categoria para o cargo de procurador-geral da República, que, **nos nossos governos, deixou de ser o engavetador-geral da República**.

Entre outras iniciativas que fortaleceram o combate à corrupção, podemos citar também:

- ★ Criação da **Super-Receita**, que abriu caminho para maior combate às fraudes e à sonegação;
- ★ **Atuação firme do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF)** no monitoramento de movimentações bancárias atípicas que pudessem configurar lavagem de dinheiro ou corrupção e enriquecimento ilícito;
- ★ Reestruturação do **Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)**, que fortaleceu sua atuação no combate aos cartéis.

No âmbito legislativo, nossos governos conseguiram aprovar uma série de medidas legais no sentido de prevenir, detectar e punir a corrupção:

- ★ Aperfeiçoamento da Lei de Lavagem de Dinheiro (2012);
- ★ Lei para punição de empresas corruptoras (2013);
- ★ Lei anticorrupção e sua regulamentação (2013);
- ★ Lei que estabelece punição administrativa e civil ao corruptor (2013);
- ★ Lei de Combate às organizações criminosas (2013).

Enviamos ao Congresso Nacional propostas para aprimorar a legislação de enfrentamento à corrupção, ainda não aprovadas:

- ★ PL 5.586/2005 - tipifica o enriquecimento ilícito;

- ★ PL 855/2015 - tipifica o crime de caixa 2;
- ★ PEC 10/2015 e PL 856/2015 - extingue o direito de propriedade proveniente de atividade criminosa, improbidade administrativa ou enriquecimento ilícito;
- ★ PL 862/2015 - exige ficha limpa para servidores comissionados e dirigentes de estatais;
- ★ PL 2.902/2011 - propõe medidas cautelares de indisponibilidade de bens.



COMBATE À CORRUPÇÃO COMPROMETIDO PELO ATUAL GOVERNO

Desde o golpe, **os órgãos de controle estão perdendo independência** com seguidas ingerências do Executivo. Além disso, eles passam por reduções de pessoal e de recursos, retrocedendo ao nível de 2008.

O atual governo tem interferido nas nomeações da PF para cercar as investigações. Moro tem aparelhado a PF para investigar os seus desafetos e postergar a investigação dos filhos e amigos de Bolsonaro. O número de operações especiais da PF caiu para o patamar de 2014.

A autonomia do Ministério Público também está em xeque, já que, ao escolher o novo procurador-geral da República, Bolsonaro optou por um nome que não constava da lista de mais votados da categoria.

Estado democrático e eficiente

Foi necessária uma verdadeira revolução no funcionamento do governo federal para dar conta dos enormes desafios que decidimos enfrentar, como o combate à fome e à pobreza extrema, a expansão inédita de acesso a direitos, o desenvolvimento do maior programa de investimentos em infraestrutura desde a década de 70 e a ampliação histórica do nível de emprego, entre muitos outros temas.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Em nenhum outro momento na história do Brasil o processo participativo em âmbito federal foi tão rico, intenso e amplo como no período de 2003-2016. As diversas instâncias de diálogo foram reconhecidas como espaços de debate e negociação para os processos de tomada de decisões. A promoção da interação entre governo e sociedade contribuiu para o melhor resultado das políticas públicas e para a construção do Brasil como nação democrática.

A participação social foi incrementada com:

- ★ Criação de 19 novos conselhos nacionais e a reformulação de outros 16 – aumento de cerca de 50%;
- ★ Realização de 103 Conferências Nacionais, com a participação de mais de 9 milhões de pessoas, sobre 40 temas diferentes. Antes de nossos governos, foram realizadas apenas 41 Conferências Nacionais, que discutiram 11 temas;
- ★ Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (“Conselhão”), composto por representantes de organi-

zações sindicais e empresariais, dos movimentos social e das universidades, para assessoramento direto ao presidente;

★ Instituição de processo participativo na elaboração do Plano Plurianual, com a criação de uma instância de monitoramento de sua execução;

★ Estímulo a outros canais de interlocução, como ouvidorias (foram criadas 270), audiências públicas, mesas de negociação ou de diálogo, para temas como salário mínimo ou monitoramento das demandas sociais.

Para dar perenidade à participação da sociedade, foram instituídos a **Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social**, por decreto, que foi, posteriormente, derrubado pela Câmara dos Deputados.

Além de todas essas ações, a instalação da **Comissão Nacional da Verdade**, mesmo com tantas resistências, conseguiu recuperar fatos importantes da nossa história recente, fundamentais para o processo de democratização no nosso país.

RECONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DE GESTÃO

Fortalecemos a gestão e realizamos uma grande inovação administrativa para alcançar resultados importantes em todas as áreas de governo, dando a ele maior eficiência. Para gerenciar e executar os complexos desafios estratégicos do país foram **criadas novas estruturas específicas**, como empresas estatais, ministérios e outras formas de organização, além de reforçadas as instituições existentes, que haviam sofrido desmonte nos períodos anteriores.

Demos status de ministério a setores que eram invisíveis na sociedade (direitos humanos, combate à discriminação racial, direitos para a mulher, combate à corrupção), bem como a **áreas que exigiam maior atuação do Estado brasileiro** (desenvolvimento social, cidades, desenvolvimento agrário, turismo, portos, aeroportos, micro e pequena empresa, e pesca). Isso sem mencionar, é claro, as 422 escolas técnicas, as 18 novas universidades e os 178 novos câmpus universitários.

Para ampliar os serviços à população, houve ainda a **contratação de 276 mil servidores**, pois diversos ministérios só dispunham de pessoal terceirizado. Para citar alguns exemplos: no Ministério do Meio Ambiente, 95% da força de trabalho era de terceirizados, temporários ou comissionados; e, no Ministério de Minas e Energia, havia mais motoristas do que engenheiros.

Do total de contratados, 59% foram destinados à área de educação para as novas escolas técnicas e universidades federais.

No esforço para democratização das relações de trabalho na administração pública federal, foi criada também a **Mesa Nacional de Negociação Permanente**, que instituiu o diálogo contínuo com as entidades sindicais dos servidores para a negociação salarial e para o debate sobre as condições de trabalho.

Mesmo com o grande número de contratações e recuperação dos salários, a despesa de pessoal permaneceu estável, correspondendo em média a 4,2% do PIB.

FOTO: Livia Mota / ASCOM - CNV



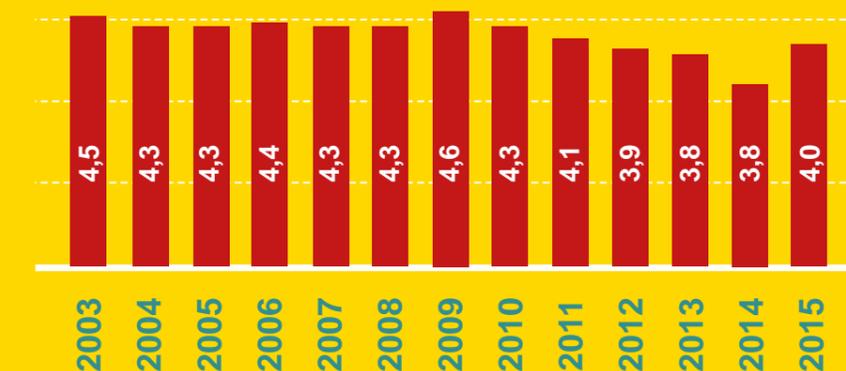
FOTO: Ricardo Stuckert



Foto: Marcelo Oliveira / ASCOM - CNV



EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL DA UNIÃO EM RELAÇÃO AO PIB (EM%)



FONTE: STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



FOTO: Ricardo Stuckert

A quantidade de cargos de livre nomeação teve pequena redução, mesmo com a criação dos vários ministérios e outros órgãos. Além disso, de cada 4 cargos de confiança, 3 eram ocupados por funcionários de carreira. **Nós não aparelhamos o governo.**

EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO

Os governos do PT desenvolveram esforços significativos para entregar serviços de qualidade à população e às empresas. Para isso, houve **grande dedicação à desburocratização**, tornando os processos mais ágeis e eficientes. Houve também empenho para dar maior eficiência ao gasto público.

Para o **cidadão**, foi quebrado um dos maiores paradigmas históricos de ineficiência estatal no país: as filas crônicas de atendimento do INSS. Para isso, foi realizada verdadeira revolução nas agências em todo o país.

O agendamento de atendimento passou a ser pelo telefone ou pela Internet e a obtenção dos benefícios da Previdência, em alguns casos, leva apenas 30 minutos.

Já para as **empresas**, criamos uma série de mecanismos para dinamizar a relação da iniciativa privada com o governo. Podemos citar, entre outros, o Super Simples Nacional, o eSocial, e a Simplificação do Fechamento de empresas.

Outros instrumentos criados pelas gestões do PT incluem:

★ **Central de Compras e Contratações** - representou uma gigantesca mudança na forma de adquirir produtos e serviços de uso comum pelo Governo Federal. A nova metodologia gerou economia de 21,7% na compra de passagens aéreas; de 43,5% nos contratos de telefonia móvel; de 83% na aquisição de imagens de satélite, entre muitas outras.

★ **Modernização dos processos licitatórios** - crescimento uso do pregão eletrônico de 17% para 90%, instituindo vantagem para produtos e serviços nacionais, critérios ambientais e tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte;

★ **Criação do Regime Diferenciado de Contratação** - RDC, que simplificou o processo licitatório, sem perda dos mecanismos de controle. Ele é mais rápido, amplia a competição e evita conluio entre as empresas. Com os bons resultados, seu uso foi adotado também por estados e municípios.

★ **Governo Digital** - ganhou forte musculatura e voltou-se prioritariamente à ampliação dos serviços à população, à transparência e controle e ao diálogo com a sociedade.

★ **Guia de Serviços** (www.servicos.gov.br) - centralizou as informações sobre mais 1.500 serviços oferecidos pelo governo federal e boa parte deles foi disponibilizada via internet.

★ **Processo Eletrônico Nacional e Integrado** - permite acompanhamento do andamento do processo, com redução de custos financeiros e ambientais.

★ **Portal Brasileiro de Dados Abertos** (www.dados.gov.br) - dissemina dados governamentais em formatos que permitem o livre cruzamento e a construção de aplicações pelos cidadãos. O Portal está integrado à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que possibilita a visualização de dados georreferenciados.



RETROCESSO PROVOCADO PÓS-GOLPE DE 2016

O golpe de 2016 provocou o **desmonte do Estado brasileiro**, trazendo de volta a ideia de Estado Mínimo com extinção de ministérios e outros órgãos. Isso acarretou a paralisação de importantes políticas de atendimento à população, especialmente à mais pobre, e retirou importantes direitos conquistados a duras penas.

Adotou-se também um amplo processo de privatização de estatais, vendendo o patrimônio do povo brasileiro a preço de banana para reduzir a dívida pública, sob a ilusão de que o setor privado será capaz de prover serviços com a qualidade e custo de que a população precisa.

O sistema de participação da sociedade nas políticas públicas foi completamente desmantelado:

- Decreto de Bolsonaro determinou a **extinção de conselhos, comissões e outros órgãos de diálogo** com a sociedade. O decreto foi parcialmente derrubado pela Justiça;
- As **Conferências Nacionais não serão mais realizadas**. Alguns setores, como a assistência social, estão organizando suas conferências independentemente do governo federal.



WWW.PT.ORG.BR/O-PT-FAZ/

    /PTBRASIL

